

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 409, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 936/2024****OF 1008/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.048, de 04 de outubro de 2022, que outorga autorização à Associação Cultural Portal do Araripe, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 936

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 7.048, de 4 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que outorga autorização à Associação Cultural Portal do Araripe, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Brasília, 29 de agosto de 2024.

Brasília, 22 de março de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042661/2019-41, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob o nº 33.004.211/0001-51, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13156/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.048, de 4 de outubro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 15/12/2022 | Edição: 235 | Seção: 1 | Página: 174

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 7.048, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042661/2019-41, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob nº 33.004.211/0001-51, cuja sede se situa na Rod. BR 316, KM 34 - Sítio Tamboril - Zona Rural, na localidade de Ouricuri, estado de Pernambuco, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1008/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.048, de 4 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que outorga a autorização à Associação Cultural Portal do Araripe, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 02/09/2024, às 21:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6050212** e o código CRC **0C04D49A** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Qualificação da entidade	
Razão social: ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE	
Nome Fantasia: RADIO NATIVA FM	
CNPJ: 33.004.211/0001-51	
Endereço de Sede: Sítio Tamboril	Nº:580, CS
Bairro: Centro	CEP:56200-000
Cidade: Ouricuri	UF: Pernambuco
Nome do representante legal: ASARIAS FREITAS DE LIMA	
Endereço eletrônico (e-mail): asariasfreitas@hotmail.com	
Endereço de Correspondência: RUA FLORIANO PEIXOTO Nº 75	
Bairro: RENASCENÇA	Cidade: Ouricuri UF: PE CEP:56200-000

Localização proposta para instalação do Sistema Irradiante	
Endereço de Sede: Sítio Tamboril	Nº: 580
Bairro: Centro	CEP: 56200-000
Cidade: Ouricuri	UF: Pernambuco
Coordenadas do Sistema Irradiante(Padrão GPS-WGS 84):	
Latitude: 07°51'58"S	
Longitude: 40°07'01"O	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 82/2019/SEI-MCTIC, publicado no Diário

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 21/08/19 às 14:00
Assinatura: Conceição

Oficial da União de 19/06/2019, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada em faixa de fronteira;

VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;

VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

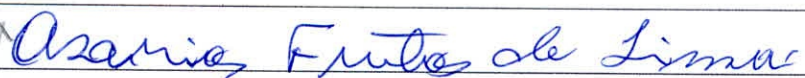
X -nenhum dos dirigentes da entidade está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente: ASARIAS FREITAS DE LIMA		
Cargo: Diretor Presidente		
Tit. Eleitor: 83303108/09	Seção: 0062	Zona: 082
RG: 1.318.352	Órgão Emissor: SSP/PE	CPF:123.328.364-20
Endereço: Rua Floriano Peixoto		Nº: 75
Bairro: Renascença		CEP:56200-000
Cidade: Ouricuri		UF: Pernambuco
Assinatura: 		

Nome do dirigente: SEBASTIÃO RAMÍRIO NUNES MOREIRA		
Cargo: Diretor Administrativo		
Tit. Eleitor: 068198060809	Seção: 200	Zona: 82
RG: 8.507.317	Órgão Emissor: SSP/PE	CPF: 059.190.834-41
Endereço: Rodovia Asa Branca		Nº: 601
Bairro: Canacui		CEP: 56200-000
Cidade: Ouricuri		UF: Pernambuco
Assinatura: <i>x Sebastião Ramirio Nunes Moreira</i>		

Nome do dirigente: EZAÚ NUNES DE LIMA		
Cargo: Diretor de Operações		
Tit. Eleitor: 351941108/17	Seção: 0042	Zona: 82
RG: 2016308580-8	Órgão Emissor: SSP/CE	CPF: 073.541.342-87
Endereço: Rua Sinésio Aquino Coelho		Nº: 170-B
Bairro: Ipsep		CEP: 56200-000
Cidade: Ouricuri		UF: Pernambuco
Assinatura: <i>x Ezaú Nunes de Lima</i>		

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Guia de Recolhimento da União - GRU

Nome do Contribuinte / Recolhedor: ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	
	Vencimento	
Nome da Unidade Favorecida: COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	CNPJ ou CPF do Contribuinte	33.004.211/0001-51
	UG / Gestão	240101 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN292626FB75540F85A414921778FF8C83]	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

85860000001-2 00000254188-2 22042122330-5 04211000151-1



TERM 00143504 AGENTE 113504 AUTE 72592
COBAN:067356 LOJA:0001 PDV:143504
23/07/2019 BANCO DO BRASIL 15:39:42
237135601 CORRESPONDENTE BANCARIO 0467

COMPROVANTE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

CONVENIO: GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO

85860000001 00000254188 22042122330
04211000151

NR. DOCUMENTO 13.504
NR. CONVENIO 95.541-8
DATA DO PAGAMENTO 23/07/2019
VLR DO PAGAMENTO 100,00

NR.AUTENTICACAO D.93C.1F8.533.DF4.EB6

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Qualificação do apoiador		
Nome Completo: ANTONIO DA SILVA ALENCAR		
Endereço: CONJ. NOVO HORIZONTE Nº 22 BAIRRO: NENASCENÇA		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP: 56.200-000
RG: 26.657.565-1	Órgão Emissor: SSP,SP	CPF: 704.555.384-68

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Ouricuri (PE), 26 de JULHO de 2019.

ANTONIO DA SILVA ALENCAR

Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8400-4

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RETRATO QUALITON BRINT

PROIBIDO PLASTIFICAR

ANTONIO DA SILVA ALENCAR

8457-015218

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ESTADO DE SÃO PAULO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 26.657.565-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/SET/2007

NOME ANTONIO DA SILVA ALENCAR

FILIAÇÃO PEDRO PEREIRA DE ALENCAR

E RUBINA DA SILVA ALENCAR

NATURALIDADE OURICURI -PE DATA DE NASCIMENTO 22/NOV/1970

DOC ORIGEM OURICURI-PE

OURICURI

CPF CN:LV.A29 /FLS.268V/N.012590

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83



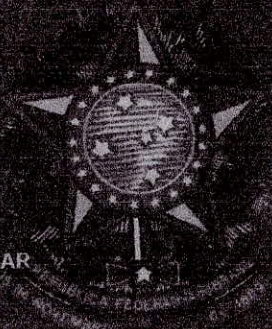
MINISTERIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

704.555.384-68

ANTONIO DA SILVA ALENCAR

22/11/1970



DADOS DO CLIENTE
 ANTONIO DA SILVA ALENCAR MATRÍCULA: 16816809 Jun/2019
 C/ NOVO HORIZONTE, N. 00022 - - RENASCENÇA OURICURI PE 56200-000
 INSCRIÇÃO: 099.160.420.0131 000 GRUPO: 6 DEB. AUTOMÁTICO: 016816809

SITUAÇÃO ÁGUA LIGADO	SITUAÇÃO ESGOTO POTENCIAL	RESIDENCIAL 1	QUANTIDADE DE ECONOMIAS COMERCIAL INDUSTRIAL PÚBLICA
HIDROMETRO A12B157881	DATA LEIT. ANTERIOR 29/05/2019	DATA LEIT. ATUAL 30/06/2019	TIPO DE CONSUMO (A/E) REAL

ÁGUA:
 LEIT ANT: 1029 CONSUMO: 21
 LEIT ATU: 1050
 LEIT FAT: 1050 C FORA FAIXA

HISTÓRICO DE CONSUMO
 REFERÊNCIA CONSUMO

DATA	QTD	PARAMETROS	NÚMERO DE AMOSTRAS		
			EXIG. PORT. MS 2.914/11	ANÁLISES REALIZ.	ATENDEN A LEGIS
05/2019	07	TURBIDEZ	54	54	48
04/2019	15	COR APARENTE	54	54	50
03/2019	08	COLOR RESIDUAL	54	54	54
02/2019	17	COLIF. TOTAIS	54	54	53
01/2019	10	E. COLI	54	54	54
12/2018	13				
MEDIA	12				

Qualidade de Água: www.compesa.com.br

OBS.: (1) COLIFORMES TOTAIS AUSÊNCIA 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS
 (2) OS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO
 RESIDUAL SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA ÁGUA
 (3) OS PARÂMETROS COR E TURBIDEZ SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES
 ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA ÁGUA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

ÁGUA	CONSUMO	TOTAL (R\$)
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
ATE 10 M3 - 41,30 POR UNIDADE	10 M3	41,30
11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,74 POR M3	10 M3	47,40
21 M3 A 30 M3 - R\$ 5,63 POR M3	1 M3	5,63
MULTA P/IMPONTUALIDADE 04/2019		1,30
JUROS DE MORA 03/2019		0,29

TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL (%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS	94,33	1,65	1,56
COFINS	94,33	7,60	7,17

VENCIMENTO: 25/07/2019 TOTAL A PAGAR: 95,92

mensagem:

compesa
 ATENDIMENTO: 0800-0810195
 VAZAMENTOS: 0800-0810185

VENCIMENTO: 25/07/2019 TOTAL A PAGAR

MATRÍCULA:

82810000000-3 95920018099-9 01681680901-8 0

ouv
 Service

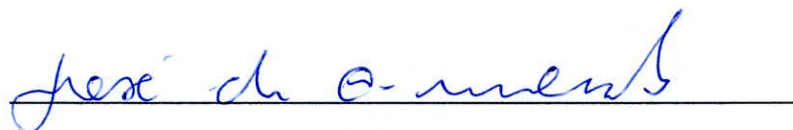
MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Qualificação do apoiador		
Nome Completo: JOSE DA COSTA MENDES		
Endereço: RUA MARIA VITORIA DE AQUINO Nº 542 BAIRRO: SANTO ANTONIO		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP: 56.200-000
RG: 53.202.213-0	Órgão Emissor: SSP,SP	CPF: 027747664-00

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Ouricuri (PE), 27 de JULHO de 2019.



Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
JOSE DA COSTA MENDES

Nº de Inscrição
027747664-00

Data do Nascimento
05/02/79



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8610-8

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GAMBELTON DAMI




Jose da Costa Mendes

ASSINATURA DO TITULAR

B502-046929

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
JOSE DA COSTA MENDES *Jose da C. Mendes*

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 05/05/95

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 53.202.213-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/JAN/2009

NOME JOSE DA COSTA MENDES

FILIAÇÃO JOSE SATURNO MENDES
E IZABEL DA COSTA MENDES

NATURALIDADE OURICURI -PE DATA DE NASCIMENTO 05/FEV/1979

DOC ORIGEM OURICURI-PE
OURICURI
CC:LV.B31 /FLS.208 /N.006893

CPF

Q. A. L. L. 154 Delegado Divisionário
CARLOS ASSIMILADO BRITTON de Polícia BRGD.SSP/SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

AVENIDA FERNANDO BEZERRA - NUM. - 00696 - CENTR
 0 GURICURI PE 56200-000

DADOS DO CLIENTE		MATRÍCULA: 106795449 Jun/2019	
JOMÉ DA COSTA MENDES RUA DA VITÓRIA DE AQUINO, N. 0542 - - SANTO ANTONIO GURICURI PE 56200-000 INSC. EST. 18.1.001.0014398-2 GRUPO: 14 DEB. AUTOMÁTICO: 106795449			
SITUAÇÃO ÁGUA CORRADO	SITUAÇÃO ESGOTO POTENCIAL	RESIDENCIAL 1	QUANTIDADE DE ECONOMIAS COMERCIAL INDUSTRIAL PÚBLICA
HIDRÔMETRO A 1000000	DATA LEIT. ANTERIOR 08/06/2019	DATA LEIT. ATUAL 09/07/2019	TIPO DE CONSUMO (A/E) MÉDIA HD

ÁGUA:
 LEIT. ANT: 360 CONSUMO: 3
 LEIT. ATU: HD SOTERRADO
 LEIT. FAL: 363

HISTÓRICO DE CONSUMO
 REFERÊNCIA CONSUMO

05/2019 03
 04/2019 03
 03/2019 04
 02/2019 05
 01/2019 00
 12/2018 00
 MÉDIA 03

PARAMETROS	NÚMERO DE AMOSTRAS		
	EXIG. PORT. MS 2.914/11	ANÁLISES REALIZ.	ATENDEM A LEGIS.
TURBIDEZ	54	54	48
COR APARENTE	54	54	50
CORO RESIDUAL	54	54	54
COLIF. TOTAIS	54	54	53
E. COLI	54	54	54

 Qualidade de Água: www.compesa.com.br

05% - 100% CONFORMES TOTAIS AUSÊNCIA 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS
 (2) - 100% CONFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO
 REFERINDO-SE AOS INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA ÁGUA
 (3) - 100% CONFORMES COR E TURBIDEZ SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES
 ASPECTO VISUAL DA ÁGUA

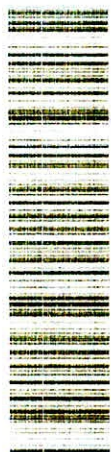
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONSUMO	TOTAL (R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
MÉDIA PONTUALIDADE 05/2019	0,24	
TARIFA CORRADO DEC. 18.251/94 06/2019	12,39	

TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL (%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS	0,00	1,65	0,00
COFINS	0,00	7,60	0,00

VENCIMENTO: 20/07/2019 **TOTAL A PAGAR:** 12,63

mensagem:

IDENTIFICAMOS A EXISTÊNCIA DE 28 FATURA(S) PENDENTES, NO
 TOTAL DE R\$ 1005,09. REGULARIZE SEU DÉBITO E EVITE A NEGA-
 TIVIDADE E SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA.



3330000000-3 126795449-3 126795449

VENCIMENTO: 20/07/2019 **TOTAL A PAGAR:** 12,63


compesa
 ATENDIMENTO: 0800-0810185
 VAZAMENTOS: 0800-0810185

MATRÍCULA

 ou
 SERV

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Qualificação do apoiador		
Nome Completo: JOSE AUGUSTO DOS SANTOS		
Endereço: RUA ADALBERTO PEDRO SILVA Nº 30 BAIRRO: BOM JESUS		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP: 56.200-000
RG: 2.178.193	Órgão Emissor: SSP/PE	CPF: 248.651.684-00

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Ouricuri (PE), 02 de AGOSTO de 2019.


Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

11 R 23




Jose Augusto dos Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2.178.193

26/05/2008

<< JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS >>

<< AUGUSTO CAZÊ DOS SANTOS >>

<< ESPEDITA MARIA DOS SANTOS >>

BREJO SANTO - CE

29/12/1960

<< CC 1939 L.48 F.106 CART.BARRA DE
SÃO PEDRO OURICURI-PE 15.06.2007 >>

248.651.684-00

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 115 DE 25/03/83

NASCIMENTO

29.12.60

INSCRIÇÃO NO CPF

248 651 684 00

CONTRIBUINTE

JOSE AUGUSTO DOS SANTOS

Jose Augusto dos Santos

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO

CPF

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Jose Augusto dos Santos

NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

AV. JOÃO DE BARROS, 111 BOA VISTA,
RECIFE, PERNAMBUCO
CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0005943-93



Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02
COMERCIAL 0800 0810120 PRONTIDÃO 0800 0810196
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
Ouvidoria 0800 282 5599
Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados
do Estado de Pernambuco-ARPE: 0800 727 0167-
Ligação Gratuita de Telefones Fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL 167-
Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada
na origem para telefones celulares

DADOS DO CLIENTE! JOSE AUGUSTO DOS SANTOS	DATA DE VENCIMENTO 13/08/2019	DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 08/07/2019	CONTA CONTRATO 1894410015
ENDEREÇO RUA ADALBERTO PEDRO SILVA 30 - OFICINA JAS MOVEIS -BOM JESUS/OURICURI -56200-000 OURICURI PE -	TOTAL A PAGAR R\$ 1.064,63	DATA DA APRESENTAÇÃO 08/07/2019	CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL Trifásico B3
PERÍODO CONSUMO 06/06/2019 a 08/07/2019	CONSUMO 1144		

ICMS - BASE DE CÁLCULO R\$ 0,00 Alíquota 25,00 valor do imposto R\$ 224,40

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

VIA PARA PAGAMENTO

Destaque aqui

CONTA CONTRATO 1894410015	MÊS/ANO 07/2019	TOTAL A PAGAR R\$ 1.064,63	VENCIMENTO 13/08/2019	TALÃO DE PAGAMENTO Evite dobrar e perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitora ótica.
-------------------------------------	---------------------------	--------------------------------------	---------------------------------	---

838300000101 646300110010 894410015104 141670401939

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Qualificação do apoiador		
Nome Completo: CRISTIAN DALLAT DE SOUZA FIRMINO ALVES		
Endereço: RUA ANTONIO GENIVALDO AQUINO Nº 816 BAIRRO: SANTO ANTONIO		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP: 56.200-000
RG: 2015096764-5	Órgão Emissor: SSP/CE	CPF: 059.753.894-88

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Ouricuri (PE), 02 de AGOSTO de 2019.


Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS

Prolegar Direito

PROIBIDO PLASTIFICAR

Cristian Dallat de Souza Firmino Alves
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2015096764 - 5 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/08/2015

NOME
CRISTIAN DÁLLAT DE SOUZA FIRMINO ALVES

FILIAÇÃO
CÍCERO FIRMINO ALVES

MARIA LUZINETE DE SOUZA ALVES

NATURALIDADE
JARDIM - CE

DATA DE NASCIMENTO
09/05/1993

DOC. ORIGEM
CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: SEDE TERMO: 14279 FOLHA: 215V LIVRO: A

29 PARNAMIRIM - PE

CPF **059.753.894-88**

1 VIA

Art. 246, Lei 127
ASSINATURA DO DIRETOR

P.: 56

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição
059.753.894-88

Nome
CRISTIAN DALLAT DE SOUZA FIRMINO ALVES

Nascimento
09/05/1993

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão: MAH2003

BANCO DO BRASIL



CNPJ 09.769.035/0001-64
INSC. EST. Nº 18.1.001.0014398-2

ATENDIMENTO: AVENIDA FERNANDO BEZERRA - NUM. 00696 - CENTR
O. OURICURI PE 56200-000

DADOS DO CLIENTE

MATRÍCULA: 106105310 Abr/2019
CRISTIAN DALLAT DE SOUZA FIRMINO ALVES
R ANTONIO GENIVALDO AQUINO, N. 00816 - SANTO ANTONIO OURICURI PE 56200-000
INSCRIÇÃO: 099.205.235.0300.000 GRUPO: 15 DEB. AUTOMÁTICO: 106105310

SITUAÇÃO AGUA LIGADO SITUAÇÃO ESGOTO POTENCIAL RESIDENCIAL 1 QUANTIDADE DE ECONOMIAS COMERCIAL INDUSTRIAL PÚBLICA

HIDRÔMETRO A13U100120 DATA LEIT. ANTERIOR 10/04/2019 DATA LEIT. ATUAL 10/05/2019 TIPO DE CONSUMO (A/E) MEDIA HD

AGUA:

LEIT ANT: 273 CONSUMO: 6
LEIT ATU: 273
LEIT FAT: 273 HD PARADO

HISTORICO DE CONSUMO
REFERENCIA CONSUMO

	PARAMETROS	NÚMERO DE AMOSTRAS		
		EXIG. PORT MS 2 914/11	ANÁLISES REALIZ	ATENDEN A LEGIS
03/2019	06			
02/2019	06			
01/2019	06			
12/2018	09			
11/2018	05			
10/2018	05			
		TURBIDEZ	54	54
		COR APARENTE	54	54
		CORO RESIDUAL	54	54
		COLIF. TOTAIS	54	54
		E. COLI	54	54

MEDIA: 06

Qualidade de Agua: www.compesa.com.br

OBS.: (1) COLIFORMES TOTAIS AUSENCIA 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS
(2) OS PARAMETROS COLIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO RESIDUAL SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA AGUA
(3) OS PARAMETROS COR E TURBIDEZ SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA AGUA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

	CONSUMO	TOTAL (R\$)
AGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE AGUA	6 M3	41,30
MULTA P/IMPONTUALIDADE 03/2019		0,84

TRIBUTOS	BASE DE CALCULO	PERCENTUAL (%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS	41,30	1,65	0,68
COFINS	41,30	7,60	3,14

VENCIMENTO: 20/05/2019

TOTAL A PAGAR: 42,14

mensagem:

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ap

185-869123416-2

04/jul/2019

HORA DE 14:37:23

LOT. 15.015232-9

TERM 041645

LOCALIDADE: OURICURI

AG. VINCULADA: 2130

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
COMPESA CIA SAN PERNAMBUCO

VALOR DO PAGAMENTO: 42,14

828300000007 421400180993
106105310013 042019000036

185-869123416-2

1ª VIA

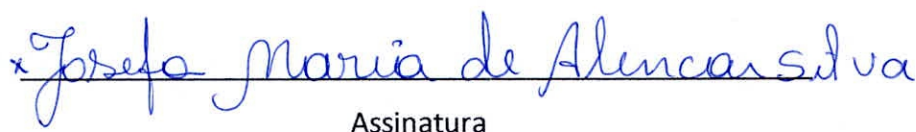
MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Qualificação do apoiador		
Nome Completo: JOSEFA MARIA DE ALENCAR SILVA		
Endereço: RUA NOVO HORIZONTE Nº 28 CONDOMINIO OURICURI		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP: 56.200-000
RG: 33.237.106-2	Órgão Emissor: SSP,SP	CPF: 747.014.604-00

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Ouricuri (PE), 26 de JULHO de 2019.


Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

50




Josefa maria de Alencar Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	33.237.106-2	DATA DE EXPEDIÇÃO	24/ABR/95
NOME	JOSEFA MARIA DE ALENCAR SILVA		
FILIAÇÃO	ZACARIAS PEREIRA DE ALENCAR		
	E LIZIA MARIA DE ALENCAR		
NATURALIDADE	OURICURI - PE	DATA DE NASCIMENTO	23/ABR/1970
DOC. ORIGEM	OURICURI PE		
	BARRA DE SÃO PEDRO		
	CC: LV. 15	7FLS. 024	/N. 002376
CPF	747.014604/00		

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

747.014.604-00

JOSEFA MARIA DE ALENCAR SILVA

23/04/1970



NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - PE. CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE

JOSEFA, MARIA DE ALENCAR SILVA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA NOVO HORIZONTE 28

CPF: 747 014 604-00

CONDOMINIO/CURICURI

CURICURI PE

56200-000

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL

Nº DA ROTA FISCAL	SERIE	EMISSÃO
056673938	UNICA	21/06/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
21/06/2019	2010746574	2164637

CONTINUTUL	MEZIANI
7006154632	06/2019
DATA DE VERIFICARE	DATA DE VERIFICARE
01/07/2019	23/07/2019
TERMINA LA PASUL	
	223.04

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	259,0000000	0,74193679	192,16
Acréscimo Bandeira AMARELA			0,95
Contrib. Ilum. Pública Municipal			17,69
ICMS Subvenção-CDE-NF 059323556-23/04/19			2,14
Multa por atraso-NF 059323556 - 23/04/19			5,13
Juros por atraso-NF 059323556 - 23/04/19			3,50
Atualização IGPM-NF 059323556 - 23/04/19			1,47

TOTAL DA FATURA

223.04

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
MY10069	CAT	23-05-2019	44 363,00	21-06-2019	44 642,00	29	1,00000		259,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO		R\$	%
ICMS	193,11	25,00	48,27	Geração de Energia	R\$ 54,58	33,52%
PIS	193,11	0,17	0,32	Transmissão	R\$ 7,57	3,89%
COFINS	193,11	0,76	1,52	Distribuição (Culpe)	R\$ 45,87	23,65%
				Perdas de Energia	R\$ 14,39	7,45%
				Encargos Setoriais	R\$ 10,74	5,56%
				Tributos	R\$ 50,11	25,95%
				Total	R\$ 193,11	100%

TARIFFAS APLICADAS

Consumo Ativo (kWh) 0,54933000

RESERVAÇÃO FISCAL

0AB3 D4AC 98E6 3B8E FB3E 21AB 3F27 1CF4

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

[illegible]

ATENÇÃO! A CELPE INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

EM ATÉ 15 DIAS, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO CORTE

Vencido	Diretório	Valor	Vencido	Diretório	Valor
30/05/19	21/06/19	310,08			

Este comunicado NÃO substitui aviso de débitos anteriores e NÃO contempla débitos em discussão judicial. Caso a suspensão do fornecimento por mais ciclos de faturamento, poderá ocorrer o encerramento do contrato, podendo também existir cobrança conforme os critérios definidos no Art. 18 da Lei 41.404/2008. Podem ocorrer ações de cobrança, bem como inclusão nos registros de restrições de crédito SPC e SERASA.

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos e serviços prestados e tributos se encontram a disposição para consulta em todas as unidades de atendimento à no site www.depe.com.br

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

CONJUNTO	VALOR AJUSTADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
						MÍNIMO	MÁXIMO
DIC	abr/2019						
FIC	0,47	6,47	12,94	25,89	220	202	231
DARC	1,00	3,42	6,85	13,70			
	0,47	3,80	0,00	0,00			

Linha de C&P: 12,22 EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição = R\$ 77,21

AUTORIZADO POR REGIME ESPECIAL
DISPACHO JCM-40E Nº 049/2012
SENAZ-SP

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R\$)
----------------	---------	--------------------	---------------------

7006154632	08/2019	01/07/2019	223,04
------------	---------	------------	--------

83880000002-0 23040011007-0 00615463210-3 14260055253-7



MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Qualificação do apoiador		
Nome Completo: ORLANDO GOMES DA SILVA		
Endereço: SÍTIO COMPANHIA Nº 1015 BAIRRO: RURAL		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP: 56.200-000
RG: 21552047988	Órgão Emissor: XXX/PE	CPF: 058.028.054-39

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.


Ouricuri (PE), 09 de AGOSTO de 2019.

Orlando Gomes da Silva

Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO	
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO	
	NOME ORLANDO GOMES DA SILVA
	DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF 21552067988 MEX PE
	CPF 058.028.054-39
	DATA NASCIMENTO 02/08/1985
	FILIAÇÃO LAUDENOR MENDES DA SILVA MARIA HELENA GOMES DA SILVA
	PERMISSÃO ACC CAT. HAB. AD
	Nº REGISTRO 05748828860
	VALIDADE 18/08/2020
	1ª HABILITAÇÃO 08/04/2013
OBSERVAÇÕES sem observações	
Assinatura do Portador <i>Orlando Gomes da Silva</i>	
LOCAL OURICURI - PE	DATA EMISSÃO 11/11/2015
Assinatura do Emissor <i>[Signature]</i>	
52110057854 PE068250622	
DETRAN - PE (PERNAMBUCO)	

VÁLIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1107932917

PROIBIDO PLASTIFICAR
1107932917

COMPANHIA ENERGÉTICA
DE PERNAMBUCO
AV. JOÃO DE BARROS, 111, BOA VISTA,
RECIFE, PERNAMBUCO
CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0005943-93



CELPE

www.celpe.com.br

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02
COMERCIAL 116 | PRONTUÁRIO 116
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800
281 0142
Ouvidoria 0800 282 5599
Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado
de Pernambuco-ARPE: 0800-727-0167-Ligação Gratuita de Telefones Fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
167-Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE

ORLANDO GOMES DA SILVA

CPF: 058.028.054-39

DATA DE VENCIMENTO

17/06/2019

TOTAL A PAGAR (R\$)

51,64

DATA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL

03/06/2019

DATA DA APRESENTAÇÃO

10/06/2019

NÚMERO DA NOTA FISCAL

064260172

CONTA CONTRATO

7000166906

Nº DO CLIENTE

2010048052

Nº DA INSTALAÇÃO

5011553

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

SI COMPANHEIRO 1015

OURICURI RURAL/OURICURI RURAL

56200-000 OURICURI PE

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Monofásico

RESERVADO AO FISCO

180A.7A2E.DB8E.F59B.7555.8653.6B1E.ABC8

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO(R\$)	VALOR(R\$)
Consumo Ativo(kWh)	58,0000000	0,74193679	43,03
Acréscimo Bandeira AMARELA			0,70
Contrib. Ilum. Pública Municipal			4,95
ICMS Subvenção-CDE-NF 054571646-19/03/19			0,58
ICMS Subvenção-CDE-NF 057737785-11/04/19			0,45
Multa por atraso-NF 061586534 - 13/05/19			1,44
Juros por atraso-NF 061586534 - 13/05/19			0,24
Atualização IGPM-NF 061586534 - 13/05/19			0,25

TOTAL DA FATURA

51,64

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS		PIS		COFINS	
BASE DE CÁLCULO	%	BASE DE CÁLCULO	%	BASE DE CÁLCULO	%
43,73	25,00	43,73	0,17	43,73	0,79

Tarifas Aplicadas

Consumo Ativo(kWh) 0,54933000

HISTÓRICO DO CONSUMO

	kWh
JUN 19	58
MAI 19	92
ABR 19	71
MAR 19	104
FEV 19	112
JAN 19	97
DEZ 18	91
NOV 18	129
OUT 18	115
SET 18	95
AGO 18	90
JUL 18	90
JUN 18	105

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Geração de Energia	R\$ 14,65	33,50%
Transmissão	R\$ 1,70	3,89%
Distribuição (Celpe)	R\$ 10,35	23,67%
Perdas de Energia	R\$ 3,26	7,45%
Encargos Setoriais	R\$ 2,43	5,56%
Tributos	R\$ 11,34	25,93%
Total	R\$ 43,73	100%

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
91435500	CAT	13/05/2019	8.490,00	02/06/2019	8.548,00	20	1,00000		58,00

DATA PREVISTA DA PRÓXIMA LEITURA: 11/06/2019

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIM.	LIMITE ANUAL
DIC-Nº de horas sem Energia		abr/2019 4,2919	11,94	23,89	47,79
FIC-Nº de vezes sem Energia		2,0000	7,74	15,49	30,98
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		3,8242	6,59	0,00	0,00
DICRI-Duração de Interrupção em dia crítico		Limite DICRI: 16,60			
EUSD-Valor do Encargo de uso do sistema de distribuição = R\$ 17,30					
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.					

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no ponto mais perto de você! João da loja material esportivo: av. Manoel Irineu Araújo, centro / m a santos lida me: rua Manoel Irineu Araújo nr 1222 centro. Lista completa em www.celpe.com.br.
Na data da leitura a bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em www.aneel.gov.br.
Cobrança ICMS sobre subvenção CDE, conforme Decreto Estadual 39.459/13.
O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.
Pagto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL), Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês.
O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

DESTAQUE AQUI

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO
7000166906	06/2019	51,64	17/06/2019

838200000002 516400110073 000166906107 139855097436



TALÃO DE PAGAMENTO

Evite dobrar, perfurar ou rasurar.
Este canhoto será usado
em leitora ótica.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTORIZADO POR REGIME ESPECIAL
EMPREGANDO LEITORA ÓPTICA

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Qualificação do apoiador		
Nome Completo: JAILSON DE SOUZA GUILHERMINO		
Endereço: RUA BOA VISTA Nº 64 BAIRRO: NOSSA SRA. DE FÁTIMA		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP: 56.200-000
RG: 1590972589	Órgão Emissor: SSP/BA	CPF: 108.065.174-84

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Ouricuri (PE), 02 de AGOSTO de 2019.

X 
Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1224013057

NOME
JAILSON DE SOUZA GUILHERMINO



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
1590972589 SSP BA

CPF
108.065.174-84 DATA NASCIMENTO
24/08/1994

FILIAÇÃO
GERALDO GUILHERMINO

ROSILENE MARIA DE
SOUZA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.

Nº REGISTRO
06347357488

VALIDADE
09/12/2019

1ª HABILITAÇÃO
16/04/2015

OBSERVAÇÕES
sem observações

Jailson de Souza Guilhermino

PROIBIDO PLASTIFICAR
1224013057

LOCAL
OURICURI - PE

DATA EMISSÃO
25/04/2016

[Assinatura]

ASSINATURA DO EMISSOR

77493669665
PR072473169

DETRAN - PE (PERNAMBUCO)



JAILSON DE SOUZA GUILHERMINO
RUA BOA VISTA, 64
NOSSA SRA FATIMA
56200-000 OURICURI-PE

Referência

JUNHO /2019

Telefone

(87) 3874-3883

Vencimento

25/07/2019

Total a pagar

R\$ 80,61

Resumo da sua fatura



OI FIXO R\$ **20,12**
OI FIXO
PACOTE DE MINUTOS FIXO-FIXO LOCAL
SERVICOS DIGITAIS



OI VELOX R\$ **54,57**
OFERTA VELOX E SERVICOS DE BANDA LARGA
ASSINATURA VELOX
OI LEITURA



EXCEDENTES, OUTROS SERVICOS E TAXAS R\$ **5,92**
OUTROS VALORES

Desde 06 de Novembro de 2016 foi incluído o número 9 à frente dos celulares dos DDDs 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54 e 55 passando ao formato: (DDD)9xxxx-xxxx.
Mais informações em oi.com.br/9digito.

CODIGO MINHA OI
161200130344

www.oi.com.br/MinhaOi

Cadastre-se na minha Oi e consulte saldo, conta detalhada, histórico de consumo e muito mais.



TELEMAR NORTE LESTE S/A
CNPJ: 33.000.118/0014-93 - INSC. ESTADUAL:
181.001.0019146-4
RUA JOAQUIM FELIPE, 168 - RECIFE - PE CEP: 50050-365
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

JAILSON DE SOUZA GUILHERMINO
TELEFONE/CONTRATO: 38743883 CJ 0 SU 5
CONTA 06/2019 LOCAL 4984 DV 0

CODIGO MINHA OI
161200130344

www.oi.com.br/MinhaOi

Cadastre-se na minha Oi e consulte saldo, conta detalhada, histórico de consumo e muito mais.

84660000000-0 80610024030-8 32049840387-4 43883051906-4



FATURA N.: 1200112952805
VENCIMENTO: 25/07/2019
VALOR A PAGAR R\$ 80,61

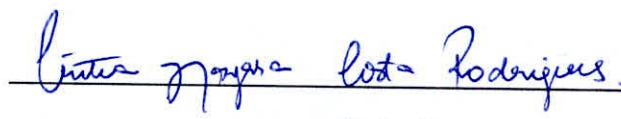
MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Qualificação do apoiador		
Nome Completo: CINTIA NAYARA COSTA RODRIGUES		
Endereço: AV. SANTA MARIA Nº 160 BAIRRO: SANTA MARIA		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP: 56.200-000
RG: 8920381	Órgão Emissor: SDS/PE	CPF: 110.975.834-06

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Ouricuri (PE), 05 de AGOSTO de 2019.


Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



P
E

NOME
CINTIA NAYARA COSTA RODRIGUES

DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF
8920391 SDS PE

CPF
110.979.834-06

DATA NASCIMENTO
04/05/1995

FILIAÇÃO
NICOLAU RODRIGUES FILHO
CELIA DA COSTA RODRIGUES

PERMISSÃO
B

ACC
B

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
05947761906

VALIDADE
15/05/2024

1ª HABILITAÇÃO
04/12/2013

OBSERVAÇÕES

Cintia Nayara Costa Rodrigues
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
OURICURI, PE

DATA EMISSÃO
16/05/2019

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

05481050414
PE092615112

PERNAMBUCO

DENATRAN CONTRAN

VALIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

1823563812

1823563812

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111. Boa Vista, Recife - PE. CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
CELIA DA COSTA RODRIGUES

CPF 811 074 984-49

AV. STA. MARIA 160

STA. MARIA/OURICURI
OURICURI PE
56200-000

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
064382040	UNICA	04/06/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
04/06/2019	2001951319	2175911

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
2114867015	06/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LETURA
12/06/2019	04/07/2019
TOTAL A PAGAR (R\$)	142,84

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(MWh)	155,0000000	0,74193679	115,00
Acrescimo Bandeira AMARELA			1,79
Contrib. Ilum. Publica Municipal			17,69
ICMS Subvenção-CDE-NF 052968929- 08/03/19			0,77
ICMS Subvenção-CDE-NF 056743417-04/04/19			0,78
Multa por atraso-NF 052968929- 08/03/19			2,09
Multa por atraso-NF 056743417- 04/04/19			1,87
Juros por atraso-NF 056743417- 04/04/19			0,77
Juros por atraso-NF 052968929- 08/03/19			0,83
Atualização IGPM-NF 056743417- 04/04/19			0,61
Atualização IGPM-NF 052968929- 08/03/19			0,64

TOTAL DA FATURA

14284

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
9139250	CAT	08/05/2019	15.595,00	04/06/2019	15.750,00	29	1.0000		155,00

HISTÓRICO DE CONSUMO		INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
Mês/Ano kWh							
JUN19 155					Geração de Energia	R\$ 30,12	33,94%
					Transmissão	R\$ 4,55	3,90%
MAI19 149					Distribuição (Celpe)	R\$ 27,82	23,85%
APR18 121					Perdas de Energia	R\$ 6,70	7,45%
MAR19 139					Encargos Setoriais	R\$ 6,60	5,57%
FEV19 127					Tributação	R\$ 30,30	25,94%
JAN19 106					Total	R\$ 116,78	100%
DEZ18 142							
NOV18 147							
OUT18 127							
SET18 124							
AGO18 144							
JUL18 131							
JUN18 143							

Pague no ponto mais perto de você cred rápido! e teresa reyne 159 serto antonio / sara utildades do br ed argeppord do e
 equino Na data da letura a zandera em vigor e a Verge Mais inform@es em www.anti.gov.br Cobrança KMS sobre subvencão CDE,
 conforme Decreto Estadual 39.459/3. Cobrança KMS sobre subvencão do CDE conforme Decreto Estadual 39.459/3. O cliente e
 consentido quando há violação no prazo de validade do cartão de crédito, o cliente e obrigado a pagar o valor do cartão de crédito
 29/04/14 04:00:25, Jureta 10 mil reais 10.436/02 e atualização monetária no pró. miza O Cliente e compensado quando há descumprimento
 do prazo de entrega para os pedidos de atendimento comercial

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em todas as Unidades de administração, ou até www.celpe.com.br

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					NÍVEIS DE TENSÃO		
CONJUNTO	VALOR AFIRMAÇÃO R\$ 2015	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
						MÍNIMO	MÁXIMO
DIG	0,47	6,47	12,94	25,89	220	202	231
FIC	1,00	3,42	6,85	13,70			
DMIC	0,47	3,60	0,00	0,00			

Limite DGR: 12,22 EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição = R\$ 46,24

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R\$)
21149R7015	06/19	12/06/2019	142,84

83810000001-9 42840011002-0 11486701510-8 13986883223-7



MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Qualificação do apoiador		
Nome Completo: ALAN DA SILVA ALENCAR		
Endereço: RUA NOVO HORIZONTE Nº 22 BAIRRO: CONDOMINIO OURICURI		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP: 56.200-000
RG: 9.945.225	Órgão Emissor: SSP/PE	CPF: 120.953.314-60

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Ouricuri (PE), 01 de AGOSTO de 2019.

Alan da Silva Alencar.

Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	9.945.225
DATA DE EXPEDIÇÃO	22/04/2014
NOME	<< ALAN DA SILVA ALENCAR >>
FILIAÇÃO	<< ANTONIO DA SILVA ALENCAR >> << JOSEFA MARIA DE ALENCAR SILVA >>
NATURALIDADE	ITAQUERA - SP
DATA DE NASCIMENTO	13/06/1996
DOC. ORIGEM	<< CN.44727 L.A75 F.238V CART.SÃO PAULO-SP 28.06.1996 >>
CPF	120.953.314-60
ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7416 DE 29/08/83	
F-60 70.911 - 4321	

CARTeira DE IDENTIDADE	
Alan da Silva Alencar	
	
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TRAVESSINHA	
ESTADO DE PERNAMBUCO	
11R-23	

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - PE, CEP 50050-902
CNPJ: 10.835.932/0001-08 | Ins. Est. 0005843-93 | www.cepe.com.br

DAVID DO CLARK

JOSEFA MARIA DE ALENCAR SILVA

PRODUTOS DA UNIDADE CONJUGADA

RUA NOVO HOF IZONTE 28

CPF 747 014 604-00

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL

CONDOMINIO CURICURI
CURICURI PE
56200-000

068873838	UNICA	21/08/2018
21/06/2018	2010746574	2184637

70061546:2 06/2019

01/07/2013 23/07/2019

223 04

DESCRIPTIVE DATA SHEET

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)			
Arrendamento Bandeira AMARELA	259,00000000	0,74199879	192,16
Contribuição: Pública Municipal			0,95
ICMS Subvenção: CDE-NF 058323556-23/04/19			17,69
Multa por atraso: NF 058323556-23/04/19			2,14
Juros por atraso: NF 058323556-23/04/19			5,13
Atualização IGPM: NF 058323556-23/04/19			3,60
			1,47
TOTAL DA FATURA			

TOTAL DA FATURA

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

223.04

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
MY1069	CAT	23-05-2019	44 353,00	21-06-2019	44 542,00	29	1,05000		259,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

Consumo (kWh)	PERÍODO
254	JUN18
320	JUL18
332	ABR18
401	MAR18
437	FEV18
367	JAN18
280	DEZ18
357	NOV18
427	OUT18
359	SET18
330	AUG18
285	JUL18
63	JUN18

EXTRATOS DE TÍTULOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	12,00	48,47
PIS	0,17	0,22
COFINS	0,75	1,52

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	54,50	33,56%
Transmissão	7,22	1,89%
Distribuição (Cargas)	45,27	23,92%
Perdas da Energia	14,39	7,45%
Energos Sociais	10,74	5,56%
Tributos	30,11	25,95%
Total	160,11	100%

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo (kWh)

0,54933000

RESUMO DO FÓRTO

0483 04AC 98E6 3B8E FB3E 21A8 3F27 10F4

0AB3 D4AC 98E6 3B8E FB3E 21A8 3F27 1CF4

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

[illegible]

ATENÇÃO! A CELPE INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO()

EM ATÉ 10 DIAS, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO CORTE

Vencido	Debitado	Valor	Vencido	Debitado	Valor
30/05/19	21/08/19	110,00			

As candidaturas foram de
Formigosa, Resto do Salto,
414/2013, 3a fase, publicado
em 20/05/2013. O edital de
licitação encontra-se em
anexo. O processo encontra-se
em andamento.

Esta comunicação não substitui a análise de dados anteriores e a AA 3 contempla estudos em discussão nacional. Caso o sujeito do formulário de pesquisa por meio de um de seus pontos de atendimento, pudesse ocorrer o encerramento do processo, também é de competência conforme os critérios definidos no Art. 99, REND 41/2008. Podem ocorrer ações de cobrança, bem como inclusão nos registros de restrição de crédito SPC e SERASA.

TENSÃO E TENSÃO DE VARIAÇÃO					TENSÃO E TENSÃO			
	CONJUNTO	VALOR APROVADO Abr/2019	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
							MÍNIMO	MÁXIMO
12G		0,47	0,47	12,94	25,89	270	202	231
12D		1,00	3,42	6,85				
12BNC		0,47	3,60	6,00	22,22			

LEND - Valor do Empréstimo = R\$ 2,22

AUTORIZADO POR REGIME ESPECIAL
 DALLAÇÃO CM-5-418 Nº 049/2012
 SCSA-2-DE

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R\$)
----------------	---------	--------------------	---------------------

7006154832 08/2019 01/07/2019 223,04

83880000002-0 23040011007-0 00615463210-3 14260055253-7




MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

Qualificação da entidade apoiadora		
Razão social: ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE PEQUENOS PRODUTORES DO SÍTIO SOLTA		
Endereço: SÍTIO SOLTA Nº SºN BAIRRO: ZONA RURAL CNPJ: 00.952.998/0001-24		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP: 56.200-000
Nome do representante legal: MARIA LUCIANA DE OLIVEIRA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Ouricuri (PE), 06 de AGOSTO de 2019.


Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.952.998/0001-24 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 27/09/1995
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO SAO FRANCISCO DE PEQUENOS PRODUTORES DO SÍTIO SOLTA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO SIT SOLTA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 56.200-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO OURICURI	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/08/2019** às **11:44:16** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ATA DA ELEIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE PEQUENOS PRODUTORES DO SÍTIO SOLTA CNPJ 00952998/0001-24.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2018, às 16 horas, na Igreja São Francisco, do Sítio solta, na zona rural de Ouricuri PE. Reuniram-se, em assembleia geral ordinária, os sócios da associação São Francisco de pequenos produtores do sítio solta. Para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia. **1 - Eleição da associação São Francisco de Pequenos Produtores do sítio Solta, Conselho Fiscal, e posse da nova diretoria; 2- prestação de contas; 3 - Leitura do edital de convocação e leitura e aprovação da ata da reunião anterior.** A senhora Zenilda Batista de Oliveira, presidente da associação, convocou o senhor Almir Francisco da Silva, para presidir a eleição, da nova Diretoria, da associação São Francisco de pequenos produtores. Iniciando o processo de eleição, convoca-se a compor a mesa, a diretoria da associação, A presidente em exercício, fez o uso da palavra falando da importância da nova diretoria. O senhor Almir Francisco da Silva, convidou os associados para assinar o livro de presença da eleição. Após assinatura do livro verificou-se A Presença de 20 sócios, aptos a votar. A votação se deu por voto de aclamação conforme o parágrafo único do estatuto. Apresentação da chapa única para votação, para o mandato de 20 de janeiro de 2019 a 20 de janeiro de 2022, com a seguinte composição: **Presidente Maria Luciana de Oliveira**, brasileira, casada, agricultora, portadora CPF:059.518.204-64.RG: 7.727.409 SDS-PE, residente no Sítio Solta, S/N. CEP. 56200-000 Ouricuri-PE. **Vice-presidente: Maria da Penha dos Santos** brasileira, divorciada, agricultora, portadora do CPF 040. 679.174-06, RG: 5824963 SSP-PE. Residente no Sítio Solta, S/N. CEP. 56200-000 zona rural, município de Ouricuri-PE. **Secretária: Maria Natal Batista de Oliveira**, brasileira, solteira, agricultora, portadora, do CPF :094.141.654-28 RG:8796502 SDS-PE, residente no sítio Solta, S/N. CEP. 56200-000 município de Ouricuri – PE. **Secretária-adjunta: Maria do Socorro Moura Medeiros**, brasileira, casada, agricultora, portadora, do CPF :682.190.834-68 RG:3511369 SSP- PE, residente no Sítio Solta, S/N. CEP. 56200-000, município de Ouricuri- PE. **Tesoureiro: Maria do Carmo Costa da Silva**, casada, agricultora, portadora, do CPF 040.587.094-99. RG: 6533562 SDS-PE. Residente e domiciliada no sítio solta, S/N. CEP. 56200-000 Município de Ouricuri PE. **Tesoureira-adjunto: Lucileide Antônia de Oliveira Gomes**, brasileira, casada, CPF: 061.627. 764-41. RG: 5072 3039 SSP-SP residente sítio solta, S/N. CEP. 56200-000 município de Ouricuri- PE. **Conselho fiscal membros efetivos: 1 - Ezilda de Castro Nunes**, brasileira, casada, agricultora, portadora do CPF: 902.337. 944-68 RG: 5606592 SSP-PE residente no sítio solta, S/N. CEP. 56200-000 município de Ouricuri-PE. **2- Conselho fiscal Hernando Palmeira da Silva**, brasileiro, casado, agricultor, portador, CPF: 370.211.504-82 RG: 1884802 SSP-PE residente no Sítio Solta, S/N. CEP. 56200-000 Ouricuri-PE, **3-Conselheira, Josefa Batista de Oliveira**, brasileira, viúva, agricultora, portadora do CPF: 599.812.534- RG: 4718 992 SSP-PE sítio Solta, , S/N. CEP. 56200-000 no município de Ouricuri- PE. **Suplentes de conselho fiscal; Maria Lúcia da Rocha**, brasileira, divorciada, agricultora, portadora do CPF 750.106.154-87 RG: 4169238 SSP-PE. Residente no sítio solta, S/N. CEP. 56200-000 Ouricuri –PE. **Eliete de Sá Alencar Pereira**, brasileira, casada, agricultora, portadora do CPF: 039.761.184-60, RG : 6431 463 residente no Sítio Solta, S/N. CEP. 56200-000, município de Ouricuri-

João Paulo Gomes Bezerra
Advogado
OAB/PE 1171-B

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE OURICURI
Antônia Silvani Siqueira de Melo
Escrevente - Substituta

PE. **Francisco de Assis Ágra**, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF: 024.403.784-10.
RG: 6189620 SSP-PE. Residente no Sítio Solta, S/N. CEP. 56200-000 município de Ouricuri –
PE. Foi colocada em votação, fazendo a contagem dos votos, verificou-se 20 votos, sendo
eleita a nova diretoria por unanimidade. Em nome da Constituição Brasileira e do estatuto
da associação, eu Almir Francisco da Silva declaro empossada, essa diretoria para o
mandato de três anos do dia 20 de janeiro de 2019 a 20 de janeiro de 2022.

Maria Lucrezia de Oliveira

Presidente

Maria da Penha de Santo

Vice-Presidente

Maria do Carmo Costa Silva

Tesoureira


Maria Natal B. de Oliveira

Secretaria

João Paulo Gomes Pedrosa Bezerra
Advogado
OAB/PE 1171-B

PE
CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE OURICURI-PE
Av. Antônio Pedro da Silva, 602 - CEP: 56200-000 - Tel: (87) 3874-1597 - E-mail: salvani@oi.com.br
Tribunal: Ben. Salvani Torres Siqueira Brandão / Escrev. Substituta: Antônia Silvani Siqueira de Melo

Protocolado sob o n° 6532 e registrado em Pessoa
Jurídica - Atua
LIVRO A, sob o n° 637 em 12/03/2019
11:59:00. (Emol: R\$ 84,11. TSNR: R\$
19,79. FERC: R\$ 9,90) Selo:
0076380.NUA10201803.00096.SALVANI
TOPRES SIQUEIRA BRANDÃO - TABELIA


www.tipe.jus.br/sei/odigital

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE OURICURI
Antônia Silvani Siqueira de Melo
Escrevente - Substituta

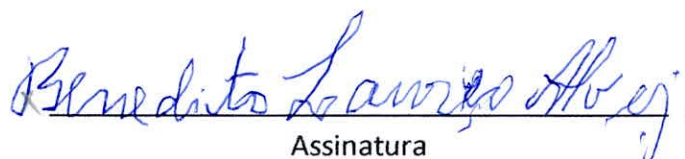
MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

Qualificação da entidade apoiadora		
Razão social: ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIENCIA E PATOLOGIA DE OURICURI-PE		
Endereço: RUA PEDRO GONCALVES Nº 45 BAIRRO: CENTRO CNPJ: 01.704.985/0001-07		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP: 56.200-000
Nome do representante legal: BENEDITO LOURENÇO ALVES		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Ouricuri (PE), 02 de AGOSTO de 2019.


Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.704.985/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/01/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DAS PESSOAS COM DEFICIENCIA E PATOLOGIA DE OURICURI - PE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FRATERNIDADE SAN-BENEDITO			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R PEDRO GONCALVES	NÚMERO 45	COMPLEMENTO	
CEP 56.200-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO OURICURI	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/05/1999	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/08/2019** às **10:47:01** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)



[Preparar Página para Impressão](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)



APCD - ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PATOLOGIA DE OURICURI - PE
Fundada em 14.08.94 e reconhecida de utilidade pública Lei Municipal nº 813/97.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PATOLOGIA DO MUL. DE OURICURI (PE), CNPJ Nº 01.704.985/0001-07. PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA.

Aos 22 (dias) do mês de Outubro de 2017, nesta cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco, das 08:00 horas as 12:00 horas, se reuniram em sua sede social localizada a Rua Pedro Gonçalves Nº 45 CEP. 56.200-000, na forma regimental a diretoria e os sócios da referida, com o objetivo de proceder à eleição e posse da nova diretoria, havendo chapa única onde a mesma foi eleita por aclamação. Ficando assim constituída: Presidente – Benedito Lourenço Alves; Vice Presidente – Maria Valdecir Regis da Silva; 1º Secretário – Deyane Cavalcante Sobrinho Viturino; 2º Secretário – Daniely Cavalcante Alves; 1º Tesoureiro – Carla Laryssa Alves de Souza; 2º Tesoureiro – Maria da Piedade Silva Alencar. Conselho Fiscal: 1º Membro – Severina Maria de Vasconcelos; 2º Membro – Lourenice da Conceição Alves; 3º Membro – Joilza Modesto Granja de Souza. Suplentes do Conselho Fiscal: 1º Suplente – Estelita Soares da Silva Barreto; 2º Suplente – Edilene Maria da Conceição; 3º Suplente – Lourenço Ajoão Alves. O mandato desta respectiva mesa diretora terá duração de 04 (quatro) anos, com início em 22 de outubro de 2017 e com término em 22 de outubro de 2021. Fez uso da palavra o Presidente o Sr. Benedito Lourenço Alves agradecendo os presentes pela recondução do cargo de presidente e que irá se empenhar cada vez mais nos trabalhos desenvolvidos pela referida Associação. O Presidente declarou suspensa a assembleia, para a lavratura da Ata, que foi aberta posteriormente a sessão para a leitura da mesma, a qual foi aprovada, e para constar, Eu, Deyane Cavalcante Sobrinho Viturino, constitui a lavratura da presente ata, que depois de lida e achada conforme, foi assinada por mim e pelos presentes.

Benedito Lourenço Alves

CNPJ / ME Nº. 01.704.985/0001-07

Rua Pedro Gonçalves, 45 Centro Ouricuri - PE CEP 56.200-000. Fones: (87) 3874-1391 / (87) 9.9995-1734
E-mail: adpc_deficiencia@hotmail.com – E-mail: apcd.deficiencia.our@gmail.com

PE **CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE OURICURI-PE**
Av. Antônio Pedro da Silva, 602 - CEP: 56200-000 - Tel.: (87) 3874-1597 - E-mail: silvani@of.com.br
Titular: Bel. Silvani Torres Siqueira Brandão / Escriv. Substituta: Antonia Silvani Siqueira de Melo

Protocolado sob o nº 6636 e registrado em Pessoa Jurídica -
LIVRO A, sob o nº 715 em 09/08/2019
14:09:37. (Emol: R\$ 84,11. TSNR: R\$ 19,79. FERC: R\$ 9,90) Selo
0076380. OKI06201904.00029. SALVANI TORRES
SIQUEIRA BRANDÃO - TABELIA



www.tpe.jus.br/selodigital

Maria Natal E. Freire
NARIDE na 17/10/17

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

Qualificação da entidade apoiadora		
Razão social: FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DO ARARIPE.		
Endereço: AV. MANOEL IRINEU ARAUJO Nº 585 BAIRRO: AEROPORTO CNPJ: 11.108.164/0001-53		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP: 56.200-000
Nome do representante legal: MARIA DO SOCORRO NUNES		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Ouricuri (PE), 02 de AGOSTO de 2019.

x Maria do Socorro Nunes.
Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

PRESIDENTE: MARIA DO SOCORRO NUNES

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.108.164/0001-53 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/05/1976
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DO ARARIPE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDACAO ACAA SOCIAL DO ARARIPE			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV MANOEL IRINEU DE ARAUJO	NÚMERO 585	COMPLEMENTO	
CEP 56.200-000	BAIRRO/DISTRITO AEROPORTO	MUNICÍPIO OURICURI	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/08/1999	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/08/2019** às **10:52:40** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)



FUNDASA

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO ARARIPE - FUNDADA EM 10.03.1976

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO ARARIPE – FUNDASA. PARA ELEIÇÃO E POSSE NOVA DIRETORIA.

Aos 22 dias do mês de outubro de 2017, nesta cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco, das 19:00 (dezenove) às 22:00 (vinte e duas) horas, na sala de reuniões no Anexo Administrativo à Rua Pedro Gonçalves nº 45 Centro Ouricuri – PE, CEP 56.000-000. Reuniu-se a Diretoria e membros da Fundação de Ação Social do Araripe – FUNDASA, CNPJ 11.108.164/0001-53, com o objetivo de proceder a eleição da nova Diretoria. Havendo apenas a inscrição de uma chapa única, ocasionando assim, a eleição da mesma, que foi eleita por unanimidade dos votos dos membros da entidade. A nova Diretoria ficou assim constituída: Presidente – Maria do Socorro Nunes portadora dos seguintes documentos: RG nº 2.606.133 SSP/PE, CPF: 370.210.954-49 Residente na Avenida Fernando Bezerra nº 1228 Centro; Vice-Presidente – Carla Laryssa Alves de Souza, portadora dos seguintes documentos: RG nº 9.346.641 - SDS/PE, CPF: 114.211.324-86 Residente na Rua Cel Pacífico Lopes Siqueira, nº 163 no Bairro Santa Maria; 1º Secretária – Deyane Cavalcante Sobrinho Viturino, portadora dos seguintes documentos: RG nº 8.038.545 SDS/PE, CPF:083.315.864-33 Residente no Sítio Piau, S/N Ouricuri-PE; 2º Secretário – Clarindo Rodrigues de Matos, portador dos seguintes documentos: RG nº 9.404.274 SSP/PE, CPF nº 070.974.448-00 Residente no bairro Santo Antonio; Secretário Executivo – Benedito Lourenço Alves, portador dos seguintes documentos: RG: 1.786.279 SSP/PE, CPF: 189.592.964-49; Secretário Adjunto – José Arnaldo Alves, portador dos seguintes documentos: RG: 2.664.081 SSP/PE, CPF: 100.362.884-20; 1º Tesoureira – Danielly Cavalcante Alves, portadora dos seguintes documentos: RG nº 6.990.663 SDS/PE, CPF: 010.569.954-32 Residente na Rua Pedro Gonçalves, nº 109 Centro; 2º Tesoureira – Gerlandia Maria da Silva, portadora dos seguintes documentos: RG nº 8.188.711 SDS/PE CPF nº 080.931.004-07 Residente na Rua Pedro Gonçalves nº 263 Centro. Conselho Deliberativo: Presidente - Lourenço João Alves portador dos seguintes documentos: RG nº 8.343.82 SSP/PE CPF nº 014.691.004-44 Residente na Fazenda Capim Grosso Sítio Santa Terezinha 1º Distrito de Ouricuri-PE, Secretario: Edson Lucas Alves Marcelino, portador dos seguintes documentos: RG nº 9.769.037 SDS-PE, CPF nº 122.406.314-73 Residente na Fazenda Capim Grosso, Sítio San Diego, 1º Membro – Nuziele da Silva Alves, portadora dos seguintes documentos: CPF nº 069.268.554-55 Residente na Rua Cel Pacífico Lopes Siqueira nº 493 Bairro Santa Maria, 2º Membro – Maria da Piedade Silva Alencar, portadora dos seguintes documentos: RG nº 3.235.937 SDS/PE, CPF nº 704.839.004-10 Residente no Sítio São Bento em Ouricuri-PE, 3º Membro – Edmilson Marcelino da Silva portador dos seguintes documentos: RG nº 2.332.670 SSP-DF CPF nº 040.862.344-67 Residente na Fazenda Capim Grosso 1º Distrito de Ouricuri-PE, 4º Membro – Estelita Soares da Silva Barreto, portadora dos seguintes documentos: RG nº 3.196.560 SSP/PE, CPF nº 471.098.154-04 Residente no Sítio Gruta, Pradικό 02 em Ouricuri-PE, 5º Membro – Maria Adelbides Santos da Silva, portadora dos seguintes documentos: RG. 1.786.313 SSP/PE, CPF. 363.932.664-49 Residente na Rua Pedro Gonçalves, nº 39. Suplentes do Conselho Deliberativo: 1º Suplente – Maria da Paz Barreto Cavalcante portadora dos seguintes documentos: RG nº 1.639.852 SSP/PE CPF nº 186.304.564-34 Residente na Rua Pedro Gonçalves nº 262 Centro, 2º Suplente – Elandia da Silva Barreto portadora dos seguintes documentos: RG nº 7.817.561 SDS/PE CPF nº 072.452.064-30 Residente no Sítio Gruta Fazenda Pradικό 02 1º Distrito de Ouricuri-PE, 3º Suplente – Benedito Mendes Barreto portador dos Seguintes documentos: RG nº 2.450.293 SSP/PE CPF nº 257.946.634-72 Residente no Sítio Gruta Fazenda Pradικό 02 1º Distrito de Ouricuri-PE, 4º Suplente – Clara Orlanda Alves Marcelino, portadora dos seguintes documentos: RG nº 9.967.846 SDS/PE, CPF nº 126.798.994-74 Residente na Fazenda Capim Grosso, zona rural de Ouricuri-PE, 5º Suplente– José Ayandson Rodrigues Batiata, portador dos seguintes documentos: CPF nº 144.644.724-35 Residente na Travessa Rua Arlindo Rodrigues da Silva, nº 106.

Conselho Fiscal: 1º Membro – Lourenice da Conceição Alves portadora dos seguintes documento: RG nº 4.614.047 SSP/PE CPF nº 656.301.304-04 Residente na Fazenda Capim Grosso Sítio Santa Terezinha 1º Distrito de Ouricuri-PE; **2º Membro** – Lucivânia Alves do Nascimento portadora dos seguintes documentos: RG nº 6.146.920 SSP/PE CPF nº 035.721.064-60 Residente na Rua Prefeito Elias Gomes, nº 455 Bairro Nª. Sª do Carmo; **3º Membro** – Marizete Soares da Silva Rodrigues portadora dos seguintes documentos: RG nº 30.835.187-3 SSP/SP CPF nº 266.561.548-75 Residente na Fazenda Pradico 02 Sítio Gruta 1º Distrito de Ouricuri-PE. **Suplentes do Conselho Fiscal: 1º Suplente** – Lourival Alves do Nascimento, portador dos seguintes documentos: RG nº 7.437.298 SDS/PE, CPF nº 063.384.974-00 Residente na Fazenda Capim Grosso, zona rural Ouricuri-PE; **2º Suplente** – Edilene Maria da Conceição, portadora do seguinte documento: CPF nº 056.880.154-70 Residente na Rua Bela Vista, nº 144 Bairro N/S Fátima; **3º Suplente** – Joilsa Modesto Granja de Souza, portadora dos seguintes documentos: RG nº 5.045.810 SSP/SP CPF nº 704.533.144-49 Residente na Rua Maria Petronila da Silva, nº 589, bairro Renascença. Fez uso da palavra a Presidente Maria do Socorro Nunes agradecendo a todos os presentes pela recondução ao cargo de presidente da referida entidade, dizendo que irá se empenhar mais aos trabalhos na Fundação, e também fez o uso da palavra o Sr. Benedito Lourenço Alves Secretario Executivo, agradecendo a todos os presentes pela recondução ao cargo e falou também da responsabilidade que vai assumir durante este período. Fez uso da palavra o Presidente do Conselho Deliberativo o Sr. Lourenço João Alves que agradeceu a todos pelo cargo e se comprometendo a continuar os trabalhos da Fundação como estabelece o estatuto social. Os mandatos terão duração de 04 (quatro) anos, conforme o artigo 34 do seu estatuto social. E assim, tomaram posse todos os Eleitos da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Suplente do Conselho Fiscal em 22 de Outubro de 2017. A Presidente declarou suspensa a assembleia, para a lavratura da ata pela Secretária. Que logo após, foi terminada a transcrição da Ata, e foi reaberta a sessão para a leitura e discussão da mesma. A qual foi aprovada por unanimidade. E para constar, Eu, Deyane Cavalcante Sobrinho Viturino, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, foi assinada por mim e pelos presentes.

Benedito Lourenço Alves

CNPJ - ME 11.108.164/0001-53

Av. Manoel Irineu de Araújo, nº. 585, Bairro Aeroporto

(Com Anexo Administrativo à Rua Pedro Gonçalves, Nº 45 Centro, Ouricuri - PE)

CEP. 56.200-000 - Tel. (87) 3874-1391 - (87) 9.9995-1754. E-mail: fund.asa@hotmail.com



CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE OURICURI-PE
Av. Antônio Pedro da Silva, 602 - CEP: 56200-000 - Tel.: (87) 3874-1597 - E-mail: salvani@oi.com.br
Titular: Belª. Salvani Torres Siqueira Brandão / Escrev. Substituta: Antonia Silvani Siqueira de Melo

Protocolado sob o nº 6634 e registrado em Pessoa Jurídica -

LIVRO A, sob o nº 713 em 09/08/2019

13:55:56. (Emol: R\$ 84,11. TSNR: R\$

19,79. FERC: R\$ 9,90) Seleção:

0076380.RM006201904.00027 SALVANI TORRES
SIQUEIRA BRANDÃO - TABELIA



www.tjpe.jus.br/seledigital

MARIA NATAL E. FREIRE
OAB/PE nº 17.059


MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

Qualificação da entidade apoiadora		
Razão social: OBRAS SOCIAIS ANISIO COELHO		
Endereço: AV. MANOEL IRINEU ARAUJO Nº 585 BAIRRO: AEROPORTO CNPJ: 11.469.517/0001-40		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP: 56.200-000
Nome do representante legal: LOURENICE DA CONCEIÇÃO ALVES		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Ouricuri (PE), 09 de AGOSTO de 2019.


Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
11.469.517/0001-40
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
06/10/1980

NOME EMPRESARIAL
OBRAS SOCIAIS ANISIO COELHO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
OSACO

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
AV MANOEL IRINEU ARAUJO

NÚMERO
585

COMPLEMENTO

CEP
56.200-000

BAIRRO/DISTRITO
AEROPORTO

MUNICÍPIO
OURICURI

UF
PE

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
09/10/1999

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **09/08/2019** às **16:30:40** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



OSACO

OBRAS SOCIAIS ANÍSIO COELHO
Fundada em: 08.10.1982

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA OSACO (OBRAS SOCIAIS ANÍSIO COELHO), CNPJ/MF 11.469.517/0001-40, PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA.

Aos 22 (dias) do mês de Outubro de 2017, nesta cidade de Ouricuri-PE, Estado de Pernambuco, CEP. 56.000-000. Das 13:00 horas as 17:00 horas, se reuniram em sua sede social localizada na Avenida Manoel Irineu de Araujo N° 585, Bairro Aeroporto, na forma regimental a diretoria e os sócios da referida entidade, com o objetivo de proceder à eleição e posse da nova diretoria. Havendo apenas uma única chapa, a mesma foi eleita por aclamação. E sua Nova Diretoria ficou assim constituída: Presidente – Lourenice da Conceição Alves; Vice Presidente – Clarindo Rodrigues de Matos; 1º Secretário – Maria Valdecir Regis da Silva; 2º Secretário – Edson Lucas Alves Marcelino; 1º Tesoureira – Daniely Cavalcante Alves; 2º Tesoureira – Clara Orlanda Alves Marcelino. Conselho Fiscal: 1º Membro – Maria da Piedade Silva Alencar; 2º Membro – Lourival Alves do Nascimento; 3º Membro – Luciane Alves do Nascimento. Suplentes do Conselho Fiscal: 1º Suplente – Edmilson Marcelino da Silva; 2º Suplente – Aurinete Lopes Sobrinha; 3º Suplente – Lourenço João Alves. O mandato desta respectiva mesa diretora terá duração de 04 (quatro) anos, com início em 22 de outubro de 2017 e com término em 22 de outubro de 2021. Fez uso da palavra a Sra. Presidente Lourenice da Conceição Alves, agradecendo os presentes e que irá se empenhar nos trabalhos desenvolvidos pela referida entidade. A Presidente declarou suspensão a assembléia, para a lavratura da Ata, que foi reaberta posteriormente a sessão para a leitura da mesma, a qual foi aprovada e para constar, Eu, Maria Valdecir Reges da Silva, constitui a lavratura da presente ata.

Maria Valdecir Reges da Silva
CNPJ/MF 11.469.517/0001-40

Av. Manoel Irineu Araújo, 585 - Bairro Aeroporto Ouricuri- PE CEP: 56.200 – 000.
Tel. (87) 9.8836-5827 – (87) 9.9185-3722 E-mail: osaco_14@hotmail.com

PE
CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE OURICURI-PE
Titular: Bel. Salvani Torres Siqueira Brandão / Escriv. Substituta: Antonia Silvani Siqueira de Melo
Protocolado sob o n° 6635 e registrado em Pessoa Jurídica -
LIVRO A, sob o n° 714 em 09/08/2019
14:03:36. (Emcl: R\$ 84,11. TSNR: RS
19,79. FERC: RS 9,90) Selo:
0076380.AAJ06201904.00028.SALVANI TORRES
SIQUEIRA BRANDAO - TABELIA



www.tpe.jus.br/selodigital

MARIA NATAL E FREIRE
OAB/PE nº 17059


MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

Qualificação da entidade apoiadora		
Razão social: ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES(AS) RURAIS DO SITIO CANTO ALEGRE		
Endereço: SITIO CANTO ALEGRE- FAZENDA URTIGAS Nº SºN BAIRRO: 1º DISTRITO CNPJ: 04.224.316/0001-18		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP: 56.200-000
Nome do representante legal: MARIA APARECIDA DA SILVA ALENCAR		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Ouricuri (PE), 07 de AGOSTO de 2019.


Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
04.224.316/0001-18
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
28/07/2000

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES (AS) RURAIS DO SÍTIO CANTO ALEGRE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
SIT CANTO ALEGRE - FAZ. URTIGAS

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO

CEP
56.200-000

BAIRRO/DISTRITO
1 DISTRITO

MUNICÍPIO
OURICURI

UF
PE

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
28/07/2000

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/08/2019** às **12:19:31** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ATA DA ASSEMBLEIAS GERAL DE ELEIÇÃO E POSSO ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SITIO CANTO ALEGRE.

CNPJ: 04.224.316/0001-18

Aos dias 30 (Trinta) do mês de outubro de dois mil e dezesseis (2016), em sua sede Social, Sítio Canto Alegre – Ouricuri-PE; foi instalada o processo de votação com início às 14:00 horas até as 16:00 horas conforme o Edital, para assim eleger a nova diretoria com chapa única, cujos nomes foram o seguinte: **PRESIDENTE: MARIA APARECIDA DA SILVA DE ALENCAR**, solteira, agricultora, residente e domiciliado no Sítio Canto Alegre, portador da Cédula de Identidade N.º6569482-SDS/PE e CPF N.º 046.520.744-84, **VICE-PRESIDENTE: ELIANE CAETANO**, brasileiro, casada, agricultora, residente e domiciliado no Sítio Canto Alegre, portador da Cédula de Identidade N.º:35.972– SSP/SP e CPF N.º 284.976068-41, **1ª: Secretaria: ANA PATRÍCIA DE ALENCAR SILVA**, brasileira, Solteira, agricultora, residente e domiciliado no Sítio São Bento, portador da Cédula de Identidade N.º:9.502.869 - SDS/PE e CPF N.º:076.405.134-21, **2ª:secretaria : EVIENE SILVA DE ALENCAR**, brasileira, Solteira, agricultora, residente e domiciliado no Sítio Alegre, portador da Cédula de Identidade N.6712289-SDS/PE e CPF N.º:043.608.414-77, **1º: TESOUREIRO: CARLO JOSE DA SILVA**, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado no Sítio Canto Alegre, portador da Cédula de Identidade N.º:1.602.883 -SSP/PE e CPF N.º:211.212.904-00; **2º: TESOUREIRA: ALIENTE LEITE DA SILVA**, brasileira, Solteira, agricultora, residente e domiciliado no Sítio Canto Alencar, portador da Cédula de Identidade N.º:6891537-SDS/PE e CPF N.º:053.956.554-76, Conselho Fiscal: **1º: CONSELHO FISCAL: INÁCIO JOSE DE ALENCAR**, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado no Sítio Canto Alegre, portador da Cédula de Identidade N.º:4947909– SSP/PE e do CPF N.º: 971.750.214-53, **2º: CONSELHO FISCAL: MARIA ELIENE PEREIRA LIMA**, brasileira, solteira, agricultora, residente e domiciliada no Sítio Cancelas, portadora da Cédula de Identidade sob N.º5496858 – SSP/PE e do CPF N.º:034.094.784-50; **3º: CONSELHO FISCAL: JUCÉLIA DE ALENCAR SILVA**, brasileiro, casada, agricultora, agricultora, residente e domiciliado no Sítio Espinheira, portador da Cédula de Identidade sob n.º:8.023.663– SDS/PE e do CPF N.º:076.405.144-01, **1º: CONSELHO FISCAL: EREMITA MARIA LOPES DE SOUZA**, brasileira, casada, agricultora, residente e domiciliado no Sítio Cancelas, portador da Cédula de Identidade N.º:3535130 – SSP/PE e do CPF N.º:748.070.214-00, **2º:CONSELHO FISCAL: FRANCISCA GOMES DE ALENCAR**, brasileira, Casada, agricultora, residente e domiciliada no Sítio Pedro, portadora da Cédula de Identidade sob N.º:6146962 – SSP/PE e do CPF N.º:036.494454-41; **3º: CONSELHO FISCAL: MARIA DE FATIMA DE SOUZA**, brasileira, casada, agricultora, residente e domiciliado no Sítio Canto Alegre, portador da Cédula de Identidade N.º:4551358– SSP/PE e do CPF N.º:774.934904-68.Em seguida a comissão Eleitoral fez a apuração dos votos observando o total de votantes aptos a votar era 33,(Trinta e Três),compareceram para vota 18(dezoito)Associados(as),sendo que dos aptos a votar 15 não compareceu, terminando apuração foi eleita com 18 votos a nova diretoria da Associação dos Trabalhadores(as) Rurais do Sítio Canto Alegre. O presidente da mesa da comissão Eleitoral responsável pelo processo juntamente com os demais membros: **MARIA DO SOCORRO DA NASCIMENTO SILVA**, **2º: FRANCISCA DE JESUS GREGÓRIO**, **3º: ROBERTO SILVA DE ALENCAR**, Convidou Todos os membros da diretoria eleita para a mesma da posse, sendo assim empossou toda a diretoria eleita, foi o Seguinte Esclarecendo que os mesmos são reservas, pois em caso de

impedimento dos efetivos, serão convocados os suplentes. O mandato desta Diretoria começa a contar de 30 de outubro de 2016 a 30 de outubro de 2020. Assim após terem falado vários oradores todos se congratulando com os novos diretores, por último falou o presidente da mesa, agradeceu o convite que lhe foi feito, e desejou aos membros da Diretoria empossada um bom trabalho em defesa dos Associação dos Trabalhadores (as) Rurais do Sitio Canto Alegre. Não havendo mais nada a tratar, o presidente da mesa declarou encerrada a cerimônia de posse às 17:00 horas, que para constar, Eu: **ANA PATRÍCIA DE ALENCAR SILVA**, doravante Secretário deste Associação, lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme vai a mesma assinada por mim e demais membros da diretoria. Ouricuri, 30 de outubro de 2016.

Marina Aparecida da Silva de Alencar
Presidente

Elisiane Castano
Vice-Presidente.

Ana Patrícia de A. Silva

Secretaria (o)

Elisiane Silva de Alencar

Vice-secretária(o)

Carlos José da Silva

Tesoureiro (a)

Albet Leite da Silva

vice Tesoureiro (a)

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

Qualificação da entidade apoiadora		
Razão social: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO NOSSA SENHORA DO CARMO		
Endereço: RUA PADRE CICERO Nº280 BAIRRO NOSSA SRA. DO CARMO		
CNPJ: 02.607.250/0001-10		
Município: OURICURI	UF: PE	CEP:56.200-000
Nome do representante legal: JOÃO RIBEIRO DA SILVA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Ouricuri (PE), 26 de JULHO de 2019.

x JOÃO RIBEIRO DA SILVA
Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.607.250/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 01/07/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOC. DOS MORADORES DO BAIRRO N. S. DO CARMO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R PADRE CICERO	NÚMERO 280	COMPLEMENTO	
CEP 56.200-000	BAIRRO/DISTRITO NOSSA SRA CARMO	MUNICÍPIO OURICURI	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/07/2019** às **08:33:47** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ATA DE POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO NOSSA SENHORA DO CARMO.

EU ROSA MEDEIROS DE SOUZA , PIMEIRA SECRETÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO NOSSA SENHORA DO CARMO, ABRO ATA DA REUNIÃO QUE DARA POSSO A NOSSA DIRETORIA , HOJE DIA 25-11-2017 AS 20 HORAS PARA POSSE DA NOVA DIRETORIA, ELEITA POR ACLAMAÇÃO DOS SOCIOS E SOCIAS E MORADORES DO REFERIDO BAIRRO NOSSA SENHORA DO CARMO.EU JOÃO RIBEIRO DA SILVA TOMEI POSSE POR MAIS 04 ANOS E DEI POSSE AOS DEMIAS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO NOSSA SENHORA DO CARMO OURICURI PERNAMBUCO, TERMINANDO ESSE TECEIRO MANDATO COMEÇOU NO DIA 25-11-2017 E TERMINA NO DIA 25-11-2021 NADA MAIS AVENDO A TRATAR EU JOÃO RIBEIRO DA SILVA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO NOSSA SENHORA DO CARMO DECLARO ENCERRRADA , ESSA REUNIÃO , AS 21 HORAS DO DIA 25-11-2017

PRESIDENTE JOÃO RIBEIRO DA SILVA CPF:749.411.004-68

VICE PRESIDENTE MARIA DO SOCORRO VIEIRA CPF: 030.000.744-22

SECRETÁRIOS

1º ROSA MEDEIROS DE SOUZA CPF 681.981.164-00

2º DONIZETE DOS SANTOS COELHO. CPF: 562.496.674-15

TESOUREIROS

1º EDINALVA DE CARVALHO MOURA. CPF:774.375.004-34

2º ANTONIA ONETE DOS SANTOS COELHO. CPF: 446.591.804-68

CONSELHO FISCAL

1º CONSELHO MARIA ZULEIDE RODRIGUES DOS SANTOS . CPF 034.394.144-93

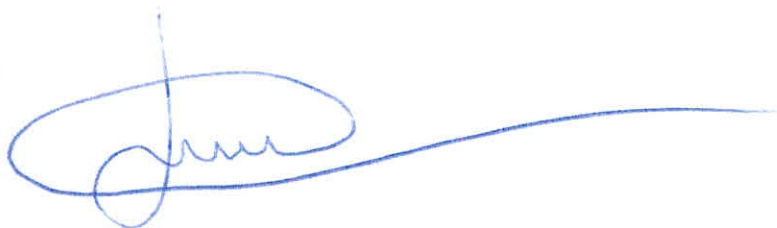
2º CONSELHO CICERO MIGUEL DOS SANTOS . CPF:892.367.858-91

SUPLENTE

1º EVANEIS RIBEIRO DA SILVA. CPF: 011.536.744-67

2º SILVANA DE JESUS LIMA. CPF: 971.884.034-87

JOÃO RIBEIRO DA SILVA, FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA, SILVANIA DE JESUS LIMA, CICERO MIGUEL DOS SANTOS, DONIZETE DOS SANTOS COELHO, MANOEL RODRIGUES DA SILVA, EDINALVA DE CARVALHO MOURA, EVANEIS RIBEIRO DA SILVA, MARIA DO SOCORRO VIEIRA DIAS, ANTONIO ONETE PEREIRA DOS SANTOS, ROZA MEDEIROS DE SOUZA, MARIA ZULEIDE RODRIGUES DOS SANTOS.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
33.004.211/0001-51
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
19/02/2019

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
RADIO NATIVA FM

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
SIT TAMBORIL

NÚMERO
580

COMPLEMENTO

CEP
56.200-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
OURICURI

UF
PE

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(87) 9123-3556

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
19/02/2019

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **14/03/2019** às **15:05:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º - A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do município de Ouricuri, Estado de Pernambuco, com sede e foro, no Sítio Tamboril, 580, CS, Centro, Ouricuri/PE, CEP 56.200-000.

Parágrafo Único – A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** utilizará como denominação fantasia **Rádio Nativa FM** e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art. 2º- A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** tem por objetivo principal EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico, partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE OURICURI
Melo, Salvani Torres Siqueira Brandão
Tabela
Antônio Pedro da Silva

AUTENTICADO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE OURICURI-PE

Wesley Brasil
OAB/RN 7.634

CERTIFICO que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico em 16 de Maio de 2019
TABELIA: SALVANI TORRES SIQUEIRA BRANDAO
Emol.: R\$ 3,41, TSNR.: FERC: R\$ 0,34,
Total: 4,09 Selo: 0076380.DVQ02201903.00659



§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - É garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, com residência ou sede na cidade de Ouricuri/PE, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I. **Fundadores** – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II. **Contribuintes ou Efetivos** - os que se escreverem após o registro da ata de fundação e constituição e mantenham suas contribuições e participação em dia.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º - São direitos dos associados:

- I. o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12;
- II. participar das reuniões das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas tratarem;
- III. consultar todos os livros e documentos da Associação, quando sentir necessidade;
- IV. solicitar, a qualquer tempo, sob compromisso de sigilo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da Associação e propor medidas que julgue de interesse para o aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- V. convocar a Assembleia Geral e fazer-se nela representar, nos termos e nas condições previstas neste Estatuto;
- VI. demitir-se da Associação quando convier, através de comunicação escrita.

Art. 9º - São deveres dos associados:

- I. respeitar todas as regras previstas no Estatuto Social;
- II. manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.

Art. 10 - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua

Página 2 de 7

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE OURICURI-PE
Av. Antônio Pedro da Silva, 602 - CEP: 56200-000 - Tel.: (87) 3874-1597 - E-mail: salvani@oi.com.br
Titular: Belº. Salvani Torres Siqueira Brandão / Escriv. Substituta: Antonia Silvani Siqueira de Melo

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé. Data 20/02/2019

TABELA: SALVANI TORRES SIQUEIRA BRANDÃO

Emol.: R\$ 3,41, TSNR: , FERC: R\$ 0,34

Total: 4,09 Selo: 0076380.FYO02201903.00658



Wesley Brasil
OAB/PE 1084

transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 11 - São órgãos da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria;
- III. Conselho Comunitário

Art. 12 - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** será composta por seus associados e ocorrerá ordinariamente a cada ano, sempre nos 15 (quinze) primeiros dias do mês de janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais.

§ 1º - Deverá, ordinariamente, ocorrer a cada 04 (quatro) anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §2º.

§ 2º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria dos membros da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§ 3º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** e estúdio, bem como na sede das entidades cujos representantes compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§ 4º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §2º.

§ 5º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §2º.

Art. 13 - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida apenas 01 (uma) reeleição.

Página 3 de 7

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE OURICURI-PE
Av. Antônio Pedro da Silva, 602 - CEP: 55200-000 - Tel.: (87) 3874-1597 - E-mail: salvani@oi.com.br
Titular: Bel. Salvani Torres Siqueira Brandão / Escriv. Substituta: Antonia Silvani Siqueira de Melo

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé. Data 20/02/2019

TABELIA: SALVANI TORRES SIQUEIRA BRANDÃO

Emol.: R\$ 3,41, TSNR: FERC-R\$ 0,34
Total: 4,09 Selo: 0076380.0UC02201903.00657

Wesley Brasil

§1º - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 14 - São atribuições:

§ 1º - Da Diretoria:

- I. Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- II. Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- III. Representar a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** em atos públicos ou internos.
- IV. Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**.
- V. Apresentar relatório anual a Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- VI. Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- VII. Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- VIII. Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- IX. Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembleia Geral;

§ 2º - De cada dirigente:

- I. **Ao Diretor Presidente compete:** representar a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- II. **Ao Diretor Administrativo compete:** gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- III. **Ao Diretor de Operações compete:** implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária,

Página 4 de 7

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE OURICURI-PE

Av. Antônio Pedro da Silva, 602 - CEP: 56200-000 - Tel.: (87) 3874-1597 - E-mail: salvani@oi.com.br
Titular: Bel.º Salvani Torres Siqueira Brandão / Escriv. Substituta: Antonia Silvani Siqueira de Melo

Cartifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé. Data 20/02/2019

TABELIA: SALVANI TORRES SIQUEIRA BRANDÃO

Emol.: R\$ 3,41, TSNR.: FERC: R\$ 0,34
Total: 4,09 Selo: 0076380.VV202201903.00656



Wesley Brasil
OAB/RN 71804

relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 15 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será constituído no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data que a associação receber a licença de funcionamento da estação de rádio comunitária e será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

§ 1º - O Conselho Comunitário deverá cumprir as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

§ 2º - O Conselho Comunitário se reunirá, pelo menos duas vezes ao ano, preferencialmente nos meses de junho e dezembro, para avaliar e analisar o conteúdo da programação realizada pela associação, visando o atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612 de 1998, devendo cada reunião ser atestada e emitido relatório da programação.

CAPÍTULO IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 16 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A chapas que irão concorrer à diretoria será formada pelos membros que alcançarem a maioria dos votos, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

CAPÍTULO V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 17 - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

Página 5 de 7

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE OURICURI-PE
Av. Antônio Pedro da Silva, 602 - CEP: 56200-000 - Tel.: (87) 3874-1597 - E-mail: salvani@oi.com.br
Titular: Bel. Salvani Torres Siqueira Brandão / Escriv. Substituta: Antonia Silvani Siqueira de Melo

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé. Data 20/02/2019
TABELA: SALVANI TORRES SIQUEIRA BRANDÃO
Emol.: R\$ 3,41, TSNR.: , FERC: R\$ 0,34,
Total: 4,09 Selo: 0076380.IZB02201903.00655

Wesley Brasil
OAB/RN 11634

CAPÍTULO VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 18 - O Patrimônio e Receita da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

CAPÍTULO VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 19 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 20 - A dissolução da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembleia.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, cabendo recurso da decisão a Assembleia Geral.

Art. 22 - O presente estatuto foi aprovado na AG de 05 de fevereiro de 2019 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Ouricuri/PE, 05 de fevereiro de 2019.

Asarias Freitas de Lima
ASARIAS FREITAS DE LIMA
Diretor Presidente

Sebastião Ramírio Nunes Moreira
SEBASTIÃO RAMÍRIO NUNES MOREIRA
Diretor Administrativo

Ezaú Nunes de Lima
EZAÚ NUNES DE LIMA
Diretor de Operações

AUTENTICADO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE OURICURI-PE

Av. Antônio Pedro da Silva, 602 - CEP: 56200-000 - Tel.: (87) 3874-1597 - E-mail: salvani@oi.com.br
Titular: Belº Salvani Torres Siqueira Brandão / Escrev. Substituta: Antonia Silvani Siqueira de Melo

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé. Data 20/02/2019
TABELIÁ: SALVANI TORRES SIQUEIRA BRANDAO
Emol.: R\$ 3,41, TSNR: , FERC: R\$ 0,34,
Total: 4,09 Selo: 0076380.BRO02201903.00654



www.tjpe.jus.br/selodigital

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE OURICURI
Belº Salvani Torres Siqueira Brandão
Tabeliá
Antonia Silvani Siqueira de Melo
Escrevente

Francisco Elmo de Oliveira
FRANCISCO ELMO DE OLIVEIRA

ANTONIO DA SILVA ALEWOM
ANTÔNIO DA SILVA ALENCAR

Juarez Nunes Costa
JUAREZ NUNES/COSTA

Ronnildo Vieira da Silva
RONNILDO VIEIRA DA SILVA

Poliana Sena de Freitas Lima Silva
POLIANA SENA DE FREITAS LIMA SILVA

Evangelista Vieira Januario
EVANGELISTA VIEIRA JANUARIO

Gumercindo de Castro Agra
GUMERCINDO DE CASTRO AGRA

Julio Cesar Andrade Barbosa
JULIO CEZAR ANDRADE BARBOSA

PE
CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE OURICURI-PE
Av. Antônio Pedro da Silva, 602 - CEP: 56200-000 - Tel.: (87) 3874-1597 - E-mail: salvani@oi.com.br
Titular: Bel.º Salvani Torres Siqueira Brandão / Escriv. Substituta: Antonia Silvani Siqueira de Melo

Protocolado sob o nº 6527 e registrado em Pessoa Jurídica -
LIVRO A, sob o nº 632 em 19/02/2019
08:19:41. (Emol: R\$ 192,40. TSNR: R\$ 45,27. FERC: R\$ 22,64. Selo: 0076380.HID10201803.00096.SALVANI TORRES SIQUEIRA BRANDAO - TABELIA

www.tpe.jus.br/selodigital

AUTENTICADO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE OURICURI-PE

CERTÍFICO QUE A PRESENTE CÓPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO, AO QUAL AUTENTICO E DOU FÉ. DATA 20/02/2019
TABELIA: SALVANI TORRES SIQUEIRA BRANDAO
Emol: R\$ 3,41. TSNR: FERC: R\$ 0,34
Total: 4,09 Selo: 0076380.BEW02201903.00053



www.tpe.jus.br/selodigital

2º OFÍCIO DE OURICURI
Torres Siqueira Brandão
Tabelaia
Silvani Siqueira de Melo
Escrivente



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE OURICURI
Bela. Salvani Torres Siqueira Brandão
Tabeliã
Antônia Silvani Siqueira de Melo
Escriturante

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO**

CGC. 11.469.582/0001-76
Bela. SALVANI TORRES SIQUEIRA BRANDÃO
TABELIÃ

CARTÓRIO DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Bela. Salvani Torres Siqueira Brandão

Tabeliã

ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE



CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE OURICURI-PE
Av. Antônio Pedro da Silva, 602 - CEP: 56200-000 - Tel.: (87) 3874-1597 - E-mail: salvani@oi.com.br
Titular: Bela. Salvani Torres Siqueira Brandão / Escriv. Substituta: Antônia Silvani Siqueira de Melo

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé. Data 20/02/2019

TABELIÃ: SALVANI TORRES SIQUEIRA BRANDÃO

Emol.: R\$ 3,41, TSNR: , FERC: R\$ 0,34,

Total: 4,09 Selo: 0076380.XKY02201903.00665



www.tpe.jus.br/selodigital

ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE

Ata da Assembleia Geral de Constituição da ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE


Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às 09h00min, reuniram-se no Sítio Tamboril, 580, CS, próximo ao Santuário Frei Damião, Centro, Ouricuri/PE, CEP 56.200-000, as seguintes pessoas com vistas a criação e constituição da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**: **ASARIAS FREITAS DE LIMA**, brasileiro, casado, comerciante, CPF 123.328.364-20, RG 1.318.352 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Floriano Peixoto, 75, Renascença, Ouricuri/PE, CEP 56.200-000; **SEBASTIÃO RAMÍRIO NUNES MOREIRA**, brasileiro, casado, comerciante, CPF 059.190.834-41, RG 8.507.317 SSP/PE, residente e domiciliado na Rodovia Asa Branca, 601, Canacui, Ouricuri/PE, CEP 56.200-000; **EZAÚ NUNES DE LIMA**, brasileiro, casado, comerciante, CPF 073.541.342-87, RG 2016308580-8 SSP/CE, residente e domiciliada na Rua Sinésio Aquino Coelho, 170-B, IPSEP, Ouricuri/PE, CEP 56.200-000; **FRANCISCO ELMO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, músico, CPF 023.156.784-71, RG 35611249031227 SSP/GO, residente e domiciliado na Rua Joaquim Angelim, 45, Santa Maria, Ouricuri/PE, CEP 56.200-000; **ANTÔNIO DA SILVA ALENCAR**, brasileiro, casado, comerciante, CPF 704.555.384-68, RG 26.657.565-1 SP, residente e domiciliado no Conjunto




CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE OURICURI-PE
Tabeliã
Silvani Siqueira de Melo
Escrevente

Wesley Brasil
OAB/RN 7.684

Novo Horizonte, 22, Renascença, Ouricuri/PE, CEP 56.200-000; **JUAREZ NUNES COSTA**, brasileiro, casado, comerciante, CPF 811.415.804-20, RG 4.328.060 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Valdemar Pedro Aquino, 662, Santo Antônio, Ouricuri/PE, CEP 56.200-000; **RONNILDO VIEIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, comerciante, CPF 779.615.523-91, RG 5.172.515 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Adalberto Pedro da Silva, 158, Bom Jesus, Ouricuri/PE, CEP 56.200,000; **POLIANA SENA DE FREITAS LIMA SILVA**, brasileira, casada, domestica, CPF 034.847.524-16, RG 6.022.334 SSP/PE, residente e domiciliada na Rua Expedita Lins, 115, Bairro Universitário, Ouricuri/PE, CEP 56.200-000; **EVANGELISTA VIEIRA JANUARIO**, brasileiro, casado, comerciante, CPF 386.144.994-34, RG 3028644, residente e domiciliado na Rua São Lucas, 21, ferrinha, Bom Jesus, Ouricuri/PE, CEP 56.200-000; **GUMERCINDO DE CASTRO AGRA**, brasileiro, cassado, comerciante, CPF 194.665.014-53, RG 1.138.957, residente e domiciliado na Praça Voluntários da Pátria, 102, 1º andar, centro, Ouricuri/PE, CEP 56.200-000 e **JULIO CEZAR ANDRADE BARBOSA**, brasileiro, casado, comerciante, CPF 000.647.924-23, RG 5603710, residente e domiciliado na Rua Geracino Antônio Coelho, 152, Santa Maria, Ouricuri/PE, CEP 56.200,000, com propósito de constituir uma associação sem fins lucrativos. Para presidir os trabalhos a Assembleia escolheu por aclamação o Sr. **ASARIAS FREITAS DE LIMA**, que convidou a mim, **SEBASTIÃO RAMÍRIO NUNES MOREIRA**, para secretariar e lavrar a presente Ata.

 **CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE OURICURI-PE**
Av. Antônio Pedro da Silva, 602 - CEP: 56200-000 - Tel.: (87) 3874-1597 - E-mail: salvani@oi.com.br
Titular: Bel.º Salvani Torres Siqueira Brandão / Escriv. Substituta: Antonia Silvani Siqueira de Melo

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé. Data 20/02/2019
TABELA: SALVANI TORRES SIQUEIRA BRANDAO
Emol.: R\$ 3,41 TSNR.: FERG: R\$ 0,34
Total: 4,09 Selo: 0076380.QUG02201903.00663



www.tjpe.jus.br/selodigital

2º OFÍCIO DE OURICURI
Bel.º Salvani Torres Siqueira Brandão
Tabelia
Antonia Silvani Siqueira de Melo
Escriventa

ATENTICADO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE OURICURI-PE

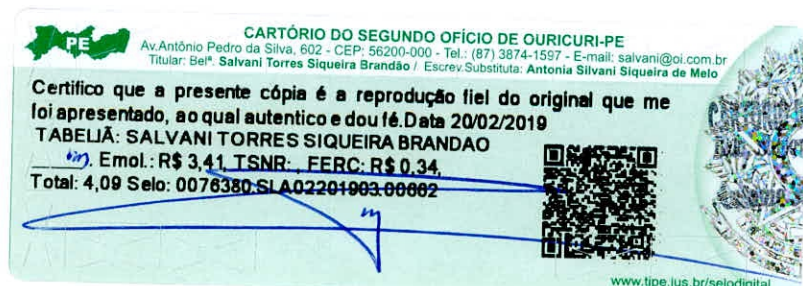

Wesley Brasil
OAB/RN 7.684

O senhor presidente declara aberto os trabalhos, passando-se a deliberação das seguintes ordens do dia: 1ª Votação para criação e constituição da Associação; 2ª Apreciação, Debate e Votação da Minuta do Estatuto Social da Associação; 3ª Eleição e Posse da Diretoria da Associação.

1ª Ordem do Dia – Votação para criação e constituição da Associação:
Incialmente foi apresentado o projeto de criação e constituição da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** o qual, posto em votação, foi aprovada e proclamada a fundação e constituição da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, com sede, foro e administração no Sítio Tamboril, 580, CS, Centro, Ouricuri/PE, CEP 56.200-000.

Para a 2ª Ordem do Dia - Apreciação, Debate e Votação da Minuta do Estatuto Social da Associação – o Presidente da Assembleia, solicitou a mim, Secretário, que, em voz alta, procedesse com a leitura da Minuta do Estatuto da Associação, artigo por artigo. Após a leitura e debates, o Estatuto foi colocado em votação e aprovado por unanimidade de votos dos participantes da Assembleia Geral.

3ª Ordem do Dia – Eleição da Diretoria Executiva; Foi apresentada uma única chapa para concorrer a Diretoria com a seguinte composição: **Diretor Presidente: ASARIAS FREITAS DE LIMA; Diretor Administrativo:**



AUTENTICADO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE OURICURI-PE

Wesley [assinatura]
OAB/RN 7.684

SEBASTIÃO RAMÍRIO NUNES MOREIRA e Diretor de Operações:
EZAÚ NUNES DE LIMA; posta em votação, foi aprovada por unanimidade de votos dos presentes, sendo declarados eleitos, para mandato de 04 (quatro) anos, cuja posse e início do cômputo dos mandatos serão contados a partir da data do registro da ata de constituição e do estatuo social no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas competente.

O presidente esclareceu ainda que, como a criação do Conselho Comunitário será realizada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data que a associação receber a licença de funcionamento da estação de rádio comunitária que pretende pleitear junto ao Ministério das Comunicações, conseqüente, agora não haverá eleição para o Conselho Comunitário.

E, nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, e eu, **SEBASTIÃO RAMÍRIO NUNES MOREIRA**, secretário desta Assembleia Geral de Constituição, lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada por todos os membros e associados fundadores presentes.


Ouricuri/PE, 05 de fevereiro de 2019.

Asarias Freitas de Lima
ASARIAS FREITAS DE LIMA
Diretor Presidente

Sebastião Ramírio Nunes Moreira
SEBASTIÃO RAMÍRIO NUNES MOREIRA
Diretor Administrativo

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE OURICURI-PE
Av. Antônio Pedro da Silva, 602 - CEP: 56200-000 - Tel.: (87) 3874-1597 - E-mail: salvani@oi.com.br
Titular: Bel. Salvani Torres Siqueira Brandão / Escriv. Substituta: Antonia Silvani Siqueira de Melo

Protocolado sob o n° 6527 e registrado em Pessoa Jurídica -
LIVRO A, sob o n° 632 em 19/02/2019
08:19:41. (Emol: R\$ 192,40. TSNR: R\$ 45,27. FERC: R\$ 22,64) Selo:
0076380.HID10201803.00090.SALVANI
TORRES SIQUEIRA BRANDAO - TABELIA



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE OURICURI-PE
Bel. Salvani Torres Siqueira Brandão
Tabela
Escriv. Substituta: Antonia Silvani Siqueira de Melo

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE OURICURI-PE
Av. Antônio Pedro da Silva, 602 - CEP: 56200-000 - Tel.: (87) 3874-1597 - E-mail: salvani@oi.com.br
Titular: Bel. Salvani Torres Siqueira Brandão / Escriv. Substituta: Antonia Silvani Siqueira de Melo

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé. Data 20/02/2019
TABELIA: SALVANI TORRES SIQUEIRA BRANDAO
Emol: R\$ 3,41. TSNR: R\$ 0,34
Total: 4,00 Selo: 0076380.BOK02201903.00661



Wesley Assis
Wesley Assis
OAB/RN 7.684

Ezau Nunes de Lima
EZAU NUNES DE LIMA
Diretor de Operações

Francisco Elmo de Oliveira
FRANCISCO ELMO DE OLIVEIRA

Antônio da Silva Alencar
ANTÔNIO DA SILVA ALENCAR

Juarez Nunes Costa
JUAREZ NUNES COSTA

Ronnildo Vieira da Silva
RONNILDO VIEIRA DA SILVA

Poliana Sena de Freitas Lima Silva
POLIANA SENA DE FREITAS LIMA SILVA

Evangelista Vieira Januário
EVANGELISTA VIEIRA JANUÁRIO

Gumercindo de Castro Agra
GUMERCINDO DE CASTRO AGRA

Julio Cesar Andrade Barbosa
JULIO CEZAR ANDRADE BARBOSA

705
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE CURTUP
Bela. Salva Torres Siqueira Brandão
Tabela
Antônia Silvana Siqueira de Melo
Escritor

CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE CURTUP
Av. Antônio Pedro da Silva, 602 - CEP: 56200-000 - Tel.: (87) 3874-1537 - E-mail: salvat@oi.com.br
Título: Bel. Salva Torres Siqueira Brandão / Escriv. Substituta: Antônia Silvana Siqueira de Melo

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé. Data: 20/02/2019

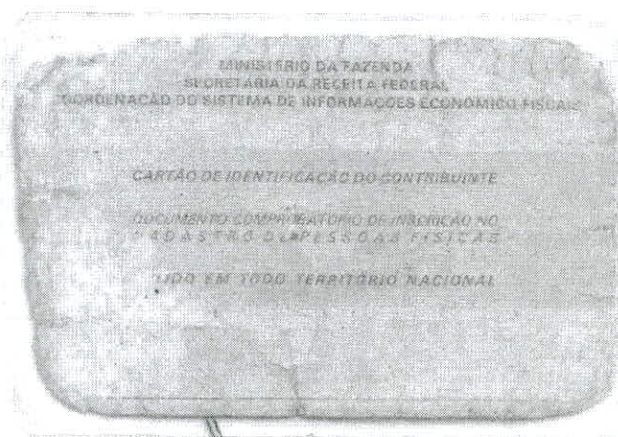
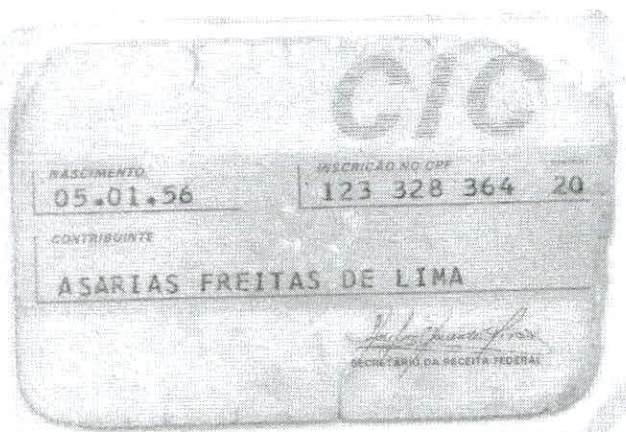
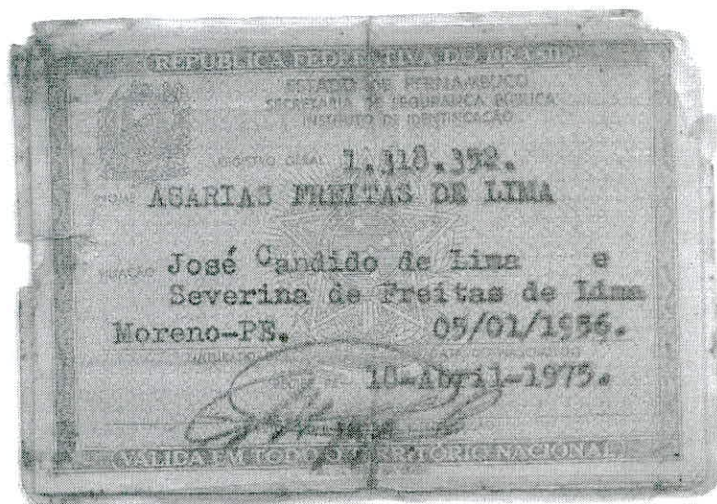
TABELA: SALVANI TORRES SIQUEIRA BRANDÃO
Emissão: R\$ 3,44 - TSNR: - FERC: R\$ 0,34
Total: R\$ 4,99 - Selo: 0076380.FUF02201903.00660

www.tpe.jus.br/selodigital

RE
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE CURTUP
Bela. Salva Torres Siqueira Brandão
Tabela
Antônia Silvana Siqueira de Melo
Escritor

AUTENTICADO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE CURTUP

Wesley Brasil
OAB/RN 7.634



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CATEGORIA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1560043697

PROIBIDO PLASTIFICAR

1560043697

DEFACALACIÃO DE BRASILEIROS

PE

ASARIAS FREITAS DE LIMA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
1318352 SSP PE

CPF
123.328.364-20

DATA NASCIMENTO
05/01/1956

FILIAÇÃO
JOSE CANDIDO DE LIMA

SEVERINA DE FREITAS DE LIMA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
23

Nº REGISTRO
02699873959

VALIDADE
03/01/2023

1ª HABILITAÇÃO
23/09/1987

OBSERVAÇÕES

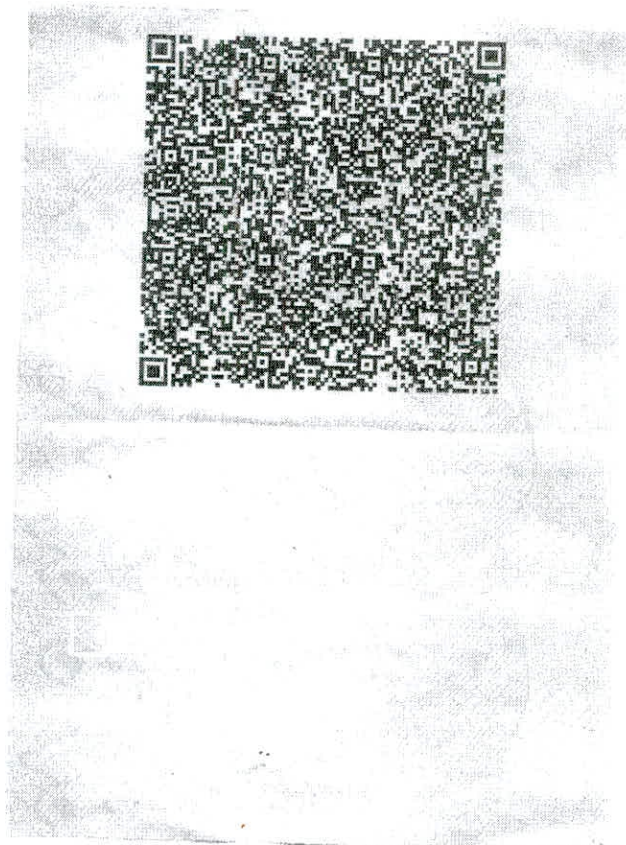
Assinatura do Portador

Assinatura do Emissor
Charles Andreus Souza Ribeiro
Diretor Presidente
08550631240
PR003487581

LOCAL
OURICURI, PE

DATA EMISSÃO
03/01/2018

PERNAMBUCO





AVENIDA CRUZ CABUGA - NUM. 1387 - SANTO AMARO RECIFE PE
CEP: 50040-000. Fone: (081) 00000-
Inscrição Estadual: 18.1.001.0014398-2
CNPJ: 09.769.035/0001-64
Qualidade da Água: www.compesa.com.br

Nº Documento: 20170616813176

Escritório: OURICURI

FATURA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO

ASARIAS FREITAS DE LIMA

R FLORIANO PEIXOTO, COMPESA 00075 - - RENASCENÇA OURICURI PE 56200-000

INSCRIÇÃO: 099.825.070.0000.500

GRUPO: 12

01681317.6

06/2017-9

OPÇÃO DÉB. AUTOMÁTICO: 01681317.6

LIGADO	POTENCIAL	DATA DE INÍCIO	DATA DE FIM	REAL /
A12B158108	08/06/2017	07/07/2017		
ÁGUA			ESGOTO	
LEIT. ANT.: 1294	CONSUMO: 7		LEIT. ANT.:	VOLUME: 0
LEIT. ATUAL: 1301			LEIT. ATUAL:	
LEIT. FAT.: 1301			LEIT. FAT.:	
HISTÓRICO DE CONSUMO		NÚMEROS DE AMOSTRAS		
REFERÊNCIA/CONSUMO		PARÂMETROS	EXIG. PELA PORT. MS 2.914/11	ANÁLISES REALIZADAS
05/2017	6/	TURBIDEZ	48	48
04/2017	6/	COR APARENTE	48	48
03/2017	14/	COLOR RESIDUAL	48	48
02/2017	21/	COLIFORMES TOTAIS	48	48
01/2017	19/	E. Coli	48	48
12/2016	27/	OBSERVAÇÕES: (1) COLIFORMES TOTAIS AUSÊNCIA EM 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS.		
MÉDIA	15/ 0	(2) OS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO RESIDUAL SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA ÁGUA.		
		(3) OS PARÂMETROS COR E TURBIDEZ SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA ÁGUA.		

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS

CONSUMO POR FAIXA

VALOR R\$

ÁGUA

RESIDENCIAL 001 UNIDADE

CONSUMO DE ÁGUA

7 M3

40,18

PIS	40,18	1,60	0,60
COFINS	40,18	7,60	3,95

20/07/2017

TOTAL A PAGAR:

40,18

EM 31/12/2017, REGISTRAMOS QUE V.S.A. ESTAVA EM DÉBITO COM A COMPESA CASO JÁ O TENHA PAGO, DESCONSIDERE ESTE AVISO.

Emitido por: INTERNET

Emitido em:

08/01/2018



ATENDIMENTO: 0800-0810195
VAZAMENTOS: 0800-0810185

Arpe Agência de Regulação de Pernambuco

0800-2813844

01681317.6

06/2017-9

20/07/2017

TOTAL A PAGAR:

40,18

CÓDIGO DE BARRAS

VIA COMPESA

82830000000-7 40180018099-6 01681317601-4 06201790003-4



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: ASARIAS FREITAS DE LIMA

DATA DE NASCIMENTO: 05/01/66

Nº INSCRIÇÃO: 33303102/09

CV: 082

ZONA: 0052

DATA DE EMISSÃO: 08/09/89

MUNICÍPIO/UF: JUIZ DE FORA/MG

JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Assarias Freitas de Lima

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS

Proleto Direto

PROLETO PLASTIFICAR

Ezaú Nunes de Lima
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

16 24

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

EZAÚ NUNES DE LIMA

CONTRIBUINTE

NASCIMENTO 06.08.54

INSCRIÇÃO NO CPF 073.541.342

1962

668284

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2016308580 - 8 DATA DE EXPEDIÇÃO 06/12/2016

NOME EZAÚ NUNES DE LIMA

FILIAÇÃO ANÍZIO SIMÃO DE LIMA
ELIZA NUNES DE LIMA

NATURALIDADE JUAZEIRO DO NORTE - CE DATA DE NASCIMENTO 26/08/1954

DOC. ORIGEM CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO:1 OFÍCIO TERMO:6893 FOLHA:124
LIVRO:A-7 ITACOATIARA - AM
CPF 073.541.342-87

1 VIA ASSINATURA DO DIRETOR P.: 56
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ezaú Nunes de Lima

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO SUPPLEMENTAR DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

DADOS DO CLIENTE
EZAU NUNES DE LIMA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA SINESIO AQUINO COELHO 170 --B

CPF 073 541 342-87 NIS 10113932834

IPSEP/OURICURI
OURICURI PE
56200-000

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
048572172	UNICA	29/01/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
28/01/2018	2011091912	5317600

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7005644962	01/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
22/02/2019	25/02/2019
TOTAL A PAGAR (R\$)	5,42

DESCRICAÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo ate 30 kVh	30,0000000	0,18089318	5,42

TOTAL DA FATURA

542

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
3019257914	CA1	29/01/2019	3 267,00	29/01/2019	3 267,00	31	1 000,00		0,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

Meis/Ando kWh	
JAN 19	30
DEZ 18	30
NOV 18	30
OCT 18	30
SEP 18	30
AGO 18	30
JUL 18	30
JUN 18	30
MAI 18	30
ABR 18	30
MAR 18	30
FEB 18	30
JAN 18	30

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
5,42	0,45	0,02
5,42	2,09	0,11

Faturado pelo mínimo de faturamento - Custo de Disponibilidade, Artigo 96, Resolução ANEEL 414/2010

Faturado pelo mínimo de faturamento - Custo de Disponibilidade, Artigo 98, Resolução ANEEL 414/2010

Consumo Ativo até 30 W/Wh

TARIFAS APLICADAS

0 17629650

RESERVADO AO FISCO

EEF3 20D9 CC CE 0442 4E31 6980 178D F33F

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no ponto mais perto de você! Termos e condições: ao término da obra nº614, em 10/8/97, o cliente deverá apresentar o boleto nº3000 Santa Maria-Linha Completa em um envelope com a "Nota da entrega a bandeira em vigor" e a Verde. Mais informações: 0800-0100000000000000 ou www.anel.gov.br. O cliente é responsável quando há descumprimento individual ou do nível de informação fornecido.

Pagou em atraso? Gera multa de 2% (R\$14,00) por dia (R\$ 438,00) e atualizações monetárias no mês seguinte do KMS conforme art. 9, XLVIII, e 2, 2, do RDCM-PE. Descrição pelo aplicativo da Tercia Social de Energia Elétrica criada pela Lei nº 4.339 de 26/04/02 - RJ 10,61. O cliente é responsável quando há descumprimento do prazo definido para os pontos de atendimento comercial.

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.celso.com.br

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

CONJUNTO	VALOR ACUMULADO NOV/2018	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL
DIC	0,00	6,47	12,94	25,69
PIG	0,00	3,48	6,97	13,95
DMIC	0,00	3,80	0,00	0,00

Lynde D. Hill 12/22

BUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 2,70

NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231

PORTAZO POR REGIME ESPECIAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: **ELZAU NUNES DE LIMA**

DATA DE NASCIMENTO: **25/06/54** Nº INSCRIÇÃO: **351941108/17** DV: **082** ZONA: **008** SEÇÃO: **008**

MUNICÍPIO/U: **DURICUM/PE** DATA DE EMISSÃO: **16/05/88**

ASSINATURA DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA DO TÍTULO ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

ASSINATURA

POLEGAR DIREITO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.507.317 DATA DE EXPEDIÇÃO 24/03/2008

NOME << SEBASTIÃO RAMÍRIO NUNES MOREIRA >>

RESIDÊNCIA << RAIMUNDO MOREIRA DA SILVA >>
<< MARIA IZABEL NUNES DA SILVA MOREIRA >>

NATURALIDADE OURICURI - PE DATA DE NASCIMENTO 08/03/1987

CPF 059.190.834-41

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI N° 116 DE 2008

OPC ORIGIN << CN.18773 L.46A F.227 CART.
OURICURI-PE 13.04.2007 >>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TÁTIUS PLIN

PR-23

POLÍCIA ORIENTO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Sebastião Ramiro Nunes Moreira

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
SEBASTIAO RAMIRO NUNES MOREIRA

DATA DE NASCIMENTO 08/03/1987	Nº INSCRIÇÃO 068198060809	D.V.	ZONA 82	SEÇÃO 200
MUNICÍPIO / UF OURICURU/PE			DATA DE EMISSÃO 27/03/2003	

JUIZ ELEITORAL
[Assinatura]

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR
Sebastião Ramiro Nunes Moreira

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - TÍTULO ELEITORAL

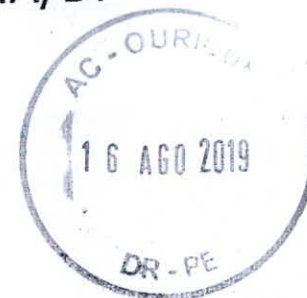
DESTINATÁRIO:

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES.

ESPLANADA DOS MINISTERIOS – BLOCO R, ANEXO
B, SALA 300, CEP. 70.044-900, BRASILIA/DF

			
PESO (kg)	0,395	AR	MP
Recebedor			
Assinatura		Documento	
OD 14063145 3 BR			
			
FC0917/37			



REMETENTE:

ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO
ARARIPE.

ENDEREÇO: SÍTIO TAMBORIL Nº 580, CS

BAIRRO: CENTRO, CEP. 56200-000

OURICURI, PERNANBUCO.



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82
Número do Processo: 012500426612019

10/11/19 2:26 PM

Página 1 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	PE	OURICURI	01250.042661/2019	82	07S5158	40W0701	EMA	ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE
1.14	PE	OURICURI	01250.041751/2019	82	07S5123	40W0649	EMA	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI
1.14	PE	OURICURI	01250.064044/2018	0	07S5123	40W0649	RAQ	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI
3.95	PE	OURICURI	01250.005625/2016	0	07S5016	40W0819	RAQ	ASSOCIACAO CULTURAL E SOCIAL DO POVOADO PRADICO (ACSP)
4.35	PE	OURICURI	53000.054130/2011	0	07S5259	40W0453	ARQPOS	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE OURICURI-A.B.O
4.39	PE	OURICURI	53103.000368/1999	8	07S5302	40W0453	ARQDEF	RADIODIFUSAO COMUNITARIA SERIEMA
4.40	PE	OURICURI	53000.037045/2007	0	07S5259	40W0451	RAQ	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OURICURI
4.40	PE	OURICURI	53103.000821/1998	4	07S5305	40W0454	LDE	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE OURICURI-A.B.O
4.40	PE	OURICURI	53000.050951/2012	4	07S5305	40W0454	RENDEF	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE OURICURI-A.B.O
4.40	PE	OURICURI	53900.000862/2015	4	07S5305	40W0454	ARQPOS	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE OURICURI-A.B.O
7.94	PE	OURICURI	01250.025471/2018	0	07S5023	40W0300	ARQCDI	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DA FAZENDA QUIXABA E SITIOS VIZINHOS
15.41	PE	OURICURI	01250.042438/2019	82	07S4849	39W5915	EMA	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA CARACUI
17.47	PE	TRINDADE	53103.000916/1998	4	07S5002	40W1620	ARQDEF	ASSOC DE PORTADORES DE DEFICIENCIA E PATOLOG PERMANENTE



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82
Número do Processo: 012500426612019

10/11/19 2:26 PM

Página 2 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
20.03	PE	TRINDADE	53000.036099/2009	28	07S4544	40W1556	ARQDE F	ASSOCIACAO MUNICIPAL DE MULHERES TRINDADENSES
20.28	PE	TRINDADE	53103.000713/1998	1	07S4543	40W1604	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SANTISSIMA TRINDADE
20.36	PE	TRINDADE	53000.002603/2003	28	07S4541	40W1606	ARQDE F	ASSOCIACAO DAS COMUNIDADES DOS BAIRROS - ACB
20.48	PE	TRINDADE	53103.000986/1998	1	07S4540	40W1610	ARQDE F	ASSOCIACAOCOMUNITARIA DA AREA DA CAPELA DE SAO JOAO
20.49	PE	TRINDADE	53900.016306/2015	0	07S4523	40W1558	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO ESPACO LIVRE DE TRINDADE
20.78	PE	TRINDADE	53000.016946/2012	44	07S4523	40W1610	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO MAXI - FM
21.94	PE	BODOCÓ	53000.016973/2012	44	07S4641	39W5620	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO NATIVA - FM
21.94	PE	IPUBI	53103.000857/1998	4	07S4023	40W0925	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA DE RADIO E TV ALTERNATIVA
21.99	PE	TRINDADE	01250.042672/2018	0	07S4523	40W1658	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO ESPACO LIVRE DE TRINDADE
22.03	PE	BODOCÓ	53103.000714/1998	4	07S4645	39W5615	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DA CIDADE DE BODOCO
22.03	PE	BODOCÓ	53103.000400/2002	0	07S4645	39W5615	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DA CIDADE DE BODOCO
22.70	PE	BODOCÓ	53000.017168/2012	44	07S4632	39W5557	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIOFUSAO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BODOCO - ACRDB
23.61	PE	IPUBI	53000.065777/2013	66	07S3926	40W0915	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO CLUBE FM



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82
Número do Processo: 012500426612019

10/11/19 2:26 PM

Página 3 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
23.81	PE	IPUBI	53103.000858/1998	27	07S3927	40W0953	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO-DIFUSAO LIBERAL FM
24.09	PE	IPUBI	53103.000603/1998	3	07S3907	40W0856	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO 1 DISTRITO DE IPUBI
24.22	PE	IPUBI	53000.069756/2013	66	07S3904	40W0904	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA AREA DO SITIO PEBAS
24.23	PE	IPUBI	53000.062044/2007	27	07S3904	40W0906	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA AREA DO SITIO PEBAS
29.56	PE	BODOCÓ	53103.000820/1998	0	07S4250	39W5350	RAQ	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE VÁRZEA DO MEIO
33.86	PI	PADRE MARCOS	53000.003290/2001	14	07S3505	40W0000	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA/PADRE MARCOS-PI
39.54	PE	ARARIPINA	53000.032239/2011	0	07S5239	40W2832	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE NASCENTE
40.13	PE	SANTA FILOMENA	53103.000824/1998	4	08S0114	40W2646	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE SANTA FILOMENA - "A.B.S.F."
40.76	PE	ARARIPINA	53000.046809/2010	0	07S3852	40W2450	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO DISTRITO DO MORAES
43.90	PE	SANTA CRUZ	53103.000712/1998	0	08S1144	40W2011	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA VENERADA SANTA CRUZ - AVESC
46.80	PE	SANTA CRUZ	53103.000823/1998	5	08S1410	40W1909	DECRE N	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE SANTA CRUZ DA VENERADA
46.80	PE	SANTA CRUZ	53000.054475/2012	5	08S1410	40W1909	RAUT	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE SANTA CRUZ DA VENERADA
46.80	PE	SANTA CRUZ	01250.022504/2019	5	08S1410	40W1909	POS	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE SANTA CRUZ DA VENERADA



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82
Número do Processo: 012500426612019

10/11/19 2:26 PM

Página 4 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
47.37	PE	IPUBI	53103.000057/2000	27	07S2817	40W1641	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA
47.37	PE	IPUBI	53000.049529/2010	0	07S2817	40W1641	ARQCD I	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA
Nº de Linhas: 0								

DESPACHO

Processo nº: **01250.042661/2019-41.**

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

1. Após análise inicial da documentação encaminhada pela **Associação Cultural Portal do Araripe**, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ouricuri/PE**, constatou-se que as coordenadas apresentadas no Requerimento de Outorga:

I. Indicam uma localização **em local ermo** e não **Sítio Tamboril**, conforme verificado nos sistemas internos. Logo, devem ser informadas pela entidade, no sentido de dar maiores detalhes do local de instalação do sistema irradiante, expondo o nome da BR, Estrada, Rua ou Avenida, pois o endereço **Sítio Tamboril**, não é suficiente para afirmar o local de instalação e consequentemente futuras vistorias e fiscalização do Órgão competente, necessitariam de complementação do endereço informado. Dessa forma, é necessário apresentar novo requerimento de outorga informando dados condizentes à respeito da localização pretendida para instalação do sistema irradiante.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Engenheiro**, em 18/10/2019, às 14:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4730849** e o código CRC **CCDFDA93**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



CNPJ: **33.004.211/0001-51**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 16:02:34 do dia 05/02/2020 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.042661/2019-41**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.042661/2019-41, de interesse da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** localidade de Ouricuri / PE, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.



Documento assinado eletronicamente por **Marciele da Silva Cunha, Analista**, em 05/02/2020, às 16:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5107394** e o código CRC **CAA07028**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.042661/2019-41

SEI nº 5107394

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.042661/2019-41.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Ouricuri / PE, e do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.



Documento assinado eletronicamente por **Marciele da Silva Cunha, Analista**, em 05/02/2020, às 16:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5107403** e o código CRC **DCB99E71**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.042661/2019-41

SEI nº 5107403

Município/UF: Ouricuri / PE

Processo nº: 01250.042661/2019-41

CNPJ: 33.004.211/0001-51

Número de concorrentes: 1 – Associação de desenvolvimento social e cultural de Ouricuri – 01250.041751/2019-15

Nome da entidade: **Associação Cultural Portal do Araripe**

Nº do edital/ano: **82/2019 publicado no DOU em 19/06/2019**

Prazo de inscrição: 21/06/2019 a 19/08/2019

-
1. Data de postagem/SEI: 16/08/2019 – fl.79 (4526444)
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: fl.1/4 (4526444)
4. Estatuto Social: fl.57/63 (4526444) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: fl.65/69 (4526444) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: fl.65/69 (4526444) para o período de 05/02/2019 a 05/02/23
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl.70/78 (4526444)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Asarias Freitas de Lima – fl.70/72 (4526444)	José Can Severina	8330310809 05/01/56	123.328.364-20	
Diretor Administrativo: Sebastião Ramírio Nunes Moreira – fl.76/78 (4526444)	Raimundo Maria iza	068198060809 08/03/87	059.190.834-41	
Diretor de Operações: Ezaú Nunes de Lima – fl.73/75 (4526444)	Anizio Eliza	35194110817 26/08/54	073.541.342-87	

8. Manifestações em apoio: fl.6/56 (4526444)
9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl.5 (4526444)
11. Pesquisa Anatel (5107391) e Radar (5107394)
12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5107403)
- 12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (), Certidão FGTS (), Certidão PGFN (), Certidão CNDT ():

OBSERVAÇÕES: despacho técnica.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:

- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
- c) Direitos e deveres dos associados:
- d) Fontes de recursos para sua manutenção:
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos:
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas:
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia:
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto:
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: ()
- 2.2 Certidão FGTS: ()
- 2.3 Certidão PGFN : ()
- 2.4 Certidão CNDT: ()
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: ()

3. Pesquisa Anatel () e Radar ()

- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES:

REVISÃO FINAL:

- 3.1 CNPJ: ()
- 3.2 Certidão FGTS: ()
- 3.3 Certidão PGFN: ()
- 3.4 Certidão CNDT: ()
- 3.5 Justiça Federal dos dirigentes: ()
- 3.6 Pesquisa Anatel () e Radar: ()



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 4402/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 05 de fevereiro de 2020.

Ao Senhor

ASARIAS FREITAS DE LIMA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** (CNPJ nº 33.004.211/0001-51)

Rua Floriano Freitas de Lima, nº 75 - Renascença

56200-000 / OURICURI - PE

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS – FASE DE HABILITAÇÃO.**

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Ouricuri / PE**, em razão do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União em 19/06/2019.

2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, para atendimento das disposições da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada do DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC, e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018. conforme descrição a seguir:

2.1. Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas (art. 22, inciso I):

Após análise inicial da documentação encaminhada, constatou-se que as coordenadas apresentadas no Requerimento de Outorga: (4730849)

I. Indicam uma localização **em local ermo** e não **Sítio Tamboril**, conforme verificado nos sistemas internos. Logo, devem ser informadas pela entidade, no sentido de dar maiores detalhes do local de instalação do sistema irradiante, expondo o nome da BR, Estrada, Rua ou Avenida, pois o endereço **Sítio Tamboril**, não é suficiente para afirmar o local de instalação e consequentemente futuras vistorias e fiscalização do Órgão competente, necessitariam de complementação do endereço informado. Dessa forma, é necessário apresentar novo requerimento de outorga informando dados condizentes à respeito da localização pretendida para instalação do sistema irradiante.

3. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

5. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

6. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

7. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,

Anexos: (4730849)



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/02/2020, às 09:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5107434** e o código CRC **4EB15B12**.



AVISO DE RECEBIMENTO

AR

DATA DE POSTAGEM

12/02/2020

DESTINATÁRIO

ASARIAS FREITAS DE LIMA
RUA FLORIANO FREITAS DE LIMA, 75
RENASCENÇA
56200-000

OURICURI PE

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

18 MAR 2020

REMETENTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO,
BRASÍLIA - DF
70044-900



BO071346813BR

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º / / :
2º / / :
3º / / :

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - PR: 01250.042661/2019-41;
1 - OFÍCIO: 4402/2020;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

[1] MUDOU-SE [6] NÃO PROCURADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE
[3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO
[4] DESCONHECIDO [9] OUTROS
[5] RECUSADO

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

LEDIOVAM BALBINO SOUZA

8506470-0

AG DE CORREIOS ATIV. DISTRIBUIÇÃO

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Asarias Freitas de Lima

DATA DE ENTREGA

18/03/2020

Nº DOC. DE IDENTIDADE

8.022.437



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82
Número do Processo: 012500426612019

5/11/20 3:34 PM

Página 1 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	PE	OURICURI	01250.042661/2019	82	07S5158	40W0701	EXIHAB	ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE
1.14	PE	OURICURI	01250.041751/2019	82	07S5123	40W0649	AGC	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI
1.14	PE	OURICURI	01250.064044/2018	0	07S5123	40W0649	RAQ	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI
3.95	PE	OURICURI	01250.005625/2016	0	07S5016	40W0819	RAQ	ASSOCIACAO CULTURAL E SOCIAL DO POVOADO PRADICO (ACSP)
4.35	PE	OURICURI	53000.054130/2011	0	07S5259	40W0453	ARQPOS	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE OURICURI-A.B.O
4.39	PE	OURICURI	53103.000368/1999	8	07S5302	40W0453	ARQDEF	RADIODIFUSAO COMUNITARIA SERIEMA
4.40	PE	OURICURI	53000.037045/2007	0	07S5259	40W0451	RAQ	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OURICURI
4.40	PE	OURICURI	53103.000821/1998	4	07S5305	40W0454	LDE	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE OURICURI-A.B.O
4.40	PE	OURICURI	53000.050951/2012	4	07S5305	40W0454	RENDEF	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE OURICURI-A.B.O
4.40	PE	OURICURI	53900.000862/2015	4	07S5305	40W0454	ARQPOS	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE OURICURI-A.B.O
7.94	PE	OURICURI	01250.025471/2018	0	07S5023	40W0300	ARQCDI	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DA FAZENDA QUIXABA E SITIOS VIZINHOS
15.41	PE	OURICURI	01250.042438/2019	82	07S4849	39W5915	EXIHAB	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA CARACUI
17.47	PE	TRINDADE	53103.000916/1998	4	07S5002	40W1620	ARQDEF	ASSOC DE PORTADORES DE DEFICIENCIA E PATOLOG PERMANENTE



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82
Número do Processo: 012500426612019

5/11/20 3:34 PM

Página 2 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
20.03	PE	TRINDADE	53000.036099/2009	28	07S4544	40W1556	ARQDE F	ASSOCIACAO MUNICIPAL DE MULHERES TRINDADENSES
20.28	PE	TRINDADE	53103.000713/1998	1	07S4543	40W1604	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SANTISSIMA TRINDADE
20.36	PE	TRINDADE	53000.002603/2003	28	07S4541	40W1606	ARQDE F	ASSOCIACAO DAS COMUNIDADES DOS BAIRROS - ACB
20.48	PE	TRINDADE	53103.000986/1998	1	07S4540	40W1610	ARQDE F	ASSOCIACAOCOMUNITARIA DA AREA DA CAPELA DE SAO JOAO
20.49	PE	TRINDADE	53900.016306/2015	0	07S4523	40W1558	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO ESPACO LIVRE DE TRINDADE
20.78	PE	TRINDADE	53000.016946/2012	44	07S4523	40W1610	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO MAXI - FM
21.94	PE	BODOCÓ	53000.016973/2012	44	07S4641	39W5620	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO NATIVA - FM
21.94	PE	IPUBI	53103.000857/1998	4	07S4023	40W0925	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA DE RADIO E TV ALTERNATIVA
21.99	PE	TRINDADE	01250.042672/2018	0	07S4523	40W1658	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO ESPACO LIVRE DE TRINDADE
22.03	PE	BODOCÓ	53103.000714/1998	4	07S4645	39W5615	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DA CIDADE DE BODOCO
22.03	PE	BODOCÓ	53103.000400/2002	0	07S4645	39W5615	PAN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DA CIDADE DE BODOCO
22.70	PE	BODOCÓ	53000.017168/2012	44	07S4632	39W5557	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIOFUSAO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BODOCO - ACRDB
23.61	PE	IPUBI	53000.065777/2013	66	07S3926	40W0915	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO CLUBE FM



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82
Número do Processo: 012500426612019

5/11/20 3:34 PM

Página 3 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
23.81	PE	IPUBI	53103.000858/1998	27	07S3927	40W0953	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO-DIFUSAO LIBERAL FM
24.09	PE	IPUBI	53103.000603/1998	3	07S3907	40W0856	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO 1 DISTRITO DE IPUBI
24.17	PE	IPUBI	01250.063668/2019	0	07S3906	40W0905	CDI	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA AREA DO SITIO PEBAS
24.22	PE	IPUBI	53000.069756/2013	66	07S3904	40W0904	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA AREA DO SITIO PEBAS
24.23	PE	IPUBI	53000.062044/2007	27	07S3904	40W0906	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA AREA DO SITIO PEBAS
29.56	PE	BODOCÓ	53103.000820/1998	0	07S4250	39W5350	RAQ	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE VÁRZEA DO MEIO
33.86	PI	PADRE MARCOS	53000.003290/2001	14	07S3505	40W0000	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA/PADRE MARCOS-PI
39.54	PE	ARARIPINA	53000.032239/2011	0	07S5239	40W2832	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE NASCENTE
40.13	PE	SANTA FILOMENA	53103.000824/1998	4	08S0114	40W2646	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE SANTA FILOMENA - "A.B.S.F."
40.76	PE	ARARIPINA	53000.046809/2010	0	07S3852	40W2450	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO DISTRITO DO MORAES
43.90	PE	SANTA CRUZ	53103.000712/1998	0	08S1144	40W2011	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA VENERADA SANTA CRUZ - AVESC
46.80	PE	SANTA CRUZ	53103.000823/1998	5	08S1410	40W1909	DECRE N	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE SANTA CRUZ DA VENERADA
46.80	PE	SANTA CRUZ	53000.054475/2012	5	08S1410	40W1909	RAUT	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE SANTA CRUZ DA VENERADA



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82
Número do Processo: 012500426612019

5/11/20 3:34 PM

Página 4 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
46.80	PE	SANTA CRUZ	01250.022504/2019	5	08S1410	40W1909	POS	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE SANTA CRUZ DA VENERADA
47.37	PE	IPUBI	53103.000057/2000	27	07S2817	40W1641	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA
47.37	PE	IPUBI	53000.049529/2010	0	07S2817	40W1641	ARQCD I	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA
Nº de Linhas: 0								

DESPACHO

Processo nº: **01250.042661/2019-41.**

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

Após análise inicial da documentação encaminhada pela **Associação Cultural Portal do Araripe**, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ouricuri/PE**, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei N° 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Engenheiro**, em 11/05/2020, às 15:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5475618** e o código CRC **CEAD25B8**.

Minutas e Anexos

Relação de Processos Vizinhos (5475607)

Referência: Processo nº 01250.042661/2019-41

SEI nº 5475618

Município/UF: Ouricuri / PE **Resultado prévio**

Processo nº: 01250.042661/2019-41

CNPJ: 33.004.211/0001-51

Número de concorrentes: 1 – Associação de desenvolvimento social e cultural de Ouricuri – 01250.041751/2019-15

Nome da entidade: **Associação Cultural Portal do Araripe**

Nº do edital/ano: **82/2019 publicado no DOU em 19/06/2019**

Prazo de inscrição: 21/06/2019 a 19/08/2019

-
1. Data de postagem/SEI: 16/08/2019 – fl.79 (4526444)
 2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
 3. Requerimento de Outorga: fl.1/4 (4526444)
 4. Estatuto Social: fl.57/63 (4526444) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
 5. Ata de constituição: fl.65/69 (4526444) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
 6. Ata de eleição: fl.65/69 (4526444) para o período de 05/02/2019 a 05/02/23
 - 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO
 7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl.70/78 (4526444)
 - 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Asarias Freitas de Lima – fl.70/72 (4526444)		8330310809 05/01/56	123.328.364-20	
Diretor Administrativo: Sebastião Ramírio Nunes Moreira – fl.76/78 (4526444)		068198060809 08/03/87	059.190.834-41	
Diretor de Operações: Ezaú Nunes de Lima – fl.73/75 (4526444)		35194110817 26/08/54	073.541.342-87	

8. Manifestações em apoio: fl.6/56 (4526444)
9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl.5 (4526444)
11. Pesquisa Anatel (5107391) e Radar (5107394)
12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5107403)
 - 12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (), Certidão FGTS (), Certidão PGFN (), Certidão CNDT ():

OBSERVAÇÕES: despacho técnica.

06/08/20 - Exigência solicitada por meio do Of. 4402/20, recebido em 18/03/20, foi devidamente cumprida em 08/04/20, portanto, dentro do prazo. Resultado prévio.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
- c) Direitos e deveres dos associados:
- d) Fontes de recursos para sua manutenção:
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos:
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas:
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia:
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto:
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: ()
- 2.2 Certidão FGTS: ()
- 2.3 Certidão PGFN : ()
- 2.4 Certidão CNDT: ()
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: ()

3. Pesquisa Anatel () e Radar ()

- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES:**REVISÃO FINAL:**

- 3.1 CNPJ: ()
- 3.2 Certidão FGTS: ()
- 3.3 Certidão PGFN: ()
- 3.4 Certidão CNDT: ()
- 3.5 Justiça Federal dos dirigentes: ()
- 3.6 Pesquisa Anatel () e Radar: ()

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 2171/2020/SEI-MC

Processo nº: **01250.042661/2019-41.**

Assunto: **RESULTADO PRÉVIO DA FASE DE HABILITAÇÃO. ENTIDADE HABILITADA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por meio do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019, iniciou-se a Seleção Pública com o objetivo de outorgar novas autorizações para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ouricuri / PE**.

ANÁLISE

2. Após análise de todos os pedidos de outorga inscritos na Seleção Pública e que possuíam relação de concorrência, nos termos do art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária, em obediência ao art. 26 da mesma Portaria, torna público o **resultado prévio da fase de habilitação**, a saber:

ENTIDADES CONCORRENTES		
PROCESSO	ENTIDADE	SITUAÇÃO
01250.042661/2019-41	Associação Cultural Portal do Araripe	Habilitada
01250.041751/2019-15	Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Ouricuri - PE	Habilitada

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária comunica às interessadas o **resultado prévio da fase de habilitação**.

4. Caso haja interesse em recorrer desta decisão, informa-se que o prazo para interposição de recurso administrativo é de **30 (trinta) dias, improrrogáveis**, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida. Após a análise dos recursos ou do decurso do prazo assinalado, será publicado o resultado definitivo da habilitação e terá início a fase de seleção.

5. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Mariele da Silva Cunha, Analista**, em 07/08/2020, às 10:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 14/08/2020, às 10:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5770283** e o código CRC **E7B58D4F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.042661/2019-41

SEI nº 5770283



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 2872/2020/MC

Brasília, 07 de agosto de 2020.

Ao Senhor
ASARIAS FREITAS DE LIMA
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** (CNPJ nº 33.004.211/0001-51)
Rua Floriano Freitas de Lima, nº 75 - Renascença
56200-000 / OURICURI - PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.042661/2019-41.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 2171/2020/SEI-MC** desta Secretaria, que trata do resultado prévio da fase de habilitação.
2. A esse respeito, fica estabelecido o **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que a Entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
3. Informo que qualquer solicitação encaminhada após o prazo previsto no item 2 deste Ofício será considerada intempestiva e, transcorrido o prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não sejam satisfatórias, o processo será **arquivado**.
4. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
5. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:
http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
6. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.
7. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 14/08/2020, às 10:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5770330** e o código CRC **73431ED0**.

**AVISO DE RECEBIMENTO AR**

DATA DE POSTAGEM

18/08/2020

DESTINATÁRIO

ASARIAS FREITAS DE LIMA
RUA FLORIANO FREITAS DE LIMA, 75
RENASÇENÇA
56200-000

OURICURI PE

AGF VIA POSTAL

UNIDADE DE POSTAGEM
AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

18 SET 2020

REMETENTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO,
BRASÍLIA - DF
70044-900



BO303195349BR

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____
2º ____/____/____ : ____
3º ____/____/____ : ____

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - PR: 01250.042661/2019-41;
1 - OFÍCIO: 2872/2020;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

[1] MUDOU-SE [8] NÃO PROCURADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE
[3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO
[4] DESCONHECIDO [9] OUTROS
[5] RECUSADO

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Asarias Freitas de Lima

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

16/09/2020
138

1-318-352 SSP/PC



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 10945/2020/MCOM

Brasília, 14 de dezembro de 2020.

Ao Senhor

ASARIAS FREITAS DE LIMA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** (CNPJ nº 33.004.211/0001-51)

Rua Floriano Freitas de Lima, nº 75 - Renascença

56200-000 / OURICURI - PE

Assunto: Processo nº 01250.042661/2019-41. PROPOSTA DE ACORDO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Ouricuri/PE**, em razão do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 19/06/2019.
2. De acordo com o art. 7º, inciso V, "a", da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, haverá concorrência direta "quando os sistemas irradiantes distem menos de 4 (quatro) quilômetros".
3. Dito isso, após análise das coordenadas geográficas apresentadas, observou-se que mais de uma entidade habilitada possui interesse em executar o Serviço na mesma área.
4. Assim, em atenção ao **caput** do art. 30 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, este Órgão deve oportunizar às seguintes entidades habilitadas, a possibilidade de "entrarem em acordo para prestarem o Serviço de Radiodifusão Comunitária em conjunto":

PROCESSO	ENTIDADE
01250.042661/2019-41	Associação Cultural Portal do Araripe
01250.041751/2019-15	Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Ouricuri - PE

5. No caso de as entidades entrarem em **acordo para a prestação conjunta do Serviço**, deverão se manifestar sobre a proposta, apresentando "**requerimento assinado pelos representantes legais das entidades habilitadas, com firma reconhecida**", conforme o modelo do Anexo 8 - Formulário de Acordo Associativo", modelo em anexo (6116697), nos termos do § 1º do art. 30 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.
6. Ressalta-se que "A ausência de manifestação das entidades interessadas será considerada como recusa à prestação conjunta do Serviço", conforme § 2º do mesmo dispositivo, passando-se à contagem das manifestações em apoio apresentadas, conforme art. 33 da mencionada Portaria.
7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste no **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação.
8. Cabe destacar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério, bem como que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.
9. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

10. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,

Anexo:

Formulário de Acordo (6116697)



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 14/12/2020, às 11:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6240329** e o código CRC **7EE00E9B**.

ANEXO 8

FORMULÁRIO DE ACORDO ASSOCIATIVO – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

As entidades abaixo assinadas, habilitadas no Edital de Seleção Pública nº. _____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/_____, referente à prestação do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de (município) _____, no Estado de _____, neste ato representadas por seus respectivos representantes legais, vêm, nos termos do que prevê a legislação em vigor, **INFORMAR A REALIZAÇÃO DE ACORDO ASSOCIATIVO**, de forma que as entidades abaixo identificadas celebram acordo associativo, indicando a opção no quadro abaixo, e desiste(m) de continuar no processo de seleção pública, passando a apoiar a entidade _____ (NOME DA ENTIDADE), a qual, sendo proclamada vencedora ao final do certame, será responsável pela autorização e prestação do serviço.

OPÇÃO	FORMA DE ASSOCIAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
	Associação da(s) concorrente(s) à uma das entidades, indicada como “ apoiada ”. Neste caso, não há necessidade de extinção da(s) pessoa(s) jurídica(s) apoiadora(s), passando esta(s) a integrar o quadro de associado(s) da entidade escolhida, na condição de pessoa(s) jurídica(s) associada(s). Deve, nesta hipótese, ser apresentado o pedido de arquivamento dos processos da(s) entidade(s) que se associaram, como associados pessoas jurídicas daquela que prestará o serviço. O(s) processo(s) da(s) concorrente(s) será(ão) extinto(s) e arquivado(s) definitivamente.
	A incorporação, por uma das entidades, da(s) outra(s) entidade(s) concorrente(s), extinguindo-se, em consequência, toda(s) a(s) entidade(s) incorporada(s). Deve(m), nesta hipótese, serem apresentadas as atas de Assembleias, realizadas pelas entidades, incorporada(s) e incorporadora, deliberando acerca da incorporação, e da extinção da(s) entidade(s) incorporada(s), com a devida baixa do CNPJ, e o pedido de arquivamento do(s) processo(s) da(s) entidade(s) incorporada(s). Os processos da(s) concorrente(s) será(ão) extinto(s) e arquivado(s) definitivamente.

Data, Município e UF

Assinatura do representante legal da entidade **apoiadora**

Assinatura do representante legal da entidade **apoiadora**

Ciente e Assinatura do representante legal da entidade **apoiada**

ATENÇÃO:

- As assinaturas constantes neste Formulário deverão estar com firma reconhecida.
- Havendo alteração na diretoria da(s) entidade(s), devem encaminhar a Ata de Assembleia que deliberou sobre a alteração na diretoria, com o devido registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, acompanhada dos documentos referentes aos novos diretores, que comprovem a nacionalidade e maioria.

BO525091482BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.

**Objeto entregue ao destinatário**

30/12/2020 10:04 OURICURI / PE

30/12/2020

10:04

OURICURI / PE

Objeto entregue ao destinatário

30/12/2020

09:20

OURICURI / PE

Objeto saiu para entrega ao destinatário

18/12/2020

16:48

BRASILIA / DF

Objeto postado

DATA DE POSTAGEM
17/12/2020

UNIDADE DE POSTAGEM
AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

30 DEZ 2020

DESTINATÁRIO

ASARIAS FREITAS DE LIMA
RUA FLORIANO FREITAS DE LIMA, 75
RENASCENÇA
56200-000

OURICURI PE



BO525091482BR

REMETENTE

MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO E - PROTOCOLO,
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA BRASILIA - DF
70067-900

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - pr:01250.042661/2019-41;
1 - of:10945/2020;
1 - corec;

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º / / :
2º / / :
3º / / :

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

[1] MUDOU-SE [8] NÃO PROCURADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE
[3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO
[4] DESCONHECIDO [9] OUTROS
[5] RECUSADO

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Antônio Carlos
8706291
AG de Correios AG DE

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

MARIA DA C. S. DE LIMA

DATA DE ENTREGA
30/12/20
Nº DOC. DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHOProcesso nº: **01250.042661/2019-41.**Assunto: **Despacho de Contagem das Manifestações em Apoio.**

1. Após análise do processo nº 01250.042661/2019-41, de interesse da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, localizada de Ouricuri/PE, em atendimento ao Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019, constatou-se que a entidade conta com os seguintes apoios válidos:

Manifestação em apoio de peçoas jurídicas .	Sim	Não
Obs.:As manifestações em apoio de peçoas jurídicas devem conter a cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Peçoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço, conforme art. 34, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2016, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas respectivamente no DOU de 09/04/2018 e 13/04/2018.	X	
Soma das manifestações em apoio apresentadas por peçoas jurídicas.	Quantidade declarada	
	7	
Obs.: São válidas apenas as manifestações completamente preenchidas, devidamente assinadas e acompanhadas dos documentos indicados no art. 34, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas respectivamente no DOU de 09/04/2018 e 13/04/2018.	Quantidade validada	
Entende-se por:		
- comprovante de endereço válido: por exemplo, contas de água, luz, telefone (celular ou fixo), declaração do Imposto de Renda relativo ao último exercício, contracheque emitido por órgão público etc.		
- CNPJ válido é aquele emitido no sítio eletrônico da Receita Federal e cujo número é o mesmo declarado;		
- assinatura válida pode ser a rubrica do Representante Legal ou ao menos o nome e o sobrenome, desde que seja possível a identificação, comparando-se com o termo de posse ou com a Ata de eleição apresentada;		
Obs.: (I) o CEP é opcional; (II) o termo de posse ou ata de eleição deverá ser autenticada.		
TOTAL DE PONTOS	4	
Obs.: Não foram validadas as manifestações às fls.49-51, considerando a falta de registro da Ata de eleição da entidade apoiadora.		
Obs.: Não foram validadas as manifestações às fls.53-55, considerando a falta de registro da Ata de eleição da entidade apoiadora.		
Obs.: Não foram validadas as manifestações às fls.56-80, considerando a falta de formulário de manifestação em apoio de Pessoa Jurídica assinado pelo representante legal da entidade apoiadora.		

2. O art. 33 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC publicadas respectivamente no DOU de 09/04/2018 e 13/04/2018, estabelece os critérios para a contagem de manifestações em apoio:

Art. 33. As manifestações em apoio se dividem em duas modalidades:

§ 1º A representatividade será obtida a partir da contagem das manifestações em apoio de pessoas jurídicas ou de pessoas físicas que tenham domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

§ 2º Serão contabilizadas, primeiramente, o número de manifestações em apoio de pessoas jurídicas e, em caso de empate, serão contabilizadas as manifestações em apoio de pessoas físicas.

§ 3º Persistindo o empate, a escolha será efetuada por sorteio público, a ser realizado na sede do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em data previamente comunicada às entidades, acompanhado por pelo menos três servidores.

3. Considerando-as o critério do parágrafo 2º do art. 33 acima transcrito, o número de manifestações em apoio validadas é:

Total de pessoas jurídicas	Total de pessoas físicas	SOMA TOTAL DE MANIFESTAÇÕES VALIDADAS
7	-	4

4. Com base nesses dados, considerando a validação das manifestações em apoio apresentadas, encerra-se a contagem. Proceda-se à expedição de Nota Técnica do resultado prévio da fase de seleção.

Brasília, 11 de maio de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Analista**, em 11/05/2021, às 16:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7280278** e o código CRC **435C320B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 08/04/2021 | Edição: 65 | Seção: 1 | Página: 20

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 2.344, DE 6 DE ABRIL DE 2021

Estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do Coronavírus (Covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Ficam suspensos, até o dia 30 de junho de 2021, os prazos nos processos administrativos em trâmite no âmbito da Secretaria de Radiodifusão deste Ministério das Comunicações, para apresentação de defesa, recurso, resposta às exigências e cumprimento de diligências.

Parágrafo único. Após a data a que se refere o caput, os prazos fluirão pelo tempo remanescente.

Art. 2º Até 30 de junho de 2021, o atendimento de partes, advogados e interessados será realizado preferencialmente de forma remota, por meio eletrônico.

Art. 3º Os prazos estabelecidos no art. 1º e no art. 2º poderão ser prorrogados por Ato da Secretaria de Radiodifusão deste Ministério das Comunicações enquanto subsistir a situação excepcional que levou à edição da presente Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 5935/2021/SEI-MCOMProcesso nº: **01250.042661/2019-41.**Assunto: **RESULTADO PRÉVIO DA FASE DE SELEÇÃO.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Por meio do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019, iniciou-se a Seleção Pública com o objetivo de outorgar novas autorizações para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ouricuri/PE**.

ANÁLISE

2. Após análise de todos os pedidos de outorga inscritos na Seleção Pública, habilitados, e que possuíam relação de concorrência, nos termos do art. 7º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, foi negativa a proposta de acordo.

3. Assim, após a contagem das manifestações em apoio apresentadas, nos termos dos art. 31 e seguintes, conforme Despacho **7280278**, a Coordenação-Geral de Outorgas, em obediência ao art. 35 da mesma Portaria, torna público **o resultado prévio da fase de seleção**, a saber:

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MANIFESTAÇÕES EM APOIO VÁLIDAS	
		PESSOAS JURÍDICAS	PESSOAS FÍSICAS
01250.042661/2019-41	Associação Cultural Portal do Araripe	4	-
01250.041751/2019-15	Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Ouricuri - PE	10	-

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas comunica às interessadas **o resultado prévio da fase de seleção**.

5. Caso haja interesse em recorrer desta decisão, informa-se que as “concorrentes poderão interpor **um único recurso**, relativo a toda a matéria de fato e de direito concernente à fase de seleção, no prazo de trinta dias”, **improrrogável**, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

6. Após a análise dos recursos ou do decurso do prazo assinalado, as entidades interessadas serão comunicadas do resultado definitivo da fase de seleção, no qual constará a classificação final das concorrentes de acordo com a representatividade de cada uma e a convocação da entidade selecionada para apresentar os documentos previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, no prazo de trinta dias, sobrestando-se os demais processos.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Analista**, em 14/05/2021, às 12:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 14/05/2021, às 12:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 14/05/2021, às 16:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7285174** e o código CRC **7B445D0E**.

Minutas e Anexos

Despacho COREC_MCOM 7280278



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 10653/2021/MCOM

Brasília, 14 de maio de 2021.

Ao Senhor

ASARIAS FREITAS DE LIMA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** (CNPJ nº 33.004.211/0001-51)

Rua Floriano Freitas de Lima, nº 75 - Renascença

56200-000 - Ouricuri/PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.042661/2019-41.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 5935/2021/SEI-MCOM**, que trata do resultado prévio da fase de seleção.
2. A esse respeito, fica estabelecido o **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que a Entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
3. Informo que qualquer solicitação encaminhada após o prazo previsto no item 2 deste Ofício será considerada intempestiva e, transcorrido o prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não sejam satisfatórias, o processo será **arquivado**.
4. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
5. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>
6. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.
7. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 14/05/2021, às 16:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7285209** e o código CRC **D5C7453A**.

DESTINATARIO
ASARIAS FREITAS DE LIMA
RUA FLORIANO FREITAS DE LIMA, 75
RENASCENCA - OURICURI - PE
56200-000

BZ386573633BR



SERAD/COREC PR01250042661/2019-41 OF10653/2021

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES - SERAD DEOP
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h
2º ____/____/____ : ____ h
3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO
[9] OUTROS _____

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

EDM BALBINO SOUZA
06470-0
ATIV DISTRIBUIÇÃO

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

07/06/2021

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE

MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA DE LIMA



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral

Certidão

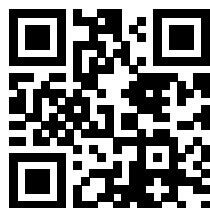
Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a legislação vigente, o eleitor identificado abaixo **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO**.

Nome do Eleitor(a): FRANCISCO LEITE MONTEIRO

Título Eleitoral: 074040760868

Dados da Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data Cadastro Filiação	Data Filiação	Situação
PSL	PE	TRINDADE	03/04/2020	03/04/2020	Regular



Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: [http:// www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br), por meio do código de autenticação: **B7D8.09D1.C2D7.2050**



bet 365

Novos Clientes

Fechar Pub

Registre-se

O que vc procura?

Cidades

Buscar

Laudo de inspeção predial

Assessoria de engenharia

Serviços Especializados de Engenharia Diagnóstica e Consultoria especializada.

periciapredial.com

ABRIR

[Home](#) / [Pernambuco](#) / [Trindade](#) / [Eleições 2020](#) / [Vereador](#) / Francisco Monteiro

Francisco Monteiro (PSL) candidato a Vereador de Trindade, PE

Francisco Monteiro 17456

Candidato ao Legislativo Municipal em Trindade, Pernambuco nas Eleições 2020

Partido: PSL



Francisco Leite Monteiro é candidato ao cargo de Vereador pelo Partido Social Liberal na coligação PSL.

Nascido em 25/06/1989, Francisco Monteiro tem 31 anos, natural de Ipubi - PE, Solteiro(a), Jornalista e Redator.

Número:	17456
Cargo:	Vereador
Partido:	PSL (Partido Social Liberal)
Situação:	Deferido / Eleito Por Qp

Entre em nosso site

Há mais de 53 anos no mercado.

Metalúrgica Suprens

Dados Pessoais

Nome na urna:	Francisco Monteiro
Nome completo:	Francisco Leite Monteiro
Data de nascimento:	25/06/1989
Sexo:	Masculino
Cor/Raça:	Parda
Naturalidade:	Ipubi - PE
Estado Civil:	Solteiro(a)
Grau de instrução:	Superior completo
Ocupação:	Jornalista e Redator



Santinho de Francisco Monteiro 17456 (PSL)

Situação:	Deferido
Coligação:	PSL
Composição:	**

Limpe Seu Nome Com Até R\$100

Com a Serasa Você Coloca Suas Contas Em Dia Em Apenas Minutos. Ofertas Incríveis.

Serasa Limpa Nome

[Visitar](#)



Limpe Seu Nome Com Até R\$100

Com Até R\$100 Você Quita Seus Débitos na Serasa. Organize Sua Finança Já.

Serasa Limpa Nome

[Visitar Site](#)

Candidatos a Vereador em Trindade, Pernambuco

Para as eleições municipais 2020, Trindade, PE conta com 56 candidatos a Vereador.



Allan Galdino

17123 PSL



Anderson de Camilo da Igreja

17555 PSL



Cacilda Irma de Lela

17888 PSL



Cebinho Borracheiro

17333 PSL



Cicinho da Feira

13123 PT



Denis Alencar

11333 PP



**Edmilson Pedreiro**

13222 PT

**Eliane Silva**

11765 PP

**Eliece do Gesso**

11211 PP

**Emilio de João Leocadio**

11100 PP

**Everaldo de Ze de Biva**

17217 PSL

**Francisco Monteiro**

17456 PSL

**Genilda da Associação**

50000 PSOL

**Gilvan Andrade**

11234 PP

**Gracilene**

11223 PP

**Havana**

11444 PP

**Helena da Saude**

17233 PSL

**Irmão Everaldo**

11777 PP

**Jailson da Manguiera**

17666 PSL

**Jaécio Sá**

11555 PP

**Joelma**

11800 PP

**Jose Vanderlan**

13888 PT

**Josias da Guarda**

13000 PT

**Jota**

13333 PT

**Junior Sena**

11456 PP

**Kilon Alencar**

11111 PP

**Lamarth Pianco**

17800 PSL

**Lambu**

17777 PSL

**Lena**

20123 PSC

**Lenildo Carneiro**

11511 PP

**Leomar Cavalcante**

13456 PT

**Manoel Filho**

20444 PSC

**Mauricio Elias**

11222 PP

**Mira Loneira**

17177 PSL

**Nadia Soares**

11999 PP

**Nego Pedreiro**

11110 PP

**Nenem Mariano**

17444 PSL

**O Homem do Campo**

50123 PSOL

**Paula do Sos**

**Paulinho Neri**

13111 PT

**Professor Derisvan**

11115 PP

**Professor Divaldo Barros**

11613 PP

**Professora Edcleide**

17000 PSL

**Professora Edilene Araújo**

17511 PSL

**Rosimary do Sindicato**

13555 PT

**Sargento Dario Viana**

17007 PSL

**Serra Branca**

17111 PSL

**Sidronio Carvalho**

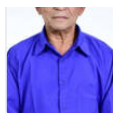
50222 PSOL

**Tamires**

13444 PT

**Ubirajara**

11000 PP



20000 PSC

**Valerio Cabeleireiro**

17789 PSL

**Valmir de Lima**

11888 PP

**Ze Agra**

17222 PSL

Veja também

[» Candidatos a Prefeito](#)[» Candidatos a Vice-Prefeito](#)

Ofertas Exclusivas

Com a Serasa Você Coloca Suas Contas Em Dia Em Apenas Minutos. Ofertas Incríveis.

Serasa Limpa Nome

[Visitar](#)

» Candidatos em outras cidades de Pernambuco

» Recife

Prefeito
Vice-Prefeito
Vereador

» Caruaru

Prefeito
Vice-Prefeito
Vereador

» Jaboatão dos Guararapes

Prefeito
Vice-Prefeito
Vereador

» Olinda

» Petrolina

Prefeito

Vice-Prefeito

Vereador



You May Like

Promoted Links by Taboola

"Jogue os cremes fora! Se você tem rugas, faça apenas isso ao acordar," diz especialista

Diatena

Jb 18771 REDE Candidato a Vereador Colombo, PR

Pessoas de Brasília que sofrem com dores no joelho ou quadril, devem ler isto agora!

Dr. Zero Dor

Fernanda Silva 15300 MDB Candidata a Vereador Serrita, PE

Próstata aumentada, bexiga cheia? Comece a se tratar agora

DesinPros - Saúde da Próstata

Adalberto Bello 25 PSB Candidato a Vice-Prefeito Mendes, RJ

Partido Social Liberal (Vagas: 6)

Eleitorado Apurado

80.12%

19.88%



99,83%
16.410

0,17%

0,00%

Elenco

Elected

Eletto

Eletto

Elenco

Eletto

Supplement

Supplement

Supplement

Supplement

Summary

Summary

Votação
727

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 9007/2021/SEI-MCOMProcesso nº: **01250.042661/2019-41.**Assunto: **ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. CONHECIMENTO E RECONSIDERAÇÃO.****SUMÁRIO**

1. O processo versa sobre a Seleção Pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de interesse da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE - PE** localidade de **Ouricuri/PE**, em razão do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União em 19/06/2019.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 5935/2021/SEI-MCOM (7285174) a entidade foi informada acerca do Resultado Prévio da Fase de Seleção, a saber:

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MANIFESTAÇÕES EM APOIO VÁLIDAS	
		PESSOAS JURÍDICAS	PESSOAS FÍSICAS
01250.042661/2019-41	Associação Cultural Portal do Araripe	4	-
01250.041751/2019-15	Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Ouricuri - PE	10	-

3. A entidade foi notificada por meio do Ofício nº 10653/2021/MCOM (7285209), recebido em 07/06/2021 conforme Rastreamento de Objetos (7926655), tendo a entidade **até o dia 31/07/2021 para recorrer em virtude da Portaria 2344 de 06/04/2021 que suspendeu os prazos até 30/06/2021.**

4. Em resposta, a entidade interpôs **tempestivamente** Recurso administrativo conforme documento postado em **07/07/2021** sob o nº 53115.018572/2021-57, alegando, em suma, que:

ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, CNPJ 33.004.211/0001-51, com endereço no Sítio Tamboril, nº 580, bairro Centro, no município de Ouricuri, estado de Pernambuco, CEP 56200-000, já qualificada nos autos do procedimento administrativo em epígrafe vem, respeitosamente, perante o seu representante legal abaixo assinado com endereço na Rua Floriano Freitas de Lima, nº 75, bairro Renascença, no município de Ouricuri, estado de Pernambuco, CEP 56200-000, solicitar que reanalise as documentações através do Edital nº 82/2019 para serviço de rádio comunitária da entidade Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Ouricuri para o município de Ouricuri/PE, com o número de processo 01250.041751/2019-15, pois conforme a Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária através da seção IV, 9 2º Considera-se vinculada, em infração ao Art. 11 da Lei nº 9.612 de 1998, a entidade que, enquanto pendurar a relação jurídica com o Ministério das Comunicações, se enquadre no descrito no artigo 7º, inciso III, notadamente: I - quando membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado:

"a) exerce mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal,

b) exerce cargo ou função em órgão de direção de partido político, a nível municipal, estadual, distrital ou federal".

Onde na consulta ao Quadro de Sócios e Administradores (QSA) composta por três membros, o Sr. Francisco Leite Monteiro na qualificação de Administrador, foi candidato e eleito vereador no pleito eleitoral de 2020 no município de Trindade/PE. Sendo assim, além da reanálise, solicitamos a inabilitação da Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Ouricuri para o Edital nº 82/2019 conforme aos fatos expostos. Termos em que pede e espera deferimento.

5. Ao que se observa do mérito do Recurso, a entidade comprovou as alegações, uma vez que foi apresentado o Registro da Candidatura do Senhor Francisco Leite Monteiro bem como o resultado das eleições para vereador no município de Trindade/PE. Embora os fatos não alterem a contagem das Manifestações em apoio, o processo da entidade concorrente será indeferido por vínculo político-partidário.

6. Diante disso, em razão da falta de interesse de agir da Entidade, quanto à apresentação de recurso administrativo, tanto de sua seleção, quanto do indeferimento do processo da(s) concorrente(s), informa-se que deverá aguardar o prazo para eventual interposição de recurso administrativo pela(s) outra(s) entidade(s) interessada(s) para a mesma localidade (4km).

7. Decorrido o prazo, sem manifestação da(s) entidade(s) concorrente(s), ou analisado o recurso interposto, considerar-se-á **definitivo o resultado**, nos termos do art. 27 da Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, passando-se à fase de instrução da entidade selecionada.

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações e em razão dos princípios da boa-fé processual, da razoabilidade, da proporcionalidade, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo conhecimento e **reconsideração da decisão**, de forma que se notifique as partes envolvidas acerca das novas decisões.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 28/07/2021, às 11:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 29/07/2021, às 09:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7926613** e o código CRC **F09E3139**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

BZ386573633BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
07/06/2021 15:05 OURICURI / PE

07/06/2021 15:05 OURICURI / PE	Objeto entregue ao destinatário
07/06/2021 12:24 OURICURI / PE	Objeto saiu para entrega ao destinatário
25/05/2021 16:40 BRASILIA / DF	Objeto postado



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO DE DECISÃO nº 466 / 2021

O **COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS** em uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 9007/2021/SEI-MCOM, constante no processo nº 01250.042661/2019-41, de sorte a **reconsiderar a decisão** que selecionou a **Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Ouricuri - PE** entidade participante do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ouricuri/PE**.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 04/08/2021, às 09:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7926858** e o código CRC **226E1403**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 15915/2021/MCOM

Brasília, 04 de agosto de 2021.

Ao Senhor

ASARIAS FREITAS DE LIMA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** (CNPJ nº 33.004.211/0001-51)

Rua Floriano Freitas de Lima, nº 75 - Renascença

56200-000 - Ouricuri/PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.042661/2019-41.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9007/2021/SEI-MCOM** acompanhada do Despacho que reconsiderou a decisão de seleção da entidade considerada concorrente.
2. Por fim, qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.
3. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 04/08/2021, às 09:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

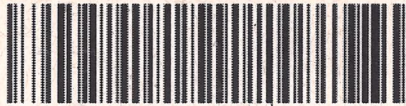


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7926905** e o código CRC **2A0185FD**.

DESTINATARIO

ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE
RUA FLORIANO FREITAS DE LIMA, 75
RENASCENCA - OURICURI - PE
56200-000

BZ539146929BR



SERAD/COREC/PR/01250042681-2019-41 / OF/15915

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

25 AGO 2021

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES - SERAD DEOP
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º / / h
2º / / h
3º / / h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUCAO
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NAO PROCURADO
[3] NAO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALLECIDO
[9] OUTROS

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

JOSÉ HENRIQUE
AG DE CORR
MATRICULA

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Sindico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: / /

ASSINATURA DO RECEBEDOR

FLORIANO FREITAS DE LIMA

DATA DE ENTREGA

25.08.2021

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE

131835255P-PE

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible]

FABRICANTE

[illegible]

MODELO
HOMOLOGAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

POTÊNCIA

№

[illegible]

FABRICANTE DA ANTENA

TRANSFORME DRAINAGE	

MODELO
POLARIZAÇÃO

V C E H

TIPO

GANHO max (Gt)
ALTITUDE DO LOCAL

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

_____ dBd _____ , _____ m _____ , _____ m

8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO

[illegible]

COMPRIMENTO (L)
EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

				,	m			,		dB			,			dB			,			
--	--	--	--	---	---	--	--	---	--	----	--	--	---	--	--	----	--	--	---	--	--	--

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (\quad \times \quad \times \quad \times \quad) = \quad \text{dBk}$$

P_t = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

$$\eta = \text{Eficiência da linha de transmissão.}$$

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

[illegible]

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

					-			
--	--	--	--	--	---	--	--	--

[illegible]

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

[illegible]

A horizontal number line with 20 tick marks, labeled from 0 to 19. The line is used for plotting the data points from the frequency table.

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.004.211/0001-51 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/02/2019
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO NATIVA FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO SIT TAMBORIL	NÚMERO 580	COMPLEMENTO *****
CEP 56.200-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO OURICURI
UF PE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (87) 9123-3556
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/02/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/10/2021** às **15:32:21** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



CNPJ: **33.004.211/0001-51**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:34:06 do dia 22/10/2021 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 20.680.604/0001-33

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL DE GUATAMBU

Endereço: RUA JOAO BATISTA DAL PIVA SN / CENTRO / GUATAMBU / SC / 89817-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/10/2021 a 06/11/2021

Certificação Número: 2021100804320792546549

Informação obtida em 15/10/2021 15:31:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:

www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE
CNPJ: 33.004.211/0001-51

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:35:25 do dia 22/10/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/04/2022.

Código de controle da certidão: **305C.9F53.F020.BFEF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 33.004.211/0001-51

Certidão nº: 41711350/2021

Expedição: 22/10/2021, às 15:34:47

Validade: 19/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **33.004.211/0001-51**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.042661/2019-41.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Ouricuri/PE, e do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 22 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 22/10/2021, às 15:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8303666** e o código CRC **BBA2EC13**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	º (N/S)	‘	”	
	Longitude:	º W	‘	”	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/_____, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Os campos não utilizados para indicação de dirigentes podem ser excluídos.
- Não é necessário indicar integrantes de Conselho Fiscal.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.

CHECKLIST

Município/UF: Ouricuri/PE – **Processo de concorrente arquivado, convocar para a Fase de Instrução**

Processo nº: 01250.042661/2019-41 CNPJ: 33.004.211/0001-51

Número de concorrentes: 1 – Associação de desenvolvimento social e cultural de Ouricuri – 01250.041751/2019-15 (Arqdef)

Nome da entidade: **Associação Cultural Portal do Araripe**

Nº do edital/ano: **82/2019 publicado no DOU em 19/06/2019**

Prazo de inscrição: 21/06/2019 a 19/08/2019

1. Data de postagem/SEI: 16/08/2019 – Fl.79 (4526444)
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 1-4 (4526444)
4. Estatuto Social: Fls. 57-63 (4526444) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 65-69 (4526444) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 65-69 (4526444) para o período de 05/02/2019 a 05/02/23
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 70-78 (4526444)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Asarias Freitas de Lima	PT	8330310809 05/01/56	José Candido de Lima e Severina de Freitas de Lima	123.328.364-20	Não
Diretor Administrativo: Sebastião Ramírio Nunes Moreira	PSOL	068198060809 08/03/87	Raimundo Moreira da Silva e Maria Izabel Nunes da Silva Moreira	059.190.834-41	Não
Diretor de Operações: Ezaú Nunes de Lima	PATRIOTA	35194110817 26/08/54	Anízio Simão de Lima e Eliza Nunes de Lima	073.541.342-87	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 6-56 (4526444)
9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 5 (4526444)
11. Pesquisa Anatel (5107391) e Radar (5107394)

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

12. Estatuto social: Fls. 57-63 (4526444)

12.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8, II**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 13**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 14**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 13**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 15**

12.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5 e 10**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8-9**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 18**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 16**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 19-20**

g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 18**

h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 10**

i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 12**

j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 12**

k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 20**

13. Certidões:

13.1 CNPJ: (8303459)

13.2 Certidão FGTS: (8303459)

13.3 Certidão PGFN : (8303459)

13.4 Certidão CNDT: (8303459)

13.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (8303666)

14. Pesquisa Anatel (8303459) e Radar ()

15. Anexo 6/ART: fl. () **Solicitar**

OBSERVAÇÕES: 22/10/2021: Estatuto OK, Certidões OK, Pesquisa de vínculos OK. Não foi possível realizar a consulta do Radar (aguardar resolução de problema) e será solicitado à entidade a apresentação do anexo 6.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 22/10/2021, às 16:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8209183** e o código CRC **6570352C**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 22755/2021/MCOM

Brasília, 26 de outubro de 2021.

Ao Senhor
ASARIAS FREITAS DE LIMA
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** (CNPJ nº 33.004.211/0001-51)
Rua Floriano Freitas de Lima, nº 75 - Renascença
56200-000 - Ouricuri/PE

PROCESSO nº 01250.042661/2019-41. CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO DA 2ª COLOCADA NA FASE DE SELEÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Ouricuri/PE**, em razão do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019.
2. Por meio da Nota Técnica nº 5935/2021/SEI-MCOM (7285174), encaminhada por Ofício nº 10653/2021/MCOM (7285209), as entidades foram notificadas acerca do resultado prévio da fase de seleção, e a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, obteve o 2º lugar na classificação, conforme art. 37 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas respectivamente no DOU em 09/04/2018 e em 13/04/2018.
3. Tendo em vista o arquivamento do Processo nº 01250.041751/2019-15, da 1ª colocada, nos termos do art. 39 da mesma Portaria, procede-se à notificação da 2ª colocada, para apresentação dos documentos da fase de instrução, conforme a seguir elencados:

3.1. Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas (art. 22, inciso I):

A Entidade deverá encaminhar **novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo (8303899)** contendo **todas as declarações** nele elencadas, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve **sassinado, de próprio punho, por todos os dirigentes**.

Observação: no Requerimento de Outorga a ser encaminhado, deverá constar a qualificação completa e assinatura de **todos** os dirigentes.

3.2. A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (8209097).

Observação 1: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º da Portaria).

Observação 2: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º).

4. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase

de instrução, conforme art. 41, *caput*, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável.

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, **prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.**

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

8. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 26/10/2021, às 08:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8303775** e o código CRC **AE9C57C6**.

Anexos:

- Formulário Dados Técnicos SEI (8209097);
- Formulário Requerimento de Outorga SEI (8303899).

DESTINATARIO
ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE
RUA FLORIANO FREITAS DE LIMA, 75
RENASCENCA - OURICURI - PE
56200-000

BZ821256595BR



SERAD/COREC PR 01250042861/2019-41 OF 22755

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

08 NOV 2021

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES - SERAD DEOP
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUCAO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS _____ | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

JOSÉ ILDO DE SOUZA
Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Diana Sena de Freitas Lima

N DOC. DE IDENTIDADE

8022437558-8

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 18051/2021/SEI-MCOMProcesso nº: **01250.042661/2019-41.**Assunto: **INDEFERIMENTO. ABERTURA DE PRAZO RECURSAL.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Ouricuri/PE**, em virtude da publicação do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019.

ANÁLISE

2. Após análise realizada, observou-se a existência de pendências que acarretam o indeferimento do pedido, conforme a seguir descrito:

	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada do DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.	Art. 43, inciso I	Não saneamento de irregularidades, após a diligência prevista nos art. 41 e 42.	O Ministério das Comunicações, em obediência aos art. 41 e 42 da Portaria, solicitou documentos à Entidade por meio do Ofício nº 22755/2021/MCOM (8303775). O Ofício foi recebido pela Interessada, em 25/08/2021 conforme Aviso de Recebimento (8589379), entretanto não consta manifestação por parte da Interessada, até a presente data.

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas comunica o **indeferimento** do processo.
4. O prazo para interposição de recurso administrativo contra esta decisão é de **30 (trinta) dias, improrrogáveis**, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
5. Em caso de dúvida, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.
6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, Assistente Técnico, em 23/11/2021, às 14:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal, em 23/11/2021, às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 23/11/2021, às 16:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8605106** e o código CRC **D7C5987E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO DE DECISÃO nº 814 / 2021

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, ao uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 18051/2021/SEI-MCOM, constante do processo nº 01250.042661/2019-41, de sorte a INDEFERIR o pedido da ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, entidade participante do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos necessários para instrução processual.



Documento assinado eletronicamente por William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga, em 10/12/2021, às 17:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador 8605166 e o código CRC 3A2E4A64.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 24936/2021/MCOM

Brasília, 13 de dezembro de 2021.

Ao Senhor
ASARIAS FREITAS DE LIMA
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** (CNPJ nº 33.004.211/0001-51)
Rua Floriano Freitas de Lima, nº 75 - Renascença
56200-000 - Ouricuri/PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.042661/2019-41.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 18051/2021/SEI-MCOM** acompanhada do despacho que trata do **indeferimento** do pedido de outorga.
2. A esse respeito, fica estabelecido o **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que a Entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
3. Informo que qualquer solicitação encaminhada após o prazo previsto no item 2 deste Ofício será considerada intempestiva e, transcorrido o prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não sejam satisfatórias, o processo será **arquivado**.
4. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
5. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>
6. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.
7. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 13/12/2021, às 10:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8605181** e o código CRC **2F0ED228**.

DESTINATARIO
ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE

RUA FLORIANO FREITAS DE LIMA, 75
RENASCENCA - OURICURI - PE

56200-000
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICoadministrativa - BRASILIA - DF
70044-900

BY170687685BR



SERAD/COREC PR 01250042661/2019-41 OF 24936

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

03 JAN 2022

SE - PE

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º 30/12/21 8:20 h
2º / / : h
3º / / : h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO
[9] OUTROS

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEI

JOSÉ ALTONIO
AG DE CORR

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: / /

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Assaia Freitas de Lima

DATA DE ENTREGA

03/01/22

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE

1-318.352 SSP/PE

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.042661/2019-41.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE.**

Assunto: **Arquivamento.**

1. Por meio da Nota Técnica nº 18051/2021/SEI-MCOM §605106), e Despacho (8605166), este Órgão opinou pelo **indeferimento** do pedido de outorga.
2. O assunto foi informado à Entidade por meio do Ofício nº 24936/2021/SEI-MCOM (8605181), recebido em 08/11/2021 conforme Aviso de Recebimento AR (8957007)
3. A Entidade não apresentou, no prazo legal estabelecido, recurso administrativo contra a decisão.
4. Com base nessas informações, arquivem-se os autos.

Brasília, 27 de dezembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Outorgas, em 27/12/2021, às 18:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8963069** e o código CRC **F92F3166**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 27782/2021/MCOM

Brasília, 27 de dezembro de 2021.

Ao Senhor
ASARIAS FREITAS DE LIMA
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** (CNPJ nº 33.004.211/0001-51)
Rua Floriano Freitas de Lima, nº 75 - Renascença
56200-000 - Ouricuri/PE

Assunto: **Arquivamento do processo nº 01250.042661/2019-41.**

Senhor(a) Representante Legal,

Informo que o processo em referência foi arquivado pelo(s) seguinte(s) fato(s) e fundamento(s):

Por meio do Ofício nº 24936/2021/SEI-MCOM (8605181), recebido em 08/11/2021 conforme Aviso de Recebimento AR (8957007), a Entidade foi notificada acerca do indeferimento do pedido de outorga. No entanto, não foi apresentado, no prazo legalmente estabelecido, recurso administrativo contra a decisão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Outorgas, em 27/12/2021, às 18:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8963101** e o código CRC **DBB1CDCF**.

DESTINATARIO
ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE

RUA FLORIANO FREITAS DE LIMA, 75
RENASCENCA - OURICURI - PE

56200-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF

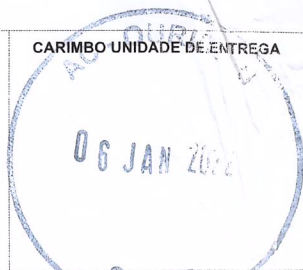
70044-900

BY170690101BR



SERAD/COREC PR 01250042661/2019-41 OF 27782

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS _____ | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

JOSE ILTON OLIVEIRA
1194405821

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico

Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

MARIA DA CONCEIÇÃO SENA DE LIMA

NOME LÉGIVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

06/01/22

N DOC. DE IDENTIDADE

1194405821

01250.042661/2019-41

- I
- II
- III

- Ofício 22755 (8303775)
- Aviso de Recebimento (AR) OF_22755/2021 (8957007)
- Nota Técnica 18051 (8605106)
- Despacho de Decisão 814 (8605166)
- Ofício 24936 (8605181)
- Aviso de Recebimento (AR) OF_24936/2021 (9278399)
- Despacho COREC_MCOM 8963069
- Ofício 27782 (8963101)
- Aviso de Recebimento (AR) OF_27782/2021 (9247721)
- 53115.040809/2021-86
- 53115.002584/2022-41

Consultar Andamento

Processos Relacionados:

- SERAD - Outorga de Serviços de Radiodifusão (2)
- SERAD - Atendimento ao Público (3)

Ver histórico resumido

1

Lista de Andamentos (357 registros - 1 a 100):

Data/Hora	Unidade	Usuário	Descrição
08/02/2022 12:12	COREC_MCOM	francisca.machado	Alterada ordem dos protocolos
02/02/2022 14:42	COREC_MCOM	francisca.machado	Processo inserido no bloco 100210
02/02/2022 14:24	COREC_MCOM	francisca.machado	Processo recebido na unidade
01/02/2022 16:36	SERAD_MCOM_DOC	elisangela.silva	Conclusão automática de processo na unidade
01/02/2022 16:36	COREC_MCOM	elisangela.silva	Processo remetido pela unidade SERAD_MCOM_DOC
01/02/2022 16:35	SERAD_MCOM_DOC	elisangela.silva	Removida atribuição do processo
01/02/2022 16:35	SERAD_MCOM_DOC	elisangela.silva	[TRCRSP] Encaminhem-se os autos, tendo em vista que foi anexada resposta de exigência ao processo.
01/02/2022 16:34	SERAD_MCOM_DOC	elisangela.silva	Processo 53115.002584/2022-41 anexado
01/02/2022 16:34	SERAD_MCOM_DOC	elisangela.silva	Reabertura do processo na unidade
26/01/2022 14:23	SERAD_MCOM_DOC	paulo.verano	Conclusão do processo na unidade
26/01/2022 14:23	SERAD_MCOM_DOC	paulo.verano	Processo recebido na unidade
26/01/2022 14:13	ESRAD_MCOM	jakeline.souza	Conclusão automática de processo na unidade

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.042661/2019-41**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE.**

Assunto: **Despacho de Desarquivamento.**

1. O presente processo, de interesse da entidade supracitada, indica necessidade de desarquivamento pelos seguintes fatos e fundamentos:

- Devido a erro material, houve confusão na ordem dos ARs referentes as correspondências relacionadas à entidade. O erro foi corrigido conforme consta no Anexo 9390518 e a ordem dos documentos foi alterada.

- No entanto, além da falha na organização dos ARs, houve atraso na anexação dos documentos apresentados pela entidade, de forma que o processo chegou a ser indeferido e arquivado conforme consta na Nota Técnica nº 18051/2021 (8605106), Despacho de Decisão (8605166) e Despacho de Arquivamento (8963069).

- Somente após o arquivamento do processo é que foram anexados aos autos os protocolos nº 53115.040809/2021-86 que trata do cumprimento das exigências e nº 53115.002584/2022-41 que trata do recurso administrativo apresentado pela entidade em razão do indeferimento do processo.

- Assim, para que fique esclarecido o ocorrido explica:

- Por meio do Ofício nº 22755/2021/MCOM recebido pela entidade em 08/11/2021 conforme AR Postal (8957007), este Ministério solicitou documentos à entidade.
- A entidade apresentou os documentos solicitados através do protocolo nº 53115.040809/2021-86, datado de 02/12/2021 e protocolado em 09/12/2021. Considerando que a entidade tinha até o dia 08/12/2021 para o cumprimento das exigências, embora não conste a data da postagem entende-se que os documentos estejam tempestivos, porém, só foram anexados aos autos em 26/01/2022.
- Como os ARs, estavam fora de ordem, antes mesmo que o prazo para cumprimento das exigência tivesse terminado, foi elaborada a Nota Técnica 18051/2021 indeferindo o processo por descumprimento de exigências. A referida Nota foi encaminhada por meio do Ofício nº 24936/2021 e foi recebida pela entidade em 03/01/2022 conforme AR Postal (9278399), tendo a entidade até o dia 01/02/2022 para apresentação de Recurso Administrativo.
- A entidade apresentou recurso administrativo postado em 26/01/2022 por meio do protocolo nº 53115.002584/2022-41 anexado ao processo em 01/02/2022. Embora a entidade tenha apresentado o recurso tempestivamente, como já mencionado, devido ao erro material na ordem dos ARs a essa altura o processo já havia sido arquivado, conforme consta no Despacho COREC_MCOM8963069 encaminhado à entidade por meio do Ofício nº 27782/2021 recebido em 06/01/2022.

2. Dito isto, visto a tempestividade na apresentação dos documentos, o processo deve ser desarquivado e o recurso apresentado pela entidade analisado.

3. Assim, desarquive-se este processo para análise do recurso da entidade.

Brasília, 10 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 10/02/2022, às 09:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9390523** e o código CRC **217C2F32**.

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.042661/2019-41

SEI-MCOM nº 9390523

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 1792/2022/SEI-MCOM

Processo nº: **01250.042661/2019-41.**

Assunto: **ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. CONHECIMENTO E RECONSIDERAÇÃO.**

SUMÁRIO

1. O processo versa sobre a Seleção Pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de interesse da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, localizada em **Ouricuri**, estado de **Pernambuco**, em razão do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 18051/2021/SEI-MCOM §605106) o pedido de outorga da entidade foi **indeferido** em razão dos seguintes fatos e fundamentos:

O Ministério das Comunicações, em obediência aos art. 41 e 42 da Portaria, solicitou documentos à Entidade por meio do Ofício nº 22755/2021/MCOM (8303775).

O Ofício foi recebido pela Interessada, em 25/08/2021, conforme Aviso de Recebimento (8589379), entretanto não consta manifestação por parte da Interessada, até a presente data.

3. A entidade foi notificada por meio do Ofício nº 24936/2021/MCOM §605181), recebido em 03/01/2022 conforme AR Postal (9278399), tendo a entidade **até o dia 01/02/2022 para recorrer**.

4. Em resposta, a entidade interpôs **tempestivamente** Recurso administrativo conforme documento postado em **26/01/2022** sob o nº 53115.002584/2022-41, alegando, em suma, que:

ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, CNPJ 33.004.211/0001-51, já qualificada no processo em epígrafe, vem respeitosamente tempo e modo, por seu representante legal, em atenção a exigência contida no Ofício supracitado, em razão do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019, apresentar o recurso administrativo.

Na Nota Técnica nº 18051, através do quadro Análise, informa que o Ofício nº 22755/2021/MCOM de 26 de outubro de 2021 e assinado eletronicamente na mesma data pelo Sr. Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, sendo recebido pela associação em 25/08/2021 através do Aviso de Recebimento 8589379, pois a data do Aviso de recebimento e referente ao Ofício nº 15915/2021/MCOM de 04 de agosto de 2021.

O Ofício nº 22755/2021/MCOM de 26 de outubro de 2021 recebido pela associação em 08/11/2021 conforme o código de rastreamento dos Correios BZ 821 256 595 BR e aviso de Recebimento 8957007. Com o prazo de resposta até o dia 07/12/2021. Portanto enviada a comunicação da resposta em 03/12/2021 dentro do prazo e conforme o código de rastreamento OD 831 492 960 BR recebido pelo Sr. Ailton da Silva Pinho, datilógrafo, matrícula 0158387 no dia 09/12/2021 às 14:16h.

Solicitamos a estimada Coordenação Geral de Outorgas que revejam as datas de envio e recebimento dos ofícios citados, estaremos apresentando novamente a resposta ao Ofício nº 22755/2021/MCOM.

5. Ao que se observa do mérito do Recurso, houve erro material por parte deste Ministério tanto na ordem dos ARs anexados aos autos, quanto na anexação dos protocolos em atendimento às exigências conforme foi relatado no Despacho de Desarquivamento 9390523.

6. Desta forma, deve ser reconsiderada a decisão, retornando o processo à análise.

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações e em razão dos princípios da boa-fé processual, da razoabilidade, da proporcionalidade, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo conhecimento **ereconsideração da decisão** que indeferiu o processo, de forma que se retome a análise processual a fim de verificar a viabilidade do deferimento da outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 09/02/2022, às 12:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 09/02/2022, às 13:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 10/02/2022, às 09:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9390742** e o código CRC **6D14BEEE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO DE DECISÃO nº 103 / 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 1792/2022/SEI-MCOM, constante no processo nº 01250.042661/2019-41, de sorte **reconsiderar a decisão** que **indeferiu o pedido de outorga** da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, entidade participante do Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ouricuri/PE**, retomando-se a análise processual.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga substituto**, em 16/02/2022, às 17:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9390902** e o código CRC **16BD4CA9**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 3125/2022/MCOM

Brasília, 17 de fevereiro de 2022.

Ao Senhor
ASARIAS FREITAS DE LIMA
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** (CNPJ nº 33.004.211/0001-51)
Rua Floriano Freitas de Lima, nº 75 - Renascença
56200-000 - Ouricuri/PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.042661/2019-41.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 1792/2022/SEI-MCOM** acompanhada do Despacho que reconsiderou a decisão de indeferimento do processo, em razão do recurso administrativo interposto, para retomada da análise processual.
2. Por fim, qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.
3. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Outorgas, em 17/02/2022, às 12:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9390919** e o código CRC **485565E0**.

DESTINATARIO

ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE

RUA FLORIANO FREITAS DE LIMA, 75 RENASCENCA
- OURICURI - PE

56200-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

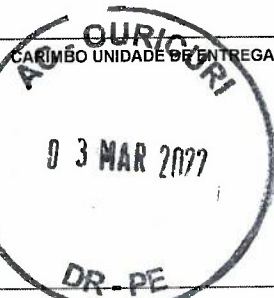
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900

BY243869960BR



SERAD/COREC PR 01250042661/2019-41 OF 3125



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º / / h

2º / / h

3º / / h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUCAO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

LEDIOUVAN BALBINO SOUZA

12332836420

AG DE CORREIOS ATIV DISTRIBUICAO

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: / /

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

03.03.2022

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

AZARIAS FREITAS DE LIMA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

12332836420

CHECKLIST

Município/UF: Ouricuri/PE –

Processo nº: 01250.042661/2019-41 CNPJ: 33.004.211/0001-51

Número de concorrentes: 1 – Associação de desenvolvimento social e cultural de Ouricuri – 01250.041751/2019-15 (Arqdef)

Nome da entidade: **Associação Cultural Portal do Araripe**Nº do edital/ano: **82/2019 publicado no DOU em 19/06/2019**Prazo de inscrição: **21/06/2019 a 19/08/2019**Canal/Frequência: **200 - 87,9 (10163841)**

1. Data de postagem/SEI: 16/08/2019 – Fl.79 (4526444)
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 1-4 (9307709)
4. Estatuto Social: Fls. 57-63 (4526444) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 65-69 (4526444) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 65-69 (4526444) para o período de 05/02/2019 a 05/02/23
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 70-78 (4526444)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Asarias Freitas de Lima	PT	8330310809 05/01/56	José Candido de Lima e Severina de Freitas de Lima	123.328.364-20	Não
Diretor Administrativo: Sebastião Ramírio Nunes Moreira	PSOL	068198060809 08/03/87	Raimundo Moreira da Silva e Maria Izabel Nunes da Silva Moreira	059.190.834-41	Não
Diretor de Operações: Ezaú Nunes de Lima	PATRIOTA	35194110817 26/08/54	Anízio Simão de Lima e Eliza Nunes de Lima	073.541.342-87	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 6-56 (4526444)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 5 (4526444)
10. Pesquisa Anatel (5107391) e Radar (5107394)

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**11. Estatuto social:** Fls. 57-63 (4526444)**11.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8, II**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 13**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 14**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 13**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 15**

12.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5 e 10**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8-9**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 18**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 16**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 19-20**

g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 18**

h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 10**

i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 12**

j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 12**

k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 20**

12. Certidões:

12.1 CNPJ: (8303459)

12.2 Certidão FGTS: (8303459)

12.3 Certidão PGFN : (8303459)

12.4 Certidão CNDT: (8303459)

12.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (8303666)

13. Pesquisa Anatel (8303459) e Fiscalisa ()

14. Anexo 6/ART: fl. 7-12 (9307709)

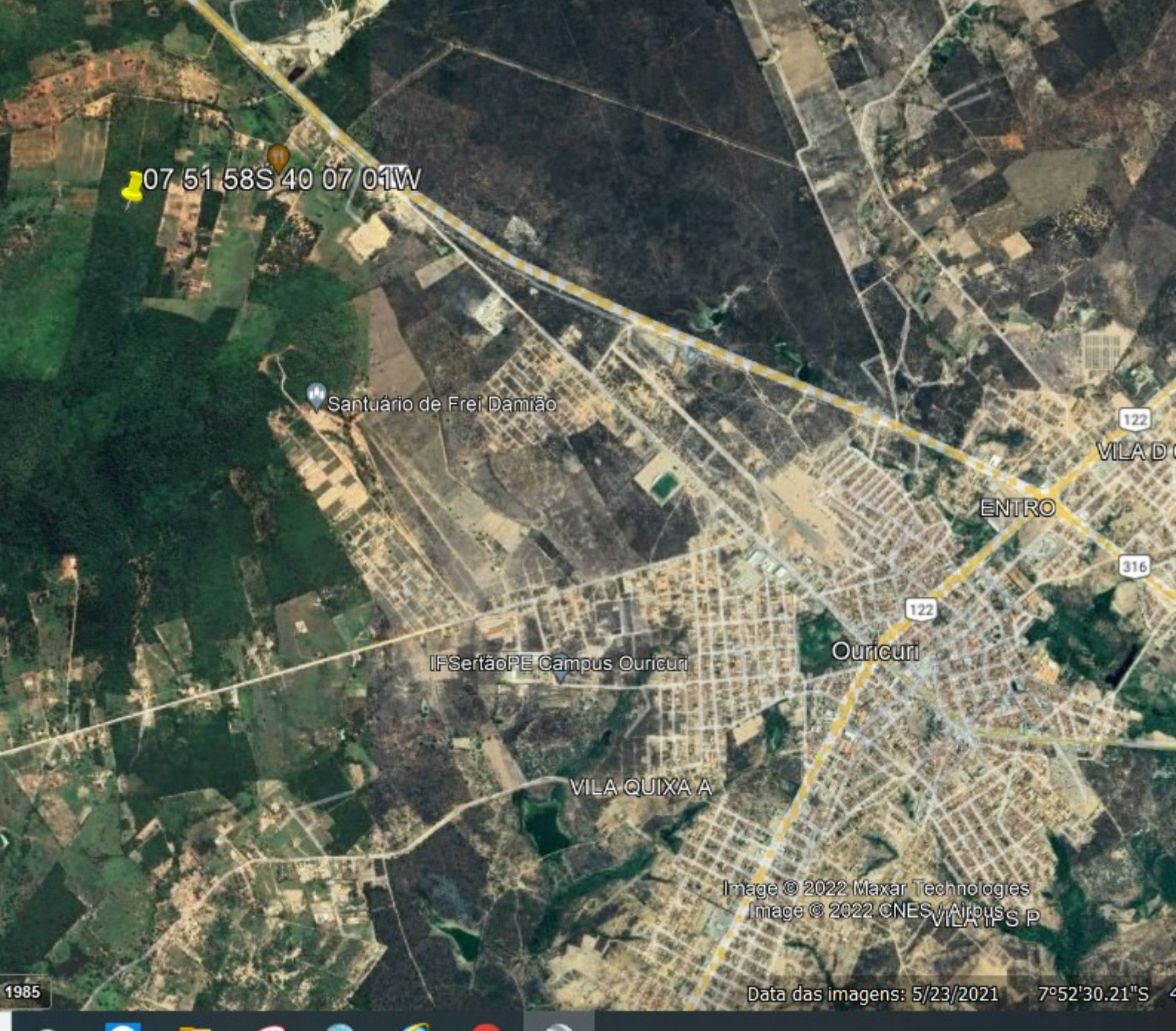
OBSERVAÇÕES: 10/08/2022 - O processo será encaminhado à COESA para análise da documentação técnica, quando retornar realizar as demais pesquisas.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 10/08/2022, às 16:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10163833** e o código CRC **A7B9B265**.



07 51 58S 40 07 01W

Santuário de Frei Damião

IFSertãoPE Campus Ouricuri

VILA QUIXA A

Ouricuri

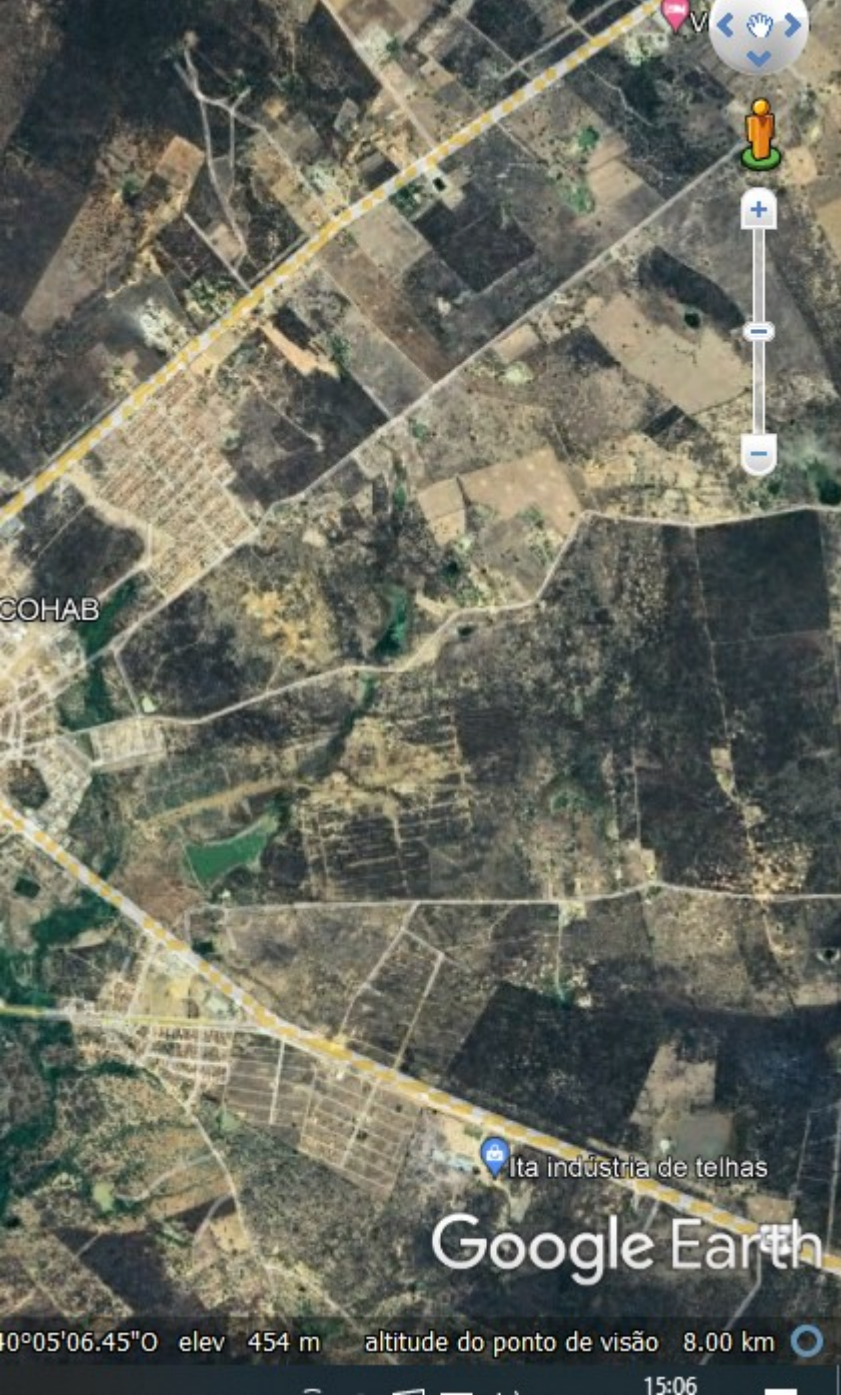
ENTRO

VILA D

Image © 2022 Maxar Technologies
Image © 2022 CNES/Airbus P

1985

Data das imagens: 5/23/2021 7°52'30.21"S 4





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 82
Número do Processo: 012500426612019

8/11/22 3:34 PM

Página 1 de 4

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	PE	OURICURI	01250.042661/2019	82	07S5158	40W0701	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE
1.14	PE	OURICURI	01250.064044/2018	0	07S5123	40W0649	RAQ	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI
1.14	PE	OURICURI	01250.041751/2019	82	07S5123	40W0649	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI
3.95	PE	OURICURI	01250.005625/2016	0	07S5016	40W0819	RAQ	ASSOCIACAO CULTURAL E SOCIAL DO POVOADO PRADICO (ACSP)
4.35	PE	OURICURI	53000.054130/2011	0	07S5259	40W0453	ARQPOS	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE OURICURI-A.B.O
4.39	PE	OURICURI	53103.000368/1999	8	07S5302	40W0453	ARQDE F	RADIODIFUSAO COMUNITARIA SERIEMA
4.40	PE	OURICURI	53000.037045/2007	0	07S5259	40W0451	RAQ	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OURICURI
4.40	PE	OURICURI	53103.000821/1998	4	07S5305	40W0454	LDE	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE OURICURI-A.B.O
4.40	PE	OURICURI	53000.050951/2012	4	07S5305	40W0454	RENDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE OURICURI-A.B.O
4.40	PE	OURICURI	53900.000862/2015	4	07S5305	40W0454	ARQPOS	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE OURICURI-A.B.O
4.40	PE	OURICURI	53115.019093/2020	4	07S5305	40W0454	ARQPOS	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE OURICURI-A.B.O
7.94	PE	OURICURI	01250.025471/2018	0	07S5023	40W0300	ARQCD I	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DA FAZENDA QUIXABA E SITIOS VIZINHOS
15.41	PE	OURICURI	01250.042438/2019	82	07S4849	39W5915	AUT	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA CARACUI

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

DESPACHO**Processo nº: 01250.042661/2019-41.****Interessado: ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE****Assunto: OFÍCIO N° 22755/2021/MCOM - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 8303775)**

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, constante do requerimento de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, apresentado pela entidade **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, na localidade de **OURICURI/PE**, constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente preenchido, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (art. 39, II, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015). <i>OBS.: O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.</i>	9307709, págs. 07 a 10	X		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo 6, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015: <i>OBS.: Deve ser verificado se as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a conta do terreno no mesmo processo.</i>	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.	9307709, pág. 09	X		
b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	9307709, pág. 09			X
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	9307709, pág. 09	X		
d) O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	9307709, pág. 09	X		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	9307709, pág. 09	X		
3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado no item 12 do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).	9307709, pág. 09	X		

4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, com redação da Portaria nº 1.909, de 6/04/2018).	9307709, pág. 11 e 12	X		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local de Instalação em anexo.	9307709 10300679 10300538	X		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada não guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária visto que as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos canais distintos para a execução do Serviço nos Municípios (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos .	9307709 10300679 10300538			X

Desse modo, considerando que a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor, conforme se verifica acima, restitua-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de instrução processual.

Brasília, 11 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 12/08/2022, às 11:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 12/08/2022, às 16:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 12/08/2022, às 16:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10300705** e o código CRC **9915171B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.004.211/0001-51 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/02/2019	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO NATIVA FM				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada					
LOGRADOURO SIT TAMBORIL		NÚMERO 580	COMPLEMENTO *****		
CEP 56.200-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO		MUNICÍPIO OURICURI		UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (87) 9123-3556			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/02/2019		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/09/2022** às **15:26:24** (data e hora de Brasília).

CNPJ:

33.004.211/0001-51

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:28:46 do dia 08/09/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 33.004.211/0001-51
Razão Social: ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE
Endereço: SITIO TAMBORIL / CENTRO / ARARIPINA / PE / 56280-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/08/2022 a 26/09/2022

Certificação Número: 2022082802191561349190

Informação obtida em 08/09/2022 15:30:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 33.004.211/0001-51

Certidão nº: 29627450/2022

Expedição: 08/09/2022, às 15:30:34

Validade: 07/03/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **33.004.211/0001-51**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE
CNPJ: 33.004.211/0001-51

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:30:42 do dia 08/09/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/03/2023.

Código de controle da certidão: **F521.DC41.26B4.C1CA**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa
Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento
Gerência de Licitação

Impresso por: [Francisca de Carvalho Machado](#)

Data/Hora: [09/09/2022 13:46:34](#)

Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF:	PE	Município:	Ouricuri
Município		Canal	Frequência
Ouricuri		200	87,9
Usuário: franciscacm.mc - Francisca de Carvalho Machado		Data: 09/09/2022	Hora: 13:46:34

CHECKLIST

Município/UF: Ouricuri/PE –

Processo nº: 01250.042661/2019-41 CNPJ: 33.004.211/0001-51

Número de concorrentes: 1 – Associação de desenvolvimento social e cultural de Ouricuri – 01250.041751/2019-15 (Arqdef)

Nome da entidade: **Associação Cultural Portal do Araripe**Nº do edital/ano: **82/2019 publicado no DOU em 19/06/2019**Prazo de inscrição: **21/06/2019 a 19/08/2019**Canal/Frequência: **200 - 87,9 (10380561)**

1. Data de postagem/SEI: 16/08/2019 – Fl.79 (4526444)
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 1-4 (4526444)
4. Estatuto Social: Fls. 57-63 (4526444) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 65-69 (4526444) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 65-69 (4526444) para o período de 05/02/2019 a 05/02/23
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 70-78 (4526444)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Asarias Freitas de Lima	8330310809 05/01/56	José Candido de Lima e Severina de Freitas de Lima	123.328.364- 20	Não
Diretor Administrativo: Sebastião Ramírio Nunes Moreira	068198060809 08/03/87	Raimundo Moreira da Silva e Maria Izabel Nunes da Silva Moreira	059.190.834- 41	Não
Diretor de Operações: Ezaú Nunes de Lima	35194110817 26/08/54	Anízio Simão de Lima e Eliza Nunes de Lima	073.541.342- 87	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 6-56 (4526444)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 5 (4526444)
10. Pesquisa Anatel (5107391) e Radar (5107394)

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**11. Estatuto social:** Fls. 57-63 (4526444)**11.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8, II**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 13**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 14**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 13**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 15**

12.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5 e 10**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8-9**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 18**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 16**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 19-20**

g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 18**

h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 10**

i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 12**

j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 12**

k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 20**

12. Certidões:

12.1 CNPJ: (10378824)

12.2 Certidão FGTS: (10378824)

12.3 Certidão PGFN : (10378824)

12.4 Certidão CNDT: (10378824)

12.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10379355)

13. Pesquisa Anatel (10378824) e Fiscaliza (10379477) e (10379476)

14. Anexo 6/ART: fl. 7-12 (9307709)

15. Despacho Técnico de Aprovação: (10300705)

OBSERVAÇÕES: 08/09/2022 - Processo instruído.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 09/09/2022, às 13:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10378867** e o código CRC **74AF3B57**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.042661/2019-41.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Ouricuri/PE, e do Tribunal de Justiça de Pernambuco, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**

Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10378824).

Brasília, 08 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 08/09/2022, às 17:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10379355** e o código CRC **52424447**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.042661/2019-41

SEI-MCOM nº 10379355

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

Adicionar filtro

Campo

Todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Associação Cultural Portal do Araripe

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO ▾

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>				Adicionar filtro	<input type="text" value="Campo"/>	Todos
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>	▼	+			
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>					
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Asarias Freitas de Lima"/>					

► Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para ☒ Atom ☒ CSV ☒ PDF

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

Adicionar filtro

Campo

Todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Sebastião Ramirio Nunes Moreira

Opções

✓ Aplicar ↺ Limpar 📄 Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para 📄 Atom 📄 CSV 📄 PDF

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

< >

Tarefas

...

▼ Filtros

☒ Situação

todos

▼

☒ Tipo

igual a

▼

Atividade de Inspeção

▼

+

☒ Tipo de inspeção

contém

▼

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

▼

Ezeú Nunes de Lima

Adicionar filtro

Todos

> Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

Adicionar filtro

Campo

Todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

33004211000151

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="12332836420"/>

► Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

05919063441

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

07354134287

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

< >

Tarefas

...

▼ Filtros

☒ Situação

todos

▼

Adicionar filtro

Campo

Todos

☒ Tipo

igual a

▼

Atividade de Inspeção

▼

+

☒ Tipo de inspeção

contém

▼

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

▼

☒ Coordenadas Estação

Raio

▼

Lat:

075158

▼

Lon:

400701

▼

Raio:

Raio (km)

▼

> Opções

✓ Aplicar

↺ Limpar

💾 Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.042661/2019-41**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações**.

Após análise do processo nº 01250.042661/2019-41, de interesse da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE** localidade de Ouricuri/PE, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data ~~não existe~~, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 08 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 08/09/2022, às 18:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10379477** e o código CRC **62605129**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 13156/2022/SEI-MCOMProcesso nº: **01250.042661/2019-41.**Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ouricuri/PE**, em atendimento ao Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 16/08/2019, às Fl.79 (4526444), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Asarias Freitas de Lima
Diretor Administrativo: Sebastião Ramírio Nunes Moreira
Diretor de Operações: Ezaú Nunes de Lima
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rod. BR 316, KM 34 - Sítio Tamboril - Zona Rural Coordenadas geográficas: 07°51'58"S de latitude e 40°07'01"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Avenida Antônio Pedro da Silva, 917 - Centro

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 19/08/2019.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	Fls. 1-4 (4526444)

2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 57-63 (4526444)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 65-69 (4526444)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 65-69 (4526444)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 70-78 (4526444)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 6-56 (4526444)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 5 (4526444)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	fl. 7-12 (9307709) Despacho Técnico de Aprovação: (10300705)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10378824)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10378824)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(10378824)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10378824)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10378824)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(10379477) e (10379476)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o

Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI** constante no processo nº 01250.041751/2019-15, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que foi constatado a existência de Vínculo político-partidário. A entidade foi comunicada sobre seu indeferimento por meio da Nota Técnica nº 9014/2021/SEI-MCOM 7927036), encaminhada por meio do Ofício nº 15919/2021/MCOM (7927214), recebido em 04/08/2021 (7956018). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM 8208276) e comunicado à entidade por meio do Ofício nº 21537/2021/MCOM (8208403), recebido em 18/10/2021 (8257324).

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.041751/2019-15	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI	Estabelecimento ou manutenção de vínculos de qualquer natureza.	Art. 43, inciso II

6. De acordo com o Despacho COESA_MCOM_ENG10300705), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (10300679).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Ouricuri/PE, e do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (10379355).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 09/09/2022, às 13:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 09/09/2022, às 13:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 09/09/2022, às 15:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 09/09/2022, às 19:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10379501** e o código CRC **42CBA13A**.

Minutas e Anexos

**MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042661/2019-41, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob 33.004.211/0001-51, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13156/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

**MINUTA
PORTARIA**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042661/2019-41, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob 33.004.211/0001-51, cuja sede se situa na Rod. BR 316, KM 34 - Sítio Tamboril - Zona Rural, na localidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ofício Interno nº 25209/2022/MCOM

Brasília, 12 de Setembro de 2022

A Senhora
Carolina Scherer Bicca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 13156/2022/SEI-MCOM (10379501)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 13156/2022/SEI-MCOM (10379501), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 12/09/2022, às 14:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10392483** e o código CRC **6738BB71**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS ADMINISTRATIVOS - CGAA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.042661/2019-41

Processos relacionados: 01250.038151/2019-70; 01250.016632/2020-68; 53115.022256/2020-07; 53115.014254/2021-17; 53115.018572/2021-57; 53115.040809/2021-86; 53115.001896/2022-37; 53115.002584/2022-41; 53115.017909/2022-90; 53115.018849/2022-22

INTERESSADOS: Gabinete do Ministro – GM/MCOM

Secretaria de Radiodifusão – SERAD/MCOM

Departamento de Outorga e Pós-Outorga – DEOPO/SERAD/MCOM

Coordenação-Geral de Outorgas – CGOU/DEOPO/SERAD/MCOM

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal – COREC/CGOU/DEOPO/SERAD/MCOM

ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE

ASSUNTO: Administrativo. Requerimento de outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em atendimento ao Edital nº 82/2019.

EMENTA:

Administrativo. Requerimento para outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ouricuri/PE, por entidade associativa habilitada consoante certame público convocado pelo Edital nº 82/2019. Legislação: Constituição Federal; Lei nº 9.612, de 1998; Decreto nº 2.615, de 1988; Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015, com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 2018. Certificação de atendimento das exigências normativas. Inexistência de óbice legal. Possibilidade jurídica de deferimento da autorização pleiteada. Ressalvada a necessidade de submissão do pleito ao Congresso Nacional. Encaminhamento à SERAD/MCOM.

I. RELATÓRIO

1. A Secretaria de Radiodifusão – SERAD/MCOM, consoante o OFÍCIO INTERNO nº 25209/2022/MCOM (*Sei: 10392483*), expedido em 12.09.2022 pelo r. Secretário de Radiodifusão, encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, autos de procedimento administrativo versando sobre a outorga de autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária a entidade associativa habilitada por meio de certame seletivo público, na localidade de Ouricuri/PE.

2. Nos autos em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão – SERAD/MCOM, tornou público o Edital de Seleção Pública nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 19 de junho de 2019, que trata da inscrição das entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária em diversas localidades, inclusive na de Ouricuri/PE, conferindo o prazo de 60 (*sessenta*) dias para inscrição dos interessados e apresentação da devida documentação instrutória.

3. No curso do certame público, a ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE não foi a única entidade que demonstrou interesse na prestação do serviço de radiodifusão comunitária – *no raio de 4 (quatro) quilômetros* - na localidade de Ouricuri/PE, conforme certificado na NOTA TÉCNICA nº 13156/2022/SEI-MCOM (*Sei: 10379501, item 5*):

“.....

(.....)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI, constante no processo nº 01250.041751/2019-15, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que foi constatado a existência de Vínculo político-partidário. A entidade foi comunicada sobre seu indeferimento por meio da Nota Técnica nº 9014/2021/SEI-MCOM (7927036), encaminhada por meio do Ofício nº 15919/2021/MCOM (7927214), recebido em 04/08/2021 (7956018). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM (8208276) e comunicado à entidade por meio do Ofício nº 21537/2021/MCOM (8208403), recebido em 18/10/2021 (8257324).

(.....)

.....”.

4. Nessa mesma NOTA TÉCNICA, no item 8, a SERAD/MCOM “(...) *se posiciona pelo deferimento do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme check-list constante do item 4 desta Nota Técnica (...)*” (*Sic*).

5. Cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a MINUTA DE PORTARIA de outorga da autorização e EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS endereçada ao r. Presidente da República, a serem submetidas à apreciação e subscrição do r. Ministro de Estado desta Pasta. Tais minutas figuram como anexos da 13156/2022/SEI-MCOM (*Sei: 10379501*).

6. Os processos relacionados – NUP's 01250.038151/2019-70; 01250.016632/2020-68; 53115.022256/2020-07; 53115.014254/2021-17; 53115.018572/2021-57; 53115.040809/2021-86; 53115.001896/2022-37; 53115.002584/2022-41; 53115.017909/2022-90; 53115.018849/2022-22 -, compreendem documentos, atos, termos e trâmites relativos à outorga para execução de serviços de radiodifusão comunitária.

7. **Até aqui, o relatório.**

II. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

8. Conforme relatado resumidamente, trata-se de consulta advinda da Secretaria de Radiodifusão – SERAD/MCOM relacionada ao requerimento de outorga de autorização de execução do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Blumenau/SC, formulado pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE em decorrência de sua habilitação em face do Edital nº 82/2019.

9. Informo que tomei por referência para a elaboração da presente manifestação, com as comportáveis adequações ao caso concreto, remições, recomendações e cautelas postas em caso similar, no PARECER nº 00513/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, lançado nos autos NUP 01250.054517/2019-58, em 17.07.2022, pelo r. Advogado da União, Dr. João Paulo Santos Borba, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão e Telecomunicações – CGRT/CONJUR-MCOM.

10. Esclareço que as manifestações dos senhores membros das carreiras da Advocacia-Geral da União, expedidas no exercício de suas atribuições funcionais, se consideram como emitidas pela própria Instituição, razão pela qual, costumam ser replicadas pelos seus pares ao tratarem de matérias e situações análogas, a bem da presteza na prestação consultiva e uniformidade da orientação jurídica, consoante procedo, nesta oportunidade, tributando respeitosa vênias ao insigne parecerista retro mencionado.

III. FUNDAMENTAÇÃO

11. Após a exposição fática acima apresentada acerca dos atos de instrução do pedido de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ouricuri/PE, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

III.a. Procedimento para prestação do serviço de radiodifusão comunitária

12. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento relacionado à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado pela Constituição Federal, pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

13. Objetivando uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

a) - Constituição Federal

“.....

(.....)

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores. 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

(.....)

.....”;

b) - Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998

“.....

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

Art. 2o O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição, aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e demais

disposições legais. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001](#)).

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no [art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição](#), sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001](#)).

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
 - II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
 - III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
 - IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
 - V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- (...)

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. ([Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002](#)).

(.....)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(.....)

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

(.....)

.....”;

c) - Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998

“.....

(.....)

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(.....)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(.....)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

- I - estatuto da entidade, devidamente registrado;
- II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;
- III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;
- IV - comprovação de maioria dos diretores;
- V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;
- VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

(.....)

.....”.

14. Destaca-se que o procedimento seletivo do qual decorre a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sob análise foi regido pela Portaria deste Ministério nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (*DOU de 21 de setembro de 2015*), com

alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (*DOU de 9 de abril de 2018*), visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados. Veja-se:

“.....

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(.....)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(.....)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(.....)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(.....)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(.....)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(.....)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

(.....)

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

- III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;
- IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;
- V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e
- VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(.....)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

(.....)

Do Recurso

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

(.....)

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;

III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V – prazo de outorga e;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

(.....)

.....”.

15. É oportuno registrar que os efeitos legais da emissão definitiva da outorga para prestação do serviço de radiodifusão encontram-se condicionados à apreciação prévia do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

III.b. Análise técnica realizada pela Secretaria de Radiodifusão – SERAD/MCOM

16. Feita a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e processamento da solicitação para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

17. Consta dos autos que a Secretaria de Radiodifusão – SERAD/MCOM, por meio da NOTA TÉCNICA nº 13156/2022/SEI-MCOM (Sei: 10379501) – *subscrita conjuntamente, em 09.09.2022 por Assistente Técnico, pela Senhora Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal – COREC, pelo r. Coordenador-Geral de Outorgas - CGOU e pelo r. Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga – DEOPO/SERAD/MCOM* -, inclusive, anexando minutas de EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS e de PORTARIA MINISTERIAL, manifestou-se quanto ao requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, na localidade de Ouricuri/PE, como segue:

“

NOTA TÉCNICA Nº 13156/2022/SEI-MCOMProcesso nº: **01250.042661/2019-41.**Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ouricuri/PE**, em atendimento ao Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 16/08/2019, às Fl. 79 (4526444), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Asarias Freiras de Lima
Diretor Administrativo: Sebastião Ramírio Nunes Moreira
Diretor de Operações: Ezaú Nunes de Lima
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rod. BR 316, KM 34 – Sítio Tamboril – Zona Rural
Coordenadas geográficas: 07°51'58"S de latitude e 40°07'01"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Avenida Antônio Pedro da Silva, 917 - Centro

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 19/08/2019.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL./NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	Fls. 1-4 (4526444)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 57-63 (4526444)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 65-69 (4526444)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 65-69 (4526444)
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 70-78 (4526444)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 6-56 (4526444)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 5 (4526444)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	fl. 7-12 (9307709) - Despacho técnico de aprovação: (10300705)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10378824)

10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10378824)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(10378824)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10378824)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10378824)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(10379477) (10379476)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI**, constante no processo nº 01250.041751/2019-15, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que foi constatado a existência de Vínculo político-partidário. A entidade foi comunicada sobre seu indeferimento por meio da Nota Técnica nº 9014/2021/SEI-MCOM (7927036), encaminhada por meio do Ofício nº 15919/2021/MCOM (7927214), recebido em 04/08/2021 (7956018). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM (8208276) e comunicado à entidade por meio do Ofício nº 21537/2021/MCOM (8208403), recebido em 18/10/2021 (8257324).

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.041751/2019-15	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI	Estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza	Art. 43, inciso II

6. De acordo com o Despacho COESA_MCOM_ENG (10300705), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art. 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (10300679).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Ouricuri/PE, e do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (10379355).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.

(.....)

MINUTAS E ANEXOS

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042661/2019-41, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, inscrita no CNPJ sob nº 33.004.211/0001-51, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13156/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma

forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

(.....)

MINUTA

PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042661/2019-41, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob nº 33.004.211/0001-51, cuja sede se situa na Rod. BR 316, KM 34 – Sítio Tamboril – Zona Rural, na localidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

.....”.

18. No que concerne ao preenchimento dos requisitos estabelecidos nos normativos de regência, notadamente a Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015 (*vide itens 14 e 17 deste PARECER*), verifica-se que o requerimento administrativo apresentado pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE é tempestivo, porquanto foi apresentado em 16 de agosto de 2019, portanto, dentro do prazo de (sessenta) dias previsto no Edital de Seleção Pública nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 19 de junho de 2019, conforme certificado na antes mencionada NOTA TÉCNICA nº 13156/2022/SEI-MCOM (*Sei: 10379501*), nos itens 1 e 2 e no *checklist* constante do item 4.

19. É oportuno realçar que a ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE não foi a única entidade que demonstrou interesse na prestação do serviço de radiodifusão comunitária – *no raio de 4 (quatro) quilômetros* - na localidade de Ouricuri/PE, conforme atestado na NOTA TÉCNICA nº 13156/2022/SEI-MCOM (*Sei: 10379501*), no item 5:

“.....

(.....)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI, constante no processo nº 01250.041751/2019-15, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que foi constatado a existência de Vínculo político-partidário. A entidade foi comunicada sobre seu indeferimento por meio da Nota Técnica nº 9014/2021/SEI-MCOM (7927036), encaminhada por meio do Ofício nº 15919/2021/MCOM (7927214), recebido em 04/08/2021 (7956018). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM (8208276) e comunicado à entidade por meio do Ofício nº 21537/2021/MCOM (8208403), recebido em 18/10/2021 (8257324).

(.....)

.....”.

20. Nessa mesma NOTA TÉCNICA, a Administração consulente certifica que a ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE carrega aos autos os seguintes documentos, dentre outros: I) requerimento de outorga, subscrito por seu representante legal (*Sei: 4526444, fls. 1-4*); II) Estatuto Social, devidamente registrado, contendo a finalidade de executar o serviço de radiodifusão comunitária (*Sei: 4526444, fls. 57-63*); III) Ata registrada de constituição registrada no cartório (*Sei: 4526444, fls. 65-69*); IV) Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas (*Sei: 4526444, fls. 65-69*); V) comprovantes de nacionalidade e maioria dos diretores dirigentes (*Sei: 4526444, fls. 70-78*); VI) Comprovante de recolhimento de taxa de cadastramento (*Sei: 4526444, fl. 5*); VII) Formulário de dados de funcionamento da estação/projeto técnico (*Sei: 9307709, fls. 7-12 – Despacho Técnico de aprovação: Sei: 10300705*); VIII) Manifestações de apoio à iniciativa, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (*Sei: 4526444, fls. 6-56*); IX) comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ (*Sei: 10378824*); X) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel (*Sei: 10378824*); XI) certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (*Sei: 10378824*); XII) certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União (*Sei: 10378824*); XIII) certidão negativa de débitos trabalhistas (*Sei: 10378824*); XIV) informação sobre a inexistência realização de

operação clandestina pela citada Associação, conforme pesquisa no sistema de fiscalização – FISCALIZA (Sei: 10379477; 10379476); XV) inexistência de processos judiciais que obstem o deferimento da outorga (Sei: 10375027, *NOTA TÉCNICA* nº 13156/2022/SEI-MCOM, item 7, cf. *Despacho* Sei: 10379355).

21. Neste passo, **recomenda-se** que a unidade técnica de instrução processual certifique expressamente que todos os documentos exigidos foram aportados aos presentes autos, e que eles estão dentro dos respectivos prazos de validade.

22. Merece registro que o Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE (Sei: 4526444), no art. 2º, *caput*, enuncia que tem por finalidade executar serviço de radiodifusão comunitária; no art. 5º, prevê a possibilidade de admissão gratuita de associados pessoas físicas e jurídicas e, ainda, no art. 11, inciso III, e nos arts. 12, § 1º, art. 15, *caput* e parágrafos, prevê a existência de conselho comunitário constituído por pessoas representantes de entidades da comunidade local, como requer o art. 40, incisos II e IV, da Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015.

23. A SERAD/MCOM informa que não há vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como se descortina nos itens 9 dos *checklists* (Sei: 5107427; 5770263; 8209183). Ademais, consta do requerimento de autorização de outorga (Sei: 4526444), devidamente subscrito pelos representantes legais da referida Associação, que os seus dirigentes residem dentro da área pretendida para prestação do serviço de radiodifusão e que todos eles possuem bons antecedentes.

24. Enfim, ante o exposto se entende que não há óbice, sob o aspecto jurídico-formal, para a outorga de autorização para a ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, com a finalidade de que haja a prestação do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ouricuri/PE, pelo prazo de 10 (dez) anos.

25. Antes de ultimar, pontuo – *atento ao princípio da continuidade dos atos da Administração e dos serviços públicos em geral, que não podem sofrer solução* - que a **continuação** pelo novel Ministério das Comunicações – MCOM, de atos e procedimentos administrativos iniciados/praticados na esfera do extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC – o qual, por sua vez, sucedeu o ex-Ministério das Comunicações – MC – é **juridicamente válida e eficaz**, na medida em que o atual Ministério das Comunicações – MCOM é sucedâneo de competências do extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. *Vide*, a propósito, a Lei nº 13.844, de 28.06.2019 – *resultante da conversão da Medida Provisória nº 870, de 1º.01.2019, e alterada pela Medida Provisória nº 980, de 10.06.2020 (convogada na Lei nº 14.074, de 14.10.2020), que extinguiu/cindiu o MCTIC e recriou as Pastas do MCTI e do MCOM* -, que estabeleceu a nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

IV. CONCLUSÃO

26. Posto isso, com base nos documentos, atos, termos, trâmites, certificações, justificativas e legislação reportados em linhas volvidas, analisados sob o aspecto jurídico-formal – *orientado pelo princípio da deferência técnica, isto é, abstraindo dos contornos técnico-administrativos do feito, cujo juízo de mérito para a sua solução se situa na exclusiva esfera da Administração* -, **sugiro** que esta unidade de execução descentralizada das competências institucionais da Advocacia-Geral da União - AGU, em atenção ao que foi solicitado pela Secretaria de Radiodifusão – SERAD/MCOM no OFÍCIO INTERNO nº 25209/2022/MCOM (Sei: 10392483), *s.m.j.*, ademais de assinalar a possibilidade jurídica da expedição do ato em perspectiva, **recomende** que na sequência dos trâmites sejam observadas as seguintes orientações:

a) - não há impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, pelo prazo de 10 (dez) anos, na localidade de Ouricuri/PE;

b) - as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SERAD/MCOM, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD/MCOM verificar a existência de eventual erro material; e

c) - é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

27. Acentua-se que é atribuição do r. Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

28. Enfim, sendo aprovada a presente manifestação, sugere-se a restituição do feito à Secretaria de Radiodifusão – SERAD/MCOM, para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro – GM/MCOM para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 03 de outubro de 2022.

JOSÉ CARLOS SOUZA
Advogado da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042661201941 e da chave de acesso 7886d296



Documento assinado eletronicamente por JOSÉ CARLOS SOUZA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1002312637 e chave de acesso 7886d296 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOSÉ CARLOS SOUZA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-10-2022 14:22. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS ADMINISTRATIVOS - CGAA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02188/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.042661/2019-41

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Considerando a competência estabelecida no art. 9º, I, do Regimento Interno desta Consultoria Jurídica, encaminhem-se ao Exmo. Sr. Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão e Telecomunicações, para apreciação do **PARECER n. 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pelo Dr. José Carlos Souza, em regime de colaboração com aquela CGRT, e para as providências que se fizerem necessárias.

Brasília, 03 de outubro de 2022.

(assinatura digital)

MARCELA ALMEIDA MARTINS ARRUDA

Advogada da União

Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos Administrativos Substituta

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042661201941 e da chave de acesso 7886d296



Documento assinado eletronicamente por MARCELA ALMEIDA MARTINS ARRUDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1002467707 e chave de acesso 7886d296 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCELA ALMEIDA MARTINS ARRUDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-10-2022 16:08. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02189/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.042661/2019-41

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. José Carlos Souza, advogado da União.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre requerimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Cultural Portal do Araripe, na localidade de Ouricuri/PE.
3. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 13156/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da outorga à citada entidade. A referida NOTA TÉCNICA esclarece que a Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Ouricuri foi inabilitada em razão da existência de vínculo vedado pela legislação de regência, não sendo interposto recurso administrativo da referida decisão.
4. Conforme os termos do PARECER n. 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe óbice legal para que seja conferida autorização para a mencionada Associação executar o serviço de radiodifusão comunitária.
5. Deste modo, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Cultural Portal do Araripe, na localidade de Ouricuri/PE, pelo prazo de 10 (dez) anos.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 03 de outubro de 2022.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042661201941 e da chave de acesso 7886d296



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1002487455 e chave de acesso 7886d296 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-10-2022 16:45. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.042661/2019-41

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

Aprovo, nos termos do **DESPACHO n. 02189/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, o **PARECER n. 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 03 de outubro de 2022.

CAROLINA SCHERER
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042661201941 e da chave de acesso 7886d296



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1002611548 e chave de acesso 7886d296 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-10-2022 17:39. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 7048, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042661/2019-41, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob 33.004.211/0001-51, cuja sede se situa na Rod. BR 316, KM 34 - Sítio Tamboril - Zona Rural, na localidade de Ouricuri, estado de Pernambuco, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria**, Ministro de Estado das Comunicações, em 06/12/2022, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10440265** e o código CRC **90A6CD0A**.

Brasília, 04 de outubro de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042661/2019-41, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob 33.004.211/0001-51, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13.156/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.048, de 4 de outubro de 2022, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/12/2022, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10440269** e o código CRC **37EA141C**.

Ofício Interno nº 26081/2022/MCOM

Brasília, 04 de Outubro de 2022

Ao Senhor
Wagner Primo Figueiredo Neto
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Portaria nº 7048/2022/SEI-MCOM (10440265) e Exposição de Motivos (10440269)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 13156/2022/SEI-MCOM (10379501) e no Parecer Jurídico nº 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10439325), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 7048/2022/SEI-MCOM (10440265) e Exposição de Motivos (10440269), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 04/10/2022, às 14:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10440307** e o código CRC **FA3798C6**.

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 14/12/2022 13:49:27
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Thiago Ricardo Gomes Igino
Ofício: 9286089
Data prevista de publicação: 15/12/2022
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20161345	ATO PORTARIA MCOM NA 7048.rtf	925bc6424a072a69 7085c3c941eef22f	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			8,24	R\$ 311,36

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 15/12/2022 | Edição: 235 | Seção: 1 | Página: 174

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 7.048, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042661/2019-41, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob nº 33.004.211/0001-51, cuja sede se situa na Rod. BR 316, KM 34 - Sítio Tamboril - Zona Rural, na localidade de Ouricuri, estado de Pernambuco, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

BOM DIA
Alicionete da Siva LuzSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> Geral | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	PE	Distrito:	
Município:	Ouricuri	Sub Distrito:	
Canal:	200	Local Especifico:	
Fase:	1		
Dados da Entidade			
Entidade:	ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE	CNPJ:	33.004.211/0001-51
Nome Fantasia:	Radio Nativa Fm	Bairro:	ZONA RURAL
Logradouro:	ROD BR 316, KM 34 - SITIO TAMBORIL	Número:	000
Telefone:	(87) 91233556	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		
<input type="checkbox"/> Dados da Outorga			

Dados da Entidade

CNPJ:	33004211000151	<input type="button" value="Pesquisar"/>
Razão Social:	ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:	Brasil				
Número do CEP:	56200000	Logradouro:	ROD BR 316, KM 34 - SITIO TAMBORIL		
Número:	000	Complemento:		Bairro:	ZONA RURAL
Município:	Ouricuri	Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	87 91233556			Fax:	

Endereço de Correspondência

País:	Brasil				
Número do CEP:	56200000	Logradouro:	ROD BR 316, KM 34 - SITIO TAMBORIL		
Número:	000	Complemento:		Bairro:	ZONA RURAL
Município:	Ouricuri	Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	87	91233556	Fax:		E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	01250042661201941	Fistel:	50444091033
Caixa:		Sequência:	

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	7048	Portaria	MC	04/10/2022	15/12/2022	Outorga	Jur.

Ofício Interno nº 29209/2022/MCOM

Brasília, 26 de dezembro de 2022

À Senhora
Renata Machado Moreira
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10440269)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 7048/2022/SEI-MCOM (10569417), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10440269), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 26/12/2022, às 10:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10592282** e o código CRC **F6FC557D**.

Brasília, 27 de Dezembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042661/2019-41, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob nº 33.004.211/0001-51, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13.156/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.048, de 4 de outubro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente

processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Estella Dantas Antonichelli



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 33549/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.042661/2019-41.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 29/12/2022, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10596979** e o código CRC **7AFA4F83**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.042661/2019-41.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Comunicação Social Eletrônica,

Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro das Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 27/02/2023, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 28/02/2023, às 21:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10743765** e o código CRC **B8CC0FF6**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042661/2019-41, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob 33.004.211/0001-51, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13156/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.048, de 04 de outubro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

Brasília, 06 de março de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042661/2019-41, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob 33.004.211/0001-51, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13156/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.048, de 04 de outubro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 14/03/2023, às 19:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10768294** e o código CRC **0F6B5C70**.

Ofício Interno nº 32290/2023/MCOM

Brasília, 06 de março de 2023

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10768294)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREC_MCOM 10743765) encaminho a Exposição de Motivos (10768294), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 08/03/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10768940** e o código CRC **D3B8DEA2**.

Ofício Interno nº 32740/2023/MCOM

Brasília, 15 de março de 2023

À Senhora
Renata Machado Moreira
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10768294)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 7048/2022/SEI-MCOM (10569417), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10768294), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 20/03/2023, às 17:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10786130** e o código CRC **9071BA24**.

Brasília, 22 de março de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042661/2019-41, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob o nº 33.004.211/0001-51, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13156/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.048, de 4 de outubro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 11004/2023/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.042661/2019-41.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subseqüentes, cuja exposição de motivos encontra-se devidamente assinada pelo titular desta Pasta, que trata de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 27/04/2023, às 11:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10877063** e o código CRC **7190E834**.

Brasília, 26 de Abril de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042661/2019-41, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob o nº 33.004.211/0001-51, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13156/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.048, de 4 de outubro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS ADMINISTRATIVOS - CGAA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.042661/2019-41

Processos relacionados: 01250.038151 /2019-70; 01 250.016632/2020-68; 53 11 5.022256/2020-07; 53115.014254/2021-17; 53115.018572/2021-57; 53 1 1 5.040809/2021-86; 53115.001896/2022-37; 53 115.002584/2022-4 I; 53115.017909/2022-90; 53115.018849/2022-22

INTERESSADOS: Gabinete do Ministro - GM/MCOM

Secretaria de Radiodifusão - SERAD/MCOM

Departamento de Outorga e Pós-Outorga - DEOPO/SERAD/MCOM

Coordenação-Geral de Outorgas - CGOU/DEOPO/SERAD/MCOM

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal - COREC/CGOU/DEOPO/SERAD/MCOM

ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE

ASSUNTO: Administrativo. Requerimento de outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em atendimento ao Edital nº 82/2019.

EMENTA:

Administrativo. Requerimento para outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ouricuri/PE, por entidade associativa habilitada consoante certame público convocado pelo Edital nº 82/2019. Legislação: Constituição Federal; Lei nº 9.612, de 1998; Decreto nº 2.615, de 1988; Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015, com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 2018. Certificação de atendimento das exigências normativas. Inexistência de óbice legal. Possibilidade jurídica de deferimento da autorização pleiteada. Ressalvada a necessidade de submissão do pleito ao Congresso Nacional. Encaminhamento à SERAD/MCOM.

I. RELATÓRIO

1. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD/MCOM, consoante o OFÍCIO INTERNO nº 25209/2022/MCOM (*Sei: 10392483*), expedido em 12.09.2022 pelo r. Secretário de Radiodifusão, encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, autos de procedimento administrativo versando sobre a outorga de autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária a entidade associativa habilitada por meio de certame seletivo público, na localidade de Ouricuri/PE.
2. Nos autos em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão - SERAD/MCOM, tornou público o Edital de Seleção Pública nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 19 de junho de 2019, que trata da inscrição das entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária em diversas localidades, inclusive na de Ouricuri/PE, conferindo o prazo de 60 (*sessenta*) dias para inscrição dos interessados e apresentação da devida documentação instrutória.
3. No curso do certame público, a ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE não foi a única entidade que demonstrou interesse na prestação do serviço de radiodifusão comunitária - *no raio de 4 (quatro) quilômetros* - na localidade de Ouricuri/PE, conforme certificado na NOTA TÉCNICA nº 13156/2022/SEI-MCOM (*Sei: 10379501, item 5*):

(.....)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI**, constante no processo nº 01250.041751/2019-15, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que foi constatado a existência de Vínculo político-partidário. A entidade foi comunicada sobre seu indeferimento por meio da Nota Técnica nº 9014/2021/SEI-MCOM (7927036), encaminhada por meio do Ofício nº 15919/2021/MCOM (7927214), recebido em 04/08/2021 (7956018). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM (8208276) e comunicado à entidade por meio do Ofício nº 21537/2021/MCOM (8208403), recebido em 18/10/2021(8257324).

(.....)

4. Nessa mesma NOTA TÉCNICA, no item 8, a SERAD/MCOM "(...) se posiciona pelo deferimento do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme check-list constante do item 4 desta Nota Técnica (.)" (*Sic*).

5. Cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a MINUTA DE PORTARIA de outorga da autorização e EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS endereçada ao r. Presidente da República, a serem submetidas à apreciação e subscrição dor. Ministro de Estado desta Pasta. Tais minutas figuram como anexos da 13156/2022/SEI-MCOM (*Sei: 10379501*).

6. Os processos relacionados - NUP's 01250.038151/2019-70; 01250.016632/2020-68; 53JJ5.022256/2020-07; 53115.014254/2021-17; 53115.018572/2021-57; 53115.040809/2021-86; 53115.001896/2022-37; 53115.002584/2022-41; 53JJ5.017909/2022-90; 53 JJ 5.018849/2022-22 -, compreendem documentos, atos, termos e trâmites relativos à outorga para execução de serviços de radiodifusão comunitária.

7. **Até aqui, o relatório.**

II. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

8. Conforme relatado resumidamente, trata-se de consulta advinda da Secretaria de Radiodifusão - SERAD/MCOM relacionada ao requerimento de outorga de autorização de execução do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Blumenau/SC, formulado pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE em decorrência de sua habilitação em face do Edital nº 82/2019.

9. Informo que tomei por referência para a elaboração da presente manifestação, com as comportáveis adequações ao caso concreto, remições, recomendações e cautelas postas em caso similar, no PARECER nº 00513/2022/CONJUR MCOM/CGU/AGU, lançado nos autos NUP 01250.054517/2019-58, em 17.07.2022, pelo r. Advogado da União, Dr. João Paulo Santos Borba, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão e Telecomunicações - CGRT/CONJUR-MCOM.

10. Esclareço que as manifestações dos senhores membros das carreiras da Advocacia-Geral da União, expedidas no exercício de suas atribuições funcionais, se consideram como emitidas pela própria Instituição, razão pela qual, costumam ser replicadas pelos seus pares ao tratarem de matérias e situações análogas, a bem da presteza na prestação consultiva e uniformidade da orientação jurídica, consoante procedo, nesta oportunidade, tributando respeitosa vênias ao insigne parecerista retro mencionado.

III. FUNDAMENTAÇÃO

11. Após a exposição fática acima apresentada acerca dos atos de instrução do pedido de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ouricuri/PE, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

III.a. Procedimento para prestação do serviço de radiodifusão comunitária

12. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento relacionado à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado pela Constituição Federal, pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

13. Objetivando uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

a) - Constituição Federal

(.....)

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores. 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

(.....)

..... "1.

b) - Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no [art. 223 da Constituição](#), aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), e demais

disposições legais. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#).

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no [art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição](#), sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#).

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

(...)

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. [\(Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002\)](#)

(.....)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(.....)

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

(.....)

e) - Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998

(.....)

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(.....)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(.....)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioridade dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

(.....)

14. Destaca-se que o procedimento seletivo do qual decorre a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sob análise foi regido pela Portaria deste Ministério nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (*DOU de 21 de setembro de 2015*), com

alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (*DOU de 9 de abril de 2018*), visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados. Veja-se:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(.....)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II - estatuto social da entidade atualizado;

III - ata de constituição da entidade;

IV - ata de eleição dos atuais dirigentes;

V - prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI - comprovação de maioridade de todos os diretores; e

VII - manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

()

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(.....)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência. (

.....)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(.....)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#)) (

.....)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

(.....)

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

- III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;
- IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;
- V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e
- VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(.....)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

(.....)

Do Recurso

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

1 - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

(.....)

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

1 - razão social da entidade;

II - número de registro no CNPJ da entidade;

III - serviço objeto da outorga;

IV - Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V - prazo de outorga e;

VI - frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

(.....)

15. É oportuno registrar que os efeitos legais da emissão definitiva da outorga para prestação do serviço de radiodifusão encontram-se condicionados à apreciação prévia do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

III.b. Análise técnica realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD/MCOM

16. Feita a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e processamento da solicitação para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico formal.

17. Consta dos autos que a Secretaria de Radiodifusão - SERAD/MCOM, por meio da NOTA TÉCNICA nº 13156/2022/SEI-MCOM (Sei: 10379501) - *subscrita conjuntamente, em 09.09.2022 por Assistente Técnico, pela Senhora Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal - COREC, pelo ;: Coordenador-Geral de Outorgas - CGOU e pelo ;: Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga - DEOPOISERADIMCOM* -, inclusive, anexando minutas de EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS e de PORTARIA MINISTERIAL, **manifestou-se** quanto ao requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, na localidade de Ouricuri/PE, como segue:

NOTA TÉCNICA Nº 13156/2022/SEI-MCOMProcesso nº: **01250.042661/2019-41.**Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ouricuri/PE**, em atendimento ao Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 16/08/2019, às Fl. 79 (4526444), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

IREQUERENTE

ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Asarias Freiras de Lima
Diretor Administrativo: Sebastião Ramirio Nunes Moreira
Diretor de Operações: Ezaú Nunes de Lima
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR/ SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rod. BR 316, KM 34 - Sítio Tamboril - Zona Rural
Coordenadas geográficas: 07°51'58"S de latitude e 40°07'01 "W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Avenida Antônio Pedro da Silva, 917 - Centro

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 19/08/2019.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SET-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL./NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	Fls. 1-4 (45 ²⁶ 44 ⁴)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 57-63 (45 ²⁶ 44 ⁴)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 65-69 (4526444)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 65-69 (4526444)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 70-78 (45 ²⁶ 44 ⁴)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 6-5 ₆ (4526444)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 5 (4526444)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	fl. 7-12 (9307709) Despacho técnico de aprovação: (10300705)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ.	(10378824)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatei).	(10378824)

11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	(10378824)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10378824)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10378824)
14.	Despacho - Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	00379477) (10379476)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da **ASSOCIAÇÃO Di: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI**, constante no processo nº 01250.041751/2019-15, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que foi constatado a existência de Vínculo político-partidário. A entidade foi comunicada sobre seu indeferimento por meio da Nota Técnica nº 9014/2021/SEI-MCOM (7927036), encaminhada por meio do Ofício nº 15919/2021/MCOM (7927214), recebido em 04/08/2021 (7956018). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC MCOM (8208276) e comunicado à entidade por meio do Ofício nº 21537/2021/MCOM (8208403), recebido em 18/10/2021 (8257324).

!ENTIDADES CONCORRENTES

PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.041751/2019-15	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI	Estabelecimento ou manutenção de vínculos de qualquer natureza	Art. 43, inciso II

6. De acordo com o Despacho COESA_MCOM_ENG (10300705), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art. 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (10300679).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Ouricuri/PE, e do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (10379355).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.

(.....)

MINUTAS E ANEXOS

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042661/2019-41, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob nº 33.004.211/0001-51, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13156/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma

forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº XXXXX/2022/CONJUR MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de infomnações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

(.....)

MINUTA

PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso 11, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042661/2019-41, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob nº 33.004.211/0001-51, cuja sede se situa na Rod. BR 316, KM 34- Sítio Tamboril-Zona Rural, na localidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

18. No que concerne ao preenchimento dos requisitos estabelecidos nos normativos de regência, notadamente a Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015 (*vide itens 14 e 17 deste PARECER*), verifica-se que o requerimento administrativo apresentado pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE é tempestivo, porquanto foi apresentado em 16 de agosto de 2019, portanto, dentro do prazo de (sessenta) dias previsto no Edital de Seleção Pública nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 19 de junho de 2019, conforme certificado na antes mencionada NOTA TÉCNICA nº 13156/2022/SEI-MCOM (*Sei: 10379501*), nos itens 1 e 2 e no *checklist* constante do item 4.

19. É oportuno realçar que a ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE não foi a única entidade que demonstrou interesse na prestação do serviço de radiodifusão comunitária - *no raio de 4 (quatro) quilômetros* - na localidade de Ouricuri/PE, conforme atestado na NOTA TÉCNICA nº 13156/2022/SEI-MCOM (*Sei: 10379501*), no item 5:

(.....)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI, constante no processo nº 01250.041751/2019-15, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que foi constatado a existência de Vínculo político-partidário. A entidade foi comunicada sobre seu indeferimento por meio da Nota Técnica nº 9014/2021/SEI-MCOM (7927036), encaminhada por meio do Ofício nº 15919/2021/MCOM (7927214), recebido em 04/08/2021 (7956018). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM (8208276) e comunicado à entidade por meio do Ofício nº 21537/2021/MCOM (8208403), recebido em 18/10/2021 (8257324).

(.....)

20. Nessa mesma NOTA TÉCNICA, a Administração consulente certifica que a ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE carrou aos autos os seguintes documentos, dentre outros: I) requerimento de outorga, subscrito por seu representante legal (*Sei: 4526444, jls. 1-4*); II) Estatuto Social, devidamente registrado, contendo a finalidade de executar o serviço de radiodifusão comunitária (*Sei: 4526444, jls. 57-63*); III) Ata registrada de constituição registrada no cartório (*Sei: 4526444, jls. 65-69*); IV) Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas (*Sei: 4526444, jls. 65-69*); V) comprovantes de nacionalidade e maioria dos diretores dirigentes (*Sei: 4526444, jls. 70-78*); VI) Comprovante de recolhimento de taxa de cadastramento (*Sei: 4526444, jl. 5*); VII) Formulário de dados de funcionamento da estação/projeto técnico (*Sei: 9307709, jls. 7-12 - Despacho Técnico de aprovação: Sei: 10300705*); VIII) Manifestações de apoio à iniciativa, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (*Sei: 4526444, jls. 6-56*); IX) comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (*Sei: 10378824*); X) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatei (*Sei: 10378824*); XI) certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (*Sei: 10378824*); XII) certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União (*Sei: 10378824*); XIII) certidão negativa de débitos trabalhistas (*Sei: 10378824*); XIV) informação sobre a inexistência realização de

operação clandestina pela citada Associação, conforme pesquisa no sistema de fiscalização - FISCALIZA (Sei: 10379477; 10379476); XV) inexistência de processos judiciais que obstem o deferimento da outorga (Sei: 10375027, NOTA TÉCNICA nº 13156/2022/SEI MCOM, item 7, cf Despacho Sei: 10379355).

21. Neste passo, **recomenda-se** que a unidade técnica de instrução processual certifique expressamente que todos os documentos exigidos foram aportados aos presentes autos, e que eles estão dentro dos respectivos prazos de validade.

22. Merece registro que o Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE (Sei: 4526444), no art. 2º, *caput*, enuncia que tem por finalidade executar serviço de radiodifusão comunitária; no art. 5º, prevê a possibilidade de admissão gratuita de associados pessoas físicas e jurídicas e, ainda, no art. 11, inciso III, e nos arts. 12, § 1º, art. 15, *caput* e parágrafos, prevê a existência de conselho comunitário constituído por pessoas representantes de entidades da comunidade local, como requer o art. 40, incisos II e IV, da Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015.

23. A SERAD/MCOM informa que não há vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como se descortina nos itens 9 dos *checklists* (Sei: 5107427; 5770263; 8209183). Ademais, consta do requerimento de autorização de outorga (Sei: 4526444), devidamente subscrito pelos representantes legais da referida Associação, que os seus dirigentes residem dentro da área pretendida para prestação do serviço de radiodifusão e que todos eles possuem bons antecedentes.

24. Enfim, ante o exposto se entende que não há óbice, sob o aspecto jurídico-formal, para a outorga de autorização para a ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, com a finalidade de que haja a prestação do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ouricuri/PE, pelo prazo de 10 (*dez*) anos.

25. Antes de ultimar, pontuo - *atento ao princípio da continuidade dos atos da Administração e dos serviços públicos em geral, que não podem sofrer solução* - que a **continuação** pelo novel Ministério das Comunicações - MCOM, de atos e procedimentos administrativos iniciados/praticados na esfera do extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC - o qual, por sua vez, sucedeu o ex-Ministério das Comunicações - MC - **é juridicamente válida e eficaz**, na medida em que o atual Ministério das Comunicações - MCOM é sucedâneo de competências do extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC. *Vide*, a propósito, a Lei nº 13.844, de 28.06.2019 - *resultante da conversão da Medida Provisória nº 870, de 1º 01.2019, e alterada pela Medida Provisória nº 980, de 10.06.2020 (convogada na Lei nº 14.074, de 14.10.2020), que extinguiu/cindiu o MCTIC e recriou as Pastas do MCTI e do MCOM* -, que estabeleceu a nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

IV. CONCLUSÃO

26. Posto isso, com base nos documentos, atos, termos, trâmites, certificações, justificativas e legislação reportados em linhas volvidas, analisados sob o aspecto jurídico-formal - *orientado pelo princípio da deferência técnica, isto é, abstraindo dos contornos técnico-administrativos do feito, cujo juízo de mérito para a sua solução se situa na exclusiva esfera da Administração* -, **sugiro** que esta unidade de execução descentralizada das competências institucionais da Advocacia-Geral da União - AGU, em atenção ao que foi solicitado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD/MCOM no OFÍCIO INTERNO nº 25209/2022/MCOM (Sei: 10392483), *s.m.j.*, ademais de assinalar a possibilidade jurídica da expedição do ato em perspectiva, **recomende** que na sequência dos trâmites sejam observadas as seguintes orientações:

a) - não há impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, pelo prazo de 10 (*dez*) anos, na localidade de Ouricuri/PE;

b) - as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SERAD/MCOM, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à Secretaria de Radiodifusão - SERAD/MCOM verificar a existência de eventual erro material; e

c) - é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

27. Acentua-se que é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

28. Enfim, sendo aprovada a presente manifestação, sugere-se a restituição do feito à Secretaria de Radiodifusão - SERAD/MCOM, para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro - GM/MCOM para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 03 de outubro de 2022.

JOSÉ CARLOS SOUZA
Advogado da União

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ CARLOS SOUZA, com certificado AI institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1002312637 e chave de acesso 7886d296 no endereço eletrônico ¹ <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOSÉ CARLOS SOUZA, com certificado AI institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-10-2022 14:22. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLvl.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS ADMINISTRATIVOS - CGAA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02188/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.042661/2019-41

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Considerando a competência estabelecida no art. 9º, I, do Regimento Interno desta Consultoria Jurídica, encaminhem-se ao Exmo. Sr. Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão e Telecomunicações, para apreciação do **PARECER n. 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pelo Dr. José Carlos Souza, em regime de colaboração com aquela CGRT, e para as providências que se fizerem necessárias.

Brasília, 03 de outubro de 2022.

(assinatura digital)

MARCELA ALMEIDA MARTINS ARRUDA

Advogada da União

Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos Administrativos Substituta

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01 250042661201941 e da chave de acesso 7886d296

■

1
[11]=...ir.

Documento assinado eletronicamente por MARCELA ALMEIDA MARTINS ARRUDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1002467707 e chave de acesso 7886d296 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCELA ALMEIDA MARTINS ARRUDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-10-2022 16:08. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv 1.

■ ■



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02189/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.042661/2019-41

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. José Carlos Souza, advogado da União.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre requerimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Cultural Portal do Araripe, na localidade de Ouricuri/PE.
3. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 13156/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da outorga à citada entidade. A referida NOTA TÉCNICA esclarece que a Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Ouricuri foi inabilitada em razão da existência de vínculo vedado pela legislação de regência, não sendo interposto recurso administrativo da referida decisão.
4. Conforme os termos do PARECER n. 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe óbice legal para que seja conferida autorização para a mencionada Associação executar o serviço de radiodifusão comunitária.
5. Deste modo, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Cultural Portal do Araripe, na localidade de Ouricuri/PE, pelo prazo de 10 (dez) anos.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão - SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 03 de outubro de 2022.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042661201941 e da chave de acesso 7886d296



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado AI institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1002487455 e chave de acesso 7886d296 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado AI institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-10-2022 16:45. Número de Série:



772 1 8269410488336199396275606.

Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv 1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.042661/2019-41

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

Aprovo, nos termos do **DESPACHO n. 02189/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, o **PARECER n. 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 03 de outubro de 2022.

CAROLINA SCHERER
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250042661201941 e da chave de acesso 7886d296



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BTCCA, com certificado AI institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1002611548 e chave de acesso 7886d296 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>.
¹ Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado AI institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-10-2022 17:39. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 15/12/2022 1 Edição: 235 1 Seção: 11 Página: 174

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 7.048, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042661/2019-41, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob nº 33.004.211/0001-51, cuja sede se situa na Rod. BR 316, KM 34 - Sítio Tamboril - Zona Rural, na Localidade de Ouricuri, estado de Pernambuco, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, Leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos Legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 13156/2022/SEI-MCOMProcesso nº: **01250.042661/2019-41.**Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ouricuri/PE**, em atendimento ao Edital nº 82/2019, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2019.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 16/08/2019, às Fl.79 (4526444), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Asarias Freitas de Lima
Diretor Administrativo: Sebastião Ramírio Nunes Moreira
Diretor de Operações: Ezaú Nunes de Lima
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rod. BR 316, KM 34 - Sítio Tamboril - Zona Rural
Coordenadas geográficas: 07°51'58"S de latitude e 40°07'01"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Avenida Antônio Pedro da Silva, 917 - Centro

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 19/08/2019.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	Fls. 1-4 (4526444)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 57-63 (4526444)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 65-69 (4526444)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 65-69 (4526444)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	Fls. 70-78 (4526444)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 6-56 (4526444)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 5 (4526444)

8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	fl. 7-12 (9307709) Despacho Técnico de Aprovação: (10300705)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10378824)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10378824)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(10378824)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10378824)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10378824)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(10379477) e (10379476)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI**, constante no processo nº 01250.041751/2019-15, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que foi constatado a existência de Vínculo político-partidário. A entidade foi comunicada sobre seu indeferimento por meio da Nota Técnica nº 9014/2021/SEI-MCOM (7927036), encaminhada por meio do Ofício nº 15919/2021/MCOM (7927214), recebido em 04/08/2021 (7956018). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM (8208276) e comunicado à entidade por meio do Ofício nº 21537/2021/MCOM (8208403), recebido em 18/10/2021 (8257324).

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.041751/2019-15	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE OURICURI	Estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza.	Art. 43, inciso II

6. De acordo com o Despacho COESA_MCOM_ENG (10300705), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (10300679).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Ouricuri/PE, e do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (10379355).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 09/09/2022, às 13:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 09/09/2022, às 13:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 09/09/2022, às 15:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 09/09/2022, às 19:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10379501** e o código CRC **42CBA13A**.

**MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042661/2019-41, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob nº 33.004.211/0001-51, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13156/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

**MINUTA
PORTARIA**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042661/2019-41, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob nº 33.004.211/0001-51, cuja sede se situa na Rod. BR 316, KM 34 - Sítio Tamboril - Zona Rural, na localidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 02 de maio de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, SALEG e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob o nº 33.004.211/0001-51, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 35 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 02/05/2023, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4207463** e o código CRC **08FC9450** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 1367/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 35/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 35/2023 (4207448), juntamente com os anexos (4207450, 4207454 e 4207459), do Ministério das Comunicações, referente ao "Processo nº 01250.042661/2019-41, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob nº 33.004.211/0001-51, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998".

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 03/05/2023, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4207491** e o código CRC **16E7993C** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.042661/2019-41

SUPER nº 4207491

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: EM nº 35/2023 MCOM (4207448) e anexos, remetidos pelo Ministério das Comunicações.

Assunto: Processo nº 01250.042661/2019-41, que veicula a portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE, inscrita no CNPJ sob o nº 33.004.211/0001-51, explore pelo prazo de d anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouricuri/PE, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Trâmite do processo: Despacho DIPUBL/CODOC4207463) para os protocolos da SAJ/CC/PR, SAG/CC/PR e CC/PR. Concluir c registro na SE/CC/PR, tendo em vista que o processo encontra-se em análise na SAJ/CC/PR e SAG/CC/PR, unidades com competência para o assunto.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 03/05/2023, às 21:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4211931** e o código CRC **66D98A97** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 768/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.042661/2019-41.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00035/2023 MCOM, de 22 de março de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária no município de Ouricuri/PE.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00035/2023 MCOM (4206683), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.042661/2019-41, acompanhado da [Portaria MCOM nº 7.048, de 4 de outubro de 2022](#), que outorga a autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, no município de Ouricuri, estado de Pernambuco, sem direito à exclusividade, para a ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPIBÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.004.211/0001-51, de acordo com disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária^[1].
2. Conforme o disposto no inciso II do art. 9º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, compete ao Ministério das Comunicações expedir ato de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Menciona-se, ainda, que a permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares, conforme destacado na portaria de outorga.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico nº 00806/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU de 03/10/2022 (4207450), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de outorga de autorização.
 - Nota Técnica nº 13156/2022/SEI-MCOM, de 09/09/2022 (4207459), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCOM)^[2], ratificada pela Exposição de Motivos nº 00035/2023 MCOM (4206683), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de outorga de autorização, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, e dos arts. 19 e 20 do Decreto nº 2.615, de 1998.
4. Observa-se, ainda, que os registros administrativos da entidade devem ser mantidos no [Sistema de Controle de Radiodifusão -SRD](#)^[3], da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que disponibiliza acesso aos dados do canal (4206675).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	33.004.211/0001-51
NOME EMPRESARIAL:	ASSOCIACAO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	SEBASTIAO RAMIRIO NUNES MOREIRA
Qualificação:	10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:	JUAREZ NUNES COSTA
Qualificação:	10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:	SILMARA APARECIDA DA COSTA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 20/08/2024 às 14:55 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de outorga de autorização; (ii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária; e (iii) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[1].

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 5º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO

Assessor

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI

Secretário Especial de Análise Governamental

(SAG/CC/PR)

^[1] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).

[2] Sucediada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM), conform[Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[3] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SRD\)](#) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[4] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 28/08/2024, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 28/08/2024, às 19:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 28/08/2024, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6015575** e o código CRC **0E2EC3E0** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.042661/2019-41

SEI nº 6015575

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.042661/2019-41

Nota SAJ - Radiodifusão nº 719 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE
Assunto:	Serviço de Radiodifusão Outorga de radio comunitária (RadCom). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo nº:	01250.042661/2019-41

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 01250.042661/2019-41, com **outorga** expedida por meio da **Portaria MCOM nº 7.048/2022** para exploração do serviço de **radiodifusão comunitária**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL DO ARARIPE**, CNPJ nº 33.004.211/0001-51, na localidade de **Ouricuri/PE**.
- Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de **radiodifusão comunitária** a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência [\[1\]](#) e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para autorizar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo de início da execução do serviço.
- Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Presidente da República.
- É o relatório.

II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial o **ato** do Ministro das Comunicações que **outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, expedido nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612/1998.
- Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, são competentes para executar o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente

instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

10. De acordo com o art. 9º da Lei nº 9.612/1998, para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir pedido ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço. Após a verificação da viabilidade técnica da prestação do serviço, a autoridade concedente deve publicar comunicado de habilitação, promovendo ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

11. No prazo fixado para a habilitação, as entidades deverão apresentar os documentos listados no § 2º do art. 9º da mencionada Lei, quais sejam: estatuto da entidade, devidamente registrado; ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; comprovação de maioria dos diretores; declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço; e manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

12. É oportuno mencionar que, caso apenas uma entidade se habilite para a prestação do serviço e seja atestada a regularidade da documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade, conforme preconiza o § 3º do art. 9º da Lei nº 9.612/1998. Do contrário, o poder concedente deverá promover o entendimento entre as entidades interessadas, buscando que estas se associem. Por fim, caso não haja possibilidade de associação, o Poder Concedente deverá agir nos termos do § 5º do mesmo dispositivo legal e decidir mediante sorteio.

13. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de autorização do serviço ao interessado. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM** atestou a viabilidade jurídica para a outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise.

14. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria** de outorga.

15. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [\[2\]](#) a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

16. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"* [\[3\]](#). O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

17. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.

18. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão [\[4\]](#). Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

19. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

III - CONCLUSÃO

20. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.042661/2019-41, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição de 1988.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES
Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República - Substituta
(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.
No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 21/08/2024, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 21/08/2024, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 21/08/2024, às 20:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6017566** e o código CRC **F429D4C4** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.048, de 4 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que outorga a autorização à Associação Cultural Portal do Araripe, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 936, de 29 de agosto de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 7.048, de 4 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que outorga autorização à Associação Cultural Portal do Araripe, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício (6044504).

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Secretário(a) Adjunto(a), em 02/09/2024, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6044505** e o código CRC **298CABA5** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MENSAGEM Nº 936

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 7.048, de 4 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que outorga autorização à Associação Cultural Portal do Araripe, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Brasília, 29 de agosto de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 30 de agosto de 2024.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6045237) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BRENO BAJO DUTRA
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra, Assessoria**, em 30/08/2024, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6045238** e o código CRC **95FF0F02** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0